

RELATÓRIO E CONTAS 2014



ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE	7	3.5 RESPONSABILIDADE PERANTE OS TRABALHADORES	36
2. O ANO DE 2014	9	3.5.1 Recursos humanos	36
2.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	9	3.5.2 Desenvolvimento profissional	39
2.2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	10	3.5.3 Benefícios sociais	39
2.3 EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE	11	3.5.4 Segurança e saúde dos trabalhadores	40
2.3.1 Indicadores	11	3.5.5 Comunicação interna e relações com parceiros sociais	41
2.3.2 Procura e receita	12	4. GOVERNO DA SOCIEDADE	43
2.3.3 Oferta	15	4.1 MISSÃO, VISÃO, VALORES E POLÍTICA	44
3. RELATÓRIO NA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	19	4.2 MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	44
3.1 SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO-QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO	20	4.2.1 Funções e responsabilidades	48
3.2 RESPONSABILIDADE PERANTE OS CLIENTES	21	4.2.2 Curricula vitae dos membros do Conselho de Administração	49
3.2.1 Serviço social	23	4.3 REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	52
3.2.2 A satisfação do cliente	23	4.3.1 Estatuto remuneratório	52
3.2.3 A Comunicação e a informação	24	4.3.2 Remunerações e outras regalias	56
3.2.4 Novos projetos	26	4.4 OBJETIVOS DE GESTÃO E GRAUS DE CUMPRIMENTO	61
3.3 RESPONSABILIDADE PERANTE A COMUNIDADE	27	4.5 REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS	65
3.3.1 Frota	27	4.6 INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS	67
3.3.2 Participar na vida da comunidade	28	4.7 INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES	68
3.3.3 Promover a segurança nos transportes	30	4.7.1 Contratação pública	68
3.3.4 Museu do Carro Eléctrico	30	4.7.2 Universo de transações fora das condições de mercado	69
3.3.5 Associações e parcerias	32		
3.4 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	33		



4.7.3 Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE	69	6. PERSPETIVAS PARA 2015	87
4.7.4 Racionalização da política de aprovisionamentos	69	CONTAS DO EXERCÍCIO E ANEXOS	89
4.7.5 Publicidade institucional	69	7. CONTAS DO EXERCÍCIO 2014	90
4.8 RECOMENDAÇÕES	70	8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	147
4.9 GESTÃO DE RISCOS E SISTEMAS DE CONTROLO	71	9. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	153
4.10 CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA	72	10. OUTRAS INFORMAÇÕES	165
4.11 PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES	72	10.1 PAINEL DE INDICADORES DE ATIVIDADE	166
4.12 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	73	10.2 ÍNDICE GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI)	171
4.13 QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	74		
5. RELATÓRIO DE GESTÃO	77		
5.1 BALANÇO DO ANO	78		
5.2 INVESTIMENTO	78		
5.3 FINANCIAMENTO	79		
5.3.1 Conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E	79		
5.3.2 Operações de financiamento do ano	79		
5.3.3 Instrumentos de gestão de risco financeiro	80		
5.4 RESULTADOS DO EXERCÍCIO	80		
5.5 EVOLUÇÃO PATRIMONIAL	84		
5.6 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	85		
5.7 ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	85		

RELATÓRIO DE GESTÃO E SUSTENTA- BILIDADE





207 FOZ (MERCADO)

TP

3166

MAN

01-29-UF





MENSAGEM DO PRESIDENTE

A par dos aspetos relativos à gestão corrente da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto S.A. (STCP), à reestruturação da Empresa e da sua fusão com a Metro do Porto (MP), merecem no exercício de 2014 particular referência as questões relacionadas com a finalização e acerto das peças procedimentais do Concurso Público para a Subconcessão dos Sistemas de Transporte da MP e da STCP, o lançamento do procedimento, a avaliação das propostas recebidas e a celebração com o Estado Português de um Contrato de Serviço Público.

A preparação do concurso, iniciada no final de 2012, intensificou-se a partir de abril de 2014, vindo a STCP, por Resolução do Conselho de Ministros nº 47/14, de 22 de julho, a ser autorizada a lançar o concurso, cujas peças procedimentais foram aprovadas pela Secretaria de Estado do Tesouro e pela Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações por despacho conjunto nº 10272-A/2014, de 8 de agosto.

A ocorrência, já na pendência do procedimento, de vicissitudes inesperadas e não imputáveis à vontade da STCP, nomeadamente a necessidade de alargamento do prazo de apresentação das propostas para 9 de dezembro de 2014 e a interposição de duas providências cautelares pela Associação Nacional de Transportes Rodoviários de Pesados de Passageiros (ANTROP), a 3 de outubro e a 17 de novembro, ambas posteriormente julgadas improcedentes pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, e a contestação de um concorrente que viu a sua proposta rejeitada pelo Júri do procedimento, apenas permitiram que a decisão de adjudicação viesse a ser tomada a 16 de janeiro de 2015, com o conseqüente atraso no início do período de funcionamento normal da nova Subconcessão, inicialmente previsto para 1 de janeiro de 2015.

A prevista economicidade do novo contrato de Subconcessão permitiu que, sob proposta da STCP, se celebrasse com o Estado Português um Contrato de Serviço Público que configura um modelo de contratualização de serviços de transporte público de passageiros, nos termos do direito europeu aplicável, beneficiando os passageiros e introduzindo uma maior eficiência no sistema, numa ótica de otimização dos recursos.

A gestão corrente da Empresa pode caracterizar-se pela obtenção de uma receita de serviço de transporte de 45,4M€, mais 0,5% que em 2013, rendimentos operacionais de 53,0M€, menos 14% que em 2013, variação que no essencial se deve à redução dos subsídios à exploração, indemnizações compensatórias e programa de apoio integrado a idosos, em cerca de 7M€, para gastos operacionais de 60,9M€, menos

7M€ que em 2013, obtendo, assim, um resultado operacional de -7,9M€, com um agravamento de 1,4M€, relativamente a 2013, valor sensivelmente igual ao montante das indemnizações por cessação de contratos de trabalho, montante a que corresponde um EBITDA de 1,4M€ que compararam com 5,8M€ em 2013.

Em 2014 a STCP transportou um total de 74,4 milhões de passageiros, menos 5,4% que em 2013, sendo que o carro elétrico, que representa 0,6% da procura global (aumentou 7%), percorreu 21,8 milhões de veículos km, redução de 3,7% face a 2013, para uma taxa de ocupação de 13,7 contra 13,9 no ano anterior.

O resultado líquido do exercício foi de -54,8M€, mais 39,6M€ que em 2013, devido essencialmente ao agravamento dos resultados financeiros, em 38,2M€. Este resultado líquido, se corrigido da variação do justo valor de *swap* e se excluídas as indemnizações compensatórias, teria verificado em relação a 2013 uma variação positiva de 5,8M€.

Quanto aos aspetos estratégicos, embora se tenham obtido melhorias quanto à sustentabilidade da Empresa, a sua reestruturação e fusão com a MP continuaram a ser temporalmente prejudicados pela incerteza quanto ao modelo de organização da mobilidade na Área Metropolitana do Porto (AMP) e à natural instabilidade decorrente do processo de abertura à iniciativa privada.

Cabe ainda nesta mensagem a referência à renovação da certificação em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, Normas NP EN ISO 9001:2008, NP EN ISO 14001:2012 e OHSAS 18001:2007 / NP 4397:2008, ao desenvolvimento do projeto da Musealização da Central Termo Eléctrica de Massarelos, cofinanciado no âmbito do QREN e do ON.2 O Novo Norte, ao lançamento em setembro do serviço Wi-Fi gratuito nos autocarros, que registou 82.800 utilizadores, salientando-se ainda o serviço "MOVE PORTO – METRO E AUTOCARRO 24 HORAS" e o índice de satisfação dos clientes que se situou em 66,5 pontos em 100, registando uma melhoria face ao anterior estudo.

Num trabalho de todos e em conjunto com a MP, a STCP preparou-se e está preparada para, ainda com maior eficiência, servir a AMP.

João Velez Carvalho





O ANO DE 2014

2.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

- › É uma sociedade anónima de capital 100% público
- › É a maior empresa de transportes públicos coletivos de passageiros da Área Metropolitana do Porto, com 74 milhões de passageiros transportados no ano
- › Serve cerca de 900 mil habitantes de 33 freguesias e seis concelhos: Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar, Vila Nova de Gaia e Porto

- › Em 31 de dezembro a STCP tinha:

Uma rede constituída por 72 linhas

61 na rede diurna¹ - 58 de autocarro e 3 de carro elétrico

11 na rede da madrugada em autocarro

Uma extensão de rede de 480 quilómetros com 2.454 paragens

478 quilómetros de rede de autocarro

9 quilómetros de rede de carro elétrico

Uma frota de 474 autocarros e 6 carros elétricos

Um efetivo de 1.173 trabalhadores, dos quais 70% motoristas de serviço público e guarda-freios, para um efetivo médio de 1.206 trabalhadores

- › Em 2014 a STCP:

Percorreu 21,8 milhões de quilómetros

Transportou em média, por dia útil, 252 mil passageiros

Gerou um volume de negócios de 48,1 milhões de euros

Obteve um EBITDA² positivo de 1,4 milhões de euros e um resultado operacional negativo de 7,9 milhões de euros

Evitou a emissão de cerca de 9.600 toneladas de CO₂

1 Das quais 36 têm serviço noturno.

2 Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, provisões, reversões, imparidades, variações de justo valor, indemnizações por cessação de contrato de trabalho e componente financeira das rendas de *leasing* operacional.

2.2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

DATA	EVENTO
1-jan	Aumento de tarifas: aumento médio ponderado total de 0,37% (0,94% no tarifário mono-modal e 0,26% no tarifário intermodal)
3-mai	XXIV Desfile de carros elétricos históricos
17-mai	Noite dos Museus
18-mai	Dia Internacional dos Museus
27-mai	Assembleia Geral Anual da STCP, S.A.
2-jun	Criação do corredor BUS do Carregal
maio e junho	Realização de serviços especiais: Queima das Fitas, NOS Primavera Sound, Serralves em Festa e S. João
maio a agosto	Conclusão das obras na Rua Mouzinho da Silveira, com alteração definitiva de termos de linhas na baixa do Porto
junho a novembro	Serviço MOVE-PORTO - Metro e Autocarros 24 horas, com o apoio à promoção pela Câmara Municipal do Porto
8-ago	Publicação do Concurso Público para as Subconcessões dos Sistemas de Transporte da Metro do Porto, S.A. e da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.
8-ago	O Estado contratualiza com a STCP a prestação do serviço de transporte público de passageiros, por modo autocarro, na Área Metropolitana do Porto, com efeitos a 1 de janeiro de 2015
setembro	Projeto STCP <i>Free Wi-Fi</i> : internet gratuita nos autocarros
26-set	Criação do Corredor BUS na Rua de São Roque da Lameira
outubro e novembro	Auditoria de renovação para o terceiro triénio das certificações do Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho
6-dez	Circo de Natal com distribuição de presentes, promovido pelo Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da STCP
30-dez	Entrega das propostas do Concurso Público para as Subconcessões dos Sistemas de Transporte da Metro do Porto, S.A. e da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.

2.3 EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

2.3.1 Indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES DE ATIVIDADE [1]	UNID	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Procura e receita							
Modo autocarro							
Passageiros	10 ³	94.978	84.700	78.288	74.043	-4.245	-5,4%
Passageiros km	10 ³	330.110	307.061	284.278	270.632	-13.646	-4,8%
Percurso médio por passageiro	km	3,48	3,63	3,63	3,66	0,02	0,7%
Receita [2]	10 ³ €	43.806	44.561	44.597	44.715	119	0,3%
Modo carro elétrico							
Passageiros	10 ³	429	362	387	414	27	7,1%
Passageiros km	10 ³	883	582	605	666	61	10,1%
Percurso médio por passageiro	km	2,06	1,61	1,56	1,61	0,04	2,8%
Receita [2]	10 ³ €	356	449	570	690	121	21%
Total STCP							
Passageiros	10 ³	95.407	85.062	78.675	74.457	-4.218	-5,4%
Passageiros km	10 ³	330.993	307.643	284.882	271.298	-13.585	-4,8%
Percurso médio por passageiro	km	3,47	3,62	3,62	3,64	0,02	0,6%
Receita [2]	10³ €	44.162	45.010	45.166	45.405	239	0,5%
Oferta							
Modo autocarro							
Veículos km	10 ³	24.507	22.711	22.539	21.713	-826	-3,7%
Lugares km	10 ³	2.225.859	2.075.308	2.049.536	1.979.573	-69.963	-3,4%
Horas	10 ³	1.555	1.452	1.430	1.381	-49	-3,4%
Velocidade média	km/h	15,8	15,6	15,8	15,7	-0,04	-0,2%
Taxa de ocupação	%	14,8%	14,8%	13,9%	13,7%	-0,2 pp	-1,4%
Modo carro elétrico							
Veículos km	10 ³	110	115	116	111	-5	-4,0%
Lugares km	10 ³	4.602	4.846	4.863	4.669	-194	-4,0%
Horas	10 ³	15	16	16	16	-0,1	-0,6%
Velocidade média	km/h	7,1	7,4	7,3	7,1	-0,25	-3,4%
Taxa de ocupação	%	19,2%	12,0%	12,4%	14,3%	1,8 pp	15%
Total STCP							
Veículos km	10 ³	24.617	22.826	22.655	21.824	-831	-3,7%
Lugares km	10 ³	2.230.460	2.080.154	2.054.399	1.984.242	-70.156	-3,4%
Horas	10 ³	1.570	1.468	1.446	1.397	-49	-3,4%
Velocidade média	km/h	15,7	15,6	15,7	15,6	-0,04	-0,3%
Taxa de ocupação	%	14,8%	14,8%	13,9%	13,7%	-0,2 pp	-1,4%
Desempenho operacional [1]							
Receita [2]	10³ €	44.162	45.010	45.166	45.405	239	0,5%
Receita / passageiro	cent. €	46,3	52,9	57,4	61,0	3,6	6,2%
Receita / passageiro km	cent. €	13,3	14,6	15,9	16,7	0,9	5,6%
Receita / lugar km	cent. €	1,98	2,16	2,20	2,29	0,1	4,1%
Gastos operacionais [3]	10³ €	59.181	55.058	54.581	51.583	-2.999	-5,5%
Gasto operacional / Passageiro	cent. €	62,0	64,7	69,4	69,3	-0,1	-0,1%
Gasto operacional / Passageiro km	cent. €	17,9	17,9	19,2	19,0	-0,1	-0,8%
Gasto operacional / Lugar km	cent. €	2,65	2,65	2,66	2,60	-0,1	-2,2%
Taxa de cobertura	%	75%	82%	83%	88%	5,3 pp	6,4%

[1] Dados expurgados dos efeitos dos contratos de exploração (produção contratada), inexistente em 2014.

[2] Inclui compensação tarifária andante, valores sem IVA.

[3] Gastos operacionais sem depreciações, provisões, reversões, imparidades, variação de justo valor, componente financeira do *leasing* operacional e indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

2.3.2 Procura e receita

Procura

A STCP transportou 74,4 milhões de passageiros em 2014, menos 5,4% (-4,2 milhões) que em 2013. A informação sobre a procura, cuja evolução é a indicada no quadro seguinte, salvo quando expressamente mencionado, exclui a produção contratada, inexistente em 2014.

PROCURA	UNID	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Total STCP							
Passageiros	10 ³	95.407	85.062	78.675	74.457	-4.218	-5,4%
Passageiros km	10 ³	330.993	307.643	284.882	271.298	-13.585	-4,8%
Percurso médio por passageiro	km	3,47	3,62	3,62	3,64	0,02	0,6%
Produção autocarro contratada							
Passageiros	10 ³	12.982	8.699	1.746	0		
Passageiros km	10 ³	53.616	40.769	9.198	0		
Percurso médio por passageiro	km	4,13	4,69	5,27	N.A.		
Total STCP com produção contratada							
Passageiros	10 ³	108.389	93.761	80.421	74.457	-5.964	-7,4%
Passageiros km	10 ³	384.609	348.413	294.081	271.298	-22.783	-7,7%
Percurso médio por passageiro	km	3,55	3,72	3,66	3,64	-0,01	-0,4%

Como principais justificações para a diminuição de procura apontam-se os problemas verificados na oferta, com incumprimento de horários por défice de motoristas, o aumento de linhas de outros operadores com tarifário intermodal nos principais eixos em que a STCP opera e o elevado nível de desemprego da região. O carro elétrico, assumindo claramente uma vertente turística, registou um aumento de passageiros de 7% (+27 mil passageiros), representando 0,6% da procura total.

Passageiros por tarifário e título de transporte

A 1 de janeiro entrou em vigor, nos termos do Despacho Normativo n.º 10-A/2013, o novo tarifário refletindo um aumento médio ponderado nos tarifários monomodal e intermodal de 0,94% e de 0,26%, respetivamente, o que resultou num aumento médio ponderado de 0,37%.

PASSAGEIROS	UNID	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Tarifário							
Tarifário intermodal	10 ³	39.707	42.843	64.873	62.620	-2.253	-3,5%
Tarifário monomodal	10 ³	55.700	42.219	13.802	11.837	-1.965	-14%
% tarifário intermodal	%	42%	50%	82%	84%	1,6 pp	2%
Título							
Assinaturas	10 ³	77.352	67.756	62.280	58.841	-3.439	-5,5%
Títulos ocasionais [1]	10 ³	14.239	14.377	13.579	12.913	-666	-4,9%
Agente único	10 ³	3.817	2.929	2.817	2.703	-113	-4,0%
Passageiros	10³	95.407	85.062	78.675	74.457	-4.218	-5,4%

[1] inclui diários e especiais.



stertil KOMI

820 kg

TP 2956
MAN
71-LG-10

2168

O tarifário intermodal andante foi utilizado por 84% dos passageiros no ano, o que representa cerca de 62,6 milhões de validações.

As assinaturas foram utilizadas por cerca de 79% dos passageiros, registando contudo uma redução de 5,5%, menos 3,4 milhões de passageiros relativamente a 2013.

O agente único, título de venda a bordo, registou um decréscimo de 4,0%, menos 113 mil títulos.

Receita do serviço de transporte

A receita em 2014 atingiu os 45,4 milhões de euros, registando um aumento de 239 mil euros, + 0,5%, face a 2013.

Nos quadros seguintes apresenta-se a evolução da receita, que salvo quando expressamente mencionado, exclui a produção contratada, inexistente em 2014:

RECEITA [1]	UNID	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Total STCP	10 ³ €	44.162	45.010	45.166	45.405	239	0,5%
Produção autocarro contratada	10 ³ €	6.455	4.882	1.036	0	-1.036	-100%
Total STCP com produção contratada	10 ³ €	50.617	49.892	46.202	45.405	-796	-1,7%

[1] Sem IVA. Inclui compensação tarifária.

Apesar da procura ter diminuído 5,4%, a receita registou um aumento de 0,5%, explicado pelo aumento tarifário que ocorreu no início de 2014 e sobretudo pela consideração de 1 milhão de euros de compensação tarifária andante dos anos de 2012 e 2013, devido ao ajustamento da percentagem de compensação do tarifário social intermodal andante de 10% para 17%. Para 2014 este valor foi cerca de 600 mil euros.

Receita por tarifário e título de transporte

RECEITA [1]	UNID	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Tarifário							
Tarifário intermodal	10 ³ €	18.380	21.493	35.382	36.126	744	2,1%
Tarifário monomodal	10 ³ €	25.782	23.517	9.785	9.280	-505	-5,2%
% tarifário intermodal	10 ³ €	41,6%	47,8%	78,3%	79,6%	1,2 pp	1,6%
Título							
Assinaturas	10 ³ €	27.336	27.699	28.386	28.966	581	2,0%
Títulos ocasionais [2]	10 ³ €	11.094	12.351	11.998	11.723	-274	-2,3%
Agente único	10 ³ €	5.733	4.961	4.783	4.716	-67	-1,4%
Receita [1]		44.162	45.010	45.166	45.405	239	0,5%

[1] Sem IVA. Inclui compensação tarifária.

[2] Inclui diários e especiais.

A quebra de procura nas assinaturas registou uma variação de 5,5%, no entanto, no que respeita à receita, registou-se um acréscimo neste grupo de 2,0% (cerca de 581 mil euros), já explicado acima pelo impacto do ajustamento da compensação do tarifário social intermodal andante. As assinaturas representaram cerca de 64% da receita total, o agente único 10% e os restantes 26% respeitaram aos títulos ocasionais. A receita intermodal atingiu os 80% do total no ano, cerca de mais 1,2 p.p. do que em 2013.

O carro elétrico, de carácter eminentemente turístico, registou um aumento de receita de 21%, representando 1,5% da receita total.

Rede de vendas

No final de 2014 existiam 899 locais para carregamento dos títulos de transporte.

Fiscalização dos títulos de transporte

Em 2014 a taxa de fiscalização de viagens foi de 4,02%, registando um aumento de 0,05 pontos percentuais relativamente a 2013 e a taxa de fiscalização de passageiros, medida através do rácio passageiros fiscalizados pelos passageiros totais, foi de 1,71%, mais 0,15 pontos percentuais do que no ano anterior. A taxa de fraude foi de 0,47% e o número de autos de notícia emitidos foi de 5.979, valores similares ao verificado em 2013.

2.3.3 Oferta

A oferta foi de 21,8 milhões de veículos km em 2014, apresentando uma redução de 3,7% (-831 mil veículos km) face a 2013.

A sua evolução é indicada no quadro seguinte e a análise exclui a produção contratada, inexistente em 2014, salvo quando o contrário for expressamente mencionado:

OFERTA	UNID	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Total STCP							
Veículos km	10 ³	24.617	22.826	22.655	21.824	-831	-3,7%
Lugares km	10 ³	2.230.460	2.080.154	2.054.399	1.984.242	-70.156	-3,4%
Horas	10 ³	1.570	1.468	1.446	1.397	-49	-3,4%
Lotação média	lugares	90,6	91,1	90,7	90,9	0,2	0,3%
Velocidade média	km/h	15,7	15,6	15,7	15,6	-0,04	-0,3%
Taxa de ocupação	%	14,8%	14,8%	13,9%	13,7%	-0,2 pp	-1,4%
Produção autocarro contratada							
Veículos km	10 ³	4.046	2.905	802	N.A.		
Lugares km	10 ³	308.409	225.614	64.971	N.A.		
Lotação média	lugares	76	78	81	N.A.		
Taxa de ocupação	%	17,4%	18,1%	14,2%	N.A.		
Total STCP com produção contratada							
Veículos km	10 ³	28.663	25.731	23.457	21.824	-1.633	-7,0%
Lugares km	10 ³	2.538.869	2.305.768	2.119.370	1.984.242	-135.128	-6,4%
Lotação média	lugares	88,6	89,6	90,4	90,9	0,6	0,6%
Taxa de ocupação	%	15,1%	15,1%	13,9%	13,7%	-0,2 pp	-1,5%

A diminuição da oferta é justificada pelos ajustamentos nos horários e frequências, planeados e aplicados desde o final de 2013, cujo impacto foi sentido ao longo do ano de 2014. O objetivo foi harmonizar a oferta com a procura registada, no sentido de melhorar a rentabilização dos recursos disponíveis.

Os lugares km apresentaram uma redução de 3,4%, mais ligeira que os veículos km devido a uma maior utilização de viaturas com maior capacidade.

Em 2014, o carro elétrico representou 0,5% da oferta total.

Taxa de cumprimento de viagens da produção interna

TAXA DE CUMPRIMENTO DE VIAGENS	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Viagens planeadas autocarro [1]	2.204.480	2.075.274	2.083.561	2.056.633	-26.928	-1,3%
Viagens perdidas autocarro [2]	16.169	16.937	50.842	98.851	48.009	94%
Taxa de cumprimento das viagens autocarro	99,3%	99,2%	97,6%	95,2%	-2,4 pp	-2,4%
Viagens planeadas carro eléctrico [3]	41.785	45.018	43.201	35.791	-7.410	-17%
Viagens perdidas carro eléctrico [3]	1.197	1.395	1.477	1.927	450	30%
Taxa de cumprimento das viagens carro eléctrico	97,1%	96,9%	96,6%	94,6%	-2,0 pp	-2,0%

[1] Fonte: DOP (SAEI)

[2] Fonte: DOP (SICO), excluindo dias de greve e/ou plenários

[3] Fonte: UCE. Viagens 2013 planeadas retificadas

A taxa de cumprimento de viagens de autocarro foi de 95,2%, registando um agravamento de 2,4 p.p. em comparação com 2013. 79% das viagens perdidas foram por falta de motoristas na escala e 13% por motoristas em falta no dia.

No modo carro eléctrico, a taxa de cumprimento de viagens foi de 94,6%, inferior ao valor registado em 2013 em 2 p.p.. 49% das viagens perdidas foram por falta de pessoal.

Taxa de acidentes por embate

Registou-se em 2014 uma taxa de 38 acidentes por cada milhão de quilómetros percorridos, quando em 2013 foi de 36, verificando-se assim um aumento de 4%, tendo o total de acidentes no ano, atingido os 818.

Desvios da rede

Os desvios são impostos pelas várias obras na via e pelos inúmeros eventos que ocorrem. Em 2014 continuou a registar-se um decréscimo no seu número e duração média, de acordo com a seguinte evolução.

DESVIOS	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Por obras	204	170	169	144	-25	-15%
Por eventos	87	80	97	103	6	6%
Total de desvios	291	250	266	247	-19	-7%
Duração média dos desvios (dias)	19	16	12	7	-5	-42%

Operação via livre

O estacionamento irregular afeta diariamente a circulação dos veículos da empresa.

A STCP através da operação via livre, resultante de um protocolo estabelecido com a Câmara Municipal do Porto, efetuada

conjuntamente com a Polícia Municipal do Porto, desenvolve uma ação de caráter corretivo para facilitar a normal circulação do transporte público e manter as vias desimpedidas, contribuindo para um transporte mais eficaz.

Evolução das medidas corretivas da operação via livre:

OPERAÇÃO VIA LIVRE	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Multas	5.546	3.309	4.433	3.918	-515	-12%
Bloqueamentos	0	210	286	86	-200	-70%
Reboques	225	201	284	83	-201	-71%
Medidas corretivas	5.771	3.720	5.003	4.087	-916	-18%

Corredores BUS


Os corredores *BUS* representam apenas 5% da cobertura total da rede viária servida pela STCP e localizam-se maioritariamente no Porto. Em 2014, foram criados três corredores *BUS* na cidade do Porto, na Rua de São Roque da Lameira, na Rua de Passos Manuel e no Carregal.

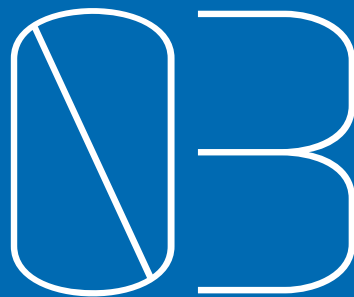




avenid

ee ENTRE E NAVEGUE  HOP IN AND SURF | **STCP Free W**

 STCP



RELATÓRIO NA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A STCP tem como prática incorporar a temática da sustentabilidade no relatório e contas anual. Esta abordagem apresenta consideráveis vantagens, ao permitir que a sustentabilidade obtenha um lugar de destaque no contexto do relato empresarial, conferindo assim aos aspetos sociais e ambientais do desempenho empresarial uma importância acrescida.

Em 2014, a STCP manteve o comprometimento em consonância do que antes já assumira com a *Union Internationale des Transports Publics* (UITP), continuando a ser uma *Full Signatory Member* da carta de sustentabilidade.

A STCP, com esta adesão voluntária, vem garantir que aplica as melhores práticas de desenvolvimento sustentável e melhoria contínua na prossecução da sua atividade como operador de transporte público na Área Metropolitana do Porto.

Estes compromissos expressam-se na missão e política de qualidade, ambiente e segurança e saúde do trabalho da empresa (ponto 4.1).

3.1 SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO-QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

Desde 2008 que a STCP possui o sistema de gestão certificado por três normas:

- NP EN ISO 9001:2008 – Sistemas de Gestão da Qualidade.
- NP EN ISO 14001:2012 – Sistemas de Gestão Ambiental.
- OHSAS 18001:2007 / NP 4397:2008 – Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho.

O ano de 2014 foi marcado pela necessidade de renovação de mais um ciclo destas certificações, o que foi conseguido. As certificações têm validade até dezembro de 2017. O seu âmbito estende-se a todas as instalações e atividades, com exceção das que se relacionam com o Museu do Carro Elétrico e instalações desativadas.

Ao longo da sua história centenária, a STCP tem sido chamada a assumir as suas responsabilidades perante a comunidade que serve na prestação do serviço de transporte público de passageiros. Com estas certificações demonstra a sua intenção de se posicionar entre as melhores empresas de transporte, na promoção dum transporte sustentável do ponto de vista ambiental e da segurança dos seus trabalhadores.



Gestão da qualidade

O ano de 2014 fica marcado pela renovação da certificação do sistema de gestão da qualidade, em simultâneo com o ajustamento da empresa ao lançamento de um concurso para a subconcessão do serviço.

Auditoria interna de certificação e auditoria anual de renovação

A STCP possui uma bolsa interna de auditores, com conhecimento e experiência acumulada, o que lhe permitiu assegurar a realização das suas auditorias internas, incluindo a referente ao sistema integrado de gestão em qualidade, ambiente e segurança e saúde do trabalho, realizada no segundo trimestre de 2014.

No quarto trimestre decorreu a auditoria de renovação das certificações do sistema de gestão, nas vertentes da qualidade, ambiente e segurança e saúde do trabalho, realizada por uma Entidade Certificadora, que determinou o início do terceiro triénio de certificações.

Externamente, a STCP continua a contribuir para o panorama normativo nacional do setor dos transportes, através da participação que mantém desde há cerca de uma década, na Comissão Técnica Portuguesa de Normalização - CT 148 (transportes, logística e serviços), à qual preside pelo quinto ano consecutivo. Foi nessa condição que colaborou e presidiu ao seminário, realizado no dia 20 de novembro no Instituto Português da Qualidade (IPQ), relativo à divulgação de normas de qualidade nos transportes públicos de passageiros.

Estas normas, que têm sido elaboradas e publicadas pela CT 148, estabelecem critérios de qualidade focalizada nas expectativas e necessidades dos clientes, suportando a credibilidade da oferta do fornecedor do serviço.

A CT 148, enquanto órgão técnico de normalização que visa a elaboração de documentos normativos e a emissão de pareceres a nível nacional e em cooperação com o organismo europeu de normalização, situa a sua atuação no âmbito do transporte de passageiros, de mercadorias, da logística e dos parques de estacionamento. Nela estão representados os principais intervenientes nestas áreas, a nível nacional, operadores de transportes, operadores logísticos, representante dos consumidores, entidades certificadoras, associações de profissionais e empresas ligadas ao setor.

A STCP aderiu ao Banco de Auditores Internos (BAI), promovido pelo Metropolitano de Lisboa, tendo por objetivo a criação de um mecanismo de colaboração entre empresas

de transporte, através da partilha da atividade dos seus auditores internos, para a realização de auditorias internas aos Sistemas de Gestão.

Gestão ambiental

Os aspetos relacionados com a gestão ambiental encontram-se desenvolvidos no ponto 3.4.

Gestão da segurança e saúde do trabalho

Os aspetos relacionados com a gestão da segurança e saúde do trabalho encontram-se desenvolvidos no ponto 3.5.

3.2 RESPONSABILIDADE PERANTE OS CLIENTES

A responsabilidade da STCP perante os clientes é um dos principais compromissos da política de qualidade, ambiente e segurança e saúde do trabalho, concretizando-se em:

- Acompanhar a evolução da procura e assegurar a oferta adequada;
- Melhorar o cumprimento do serviço programado, pese embora os constrangimentos externos;
- Cumprir o dever da informação atempada sobre a rede, horários e tarifários;
- Acolher com receptividade as sugestões e reclamações, procedendo à sua análise e ao desenvolvimento das ações viáveis e com interesse;
- Prestar um serviço competente, com segurança, simpatia e urbanidade, graças a uma adequada política de formação dos recursos humanos;
- Manter atenção especial aos clientes com mobilidade reduzida, ampliando as suas condições de mobilidade e acesso à informação.

Em 2014 a STCP disponibilizou uma rede com 72 linhas de serviço público, 69 em modo autocarro e 3 linhas em modo carro elétrico, e prestou um serviço 24h00 por dia, nos 365 dias do ano (exceção na madrugada de Natal).

REDE STCP



3.2.1 Serviço social

Embora a racionalização da produção seja uma das preocupações da empresa, a preservação de uma oferta de cariz social, garantindo a mobilidade a zonas e em horários sem interesse comercial, foi sempre mantido pela STCP.

Apresenta-se, no quadro seguinte, uma estimativa de cálculo

do custo de serviço social tendo por base a valorização dos quilómetros realizados em serviço social e o cálculo da insuficiência tarifária do tarifário monomodal:

	UNID.	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Veículos km serviço social [1]	10 ³	9.507	8.315	7.791	7.622	-169	-2,2%
% Veículos km serviço social	%	33%	32%	33%	35%	2 pp	5,2%
Títulos sociais vendidos [2]	10 ³	418	301	102	83	-19	-19%
% insuficiência tarifária	%	11%	3,7%	0,03%	1,63%	2 pp	5575%
Estimativa custo serviço social	10³ €	24.281	18.736	15.933	15.062	-871	-5,5%
Custo veículo km serviço social	10³ €	18.637	16.886	15.920	14.324	-1.596	-10%
Insuficiência tarifária [3]	10³ €	5.645	1.850	13	738	725	5477%

[1] considerando a rede da madrugada, o serviço nocturno, o serviço de sábados, domingos e feriados e linhas Z.

[2] considerando as quantidades das assinaturas monomodais: 3ª idade e Reformado e Pensionista, Estudante e Menores.

[3] considerando o diferencial de preço das assinaturas monomodais normais, para as assinaturas monomodais 3ª idade e Ref. e Pensionista, Estudante, Menores, reduzido do valor recebido do PAII - Programa de Apoio Integrado a Idosos, no âmbito do protocolo estabelecido com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

3.2.2 A satisfação do cliente

Avaliação da satisfação do cliente

Em 2014 foi realizado o estudo de satisfação e imagem da STCP, com vista à aferição de indicadores de satisfação relativamente a qualidade de serviço, expectativas, desempenho ambiental da empresa, imagem e informação ao público.

Apesar de ter sido um ano de desafios difíceis ao nível da gestão da oferta, o índice de satisfação do cliente situou-se em 66,5, numa escala de 0 a 100, subindo ligeiramente face a 2010, ano do último estudo.

Foram realizados cerca de 1.200 inquéritos, entre 21 de maio e 7 de julho, nas paragens ou dentro dos autocarros, a todos os clientes maiores de 15 anos, que realizassem pelo menos 2 viagens semanais com a STCP.

É particularmente relevante constatar que 94% dos clientes classificou a sua satisfação como suficiente ou acima; igual percentagem recomendaria a STCP a um amigo e 95% dos clientes tenciona continuar a usar os serviços da empresa. Para a maioria dos seus clientes a STCP continua a ser reconhecida como uma empresa de confiança, inovadora e preocupada com o ambiente.

É claramente reconhecido o papel positivo da STCP para a sociedade, sendo mesmo muito positivo para 84% dos inquiridos. Relativamente à qualidade global, no Top 5 dos indicadores mais bem avaliados estão:

1. Atendimento prestado nos pontos de venda
2. Relevância e interesse do site stcp.pt
3. Facilidade de aquisição de títulos de transporte
4. Segurança da condução
5. Adequação geral de informação às necessidades

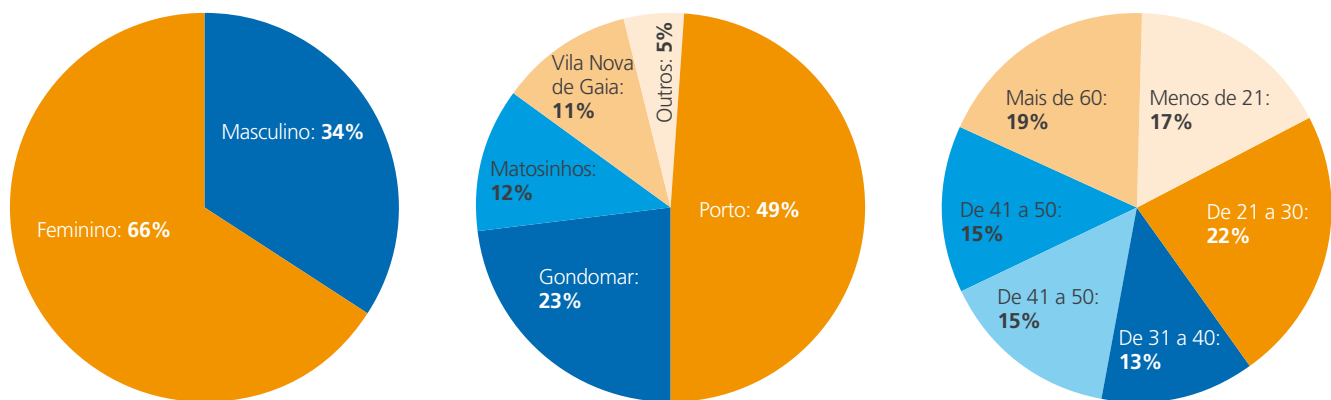
No domínio da qualidade, surgem, no entanto, alguns aspetos que merecem ser vistos com atenção, como o cumprimento de horários, o aumento/melhoria de oferta em termos de horários, percursos e tarifas, bem como o conforto nas paragens, este último não dependendo diretamente da STCP.

A maior parte dos clientes da STCP é do sexo feminino (66%). O Porto é o concelho de residência da maioria dos utilizadores dos autocarros (49%), seguindo-se, a longa distância, Gondomar (23%) e, com uma expressividade ainda menor, Matosinhos (12%) e Vila Nova de Gaia (11%). Uma pequena parte (5%) reside noutros concelhos.

Do ponto de vista etário, a distribuição dos inquiridos revela uma elevada heterogeneidade, mas na sua maioria têm menos de 40 anos (52%). O grupo com mais de 60 anos representa mais de 19%. Em contraste, o grupo de inquiridos com idades entre os 31 e 40 anos é o menos expressivo.

Relativamente ao inquérito anterior, de 2010, nota-se uma evolução nas características dos clientes STCP: viajam connosco mais mulheres, têm mais anos de escolaridade e regista-se um crescimento no segmento etário dos 31 aos 40 anos, a par de algum decréscimo nos mais novos e mais velhos.

Distribuição dos inquiridos por sexo, concelho de residência e idade



Reclamações de clientes

Foram registadas 2.700 reclamações, mais 11% do que no ano anterior. O incumprimento de horários representou 80% do total das reclamações.

As reclamações foram efetuadas maioritariamente através da Linha Azul (89%), pelo meio telefone ou correio eletrónico, 4% no Livro de Reclamações e as restantes deram entrada pelos postos de venda ou via CTT.

3.2.3 A Comunicação e a informação

A STCP continua a apostar na proximidade e comunicação com o cliente, assente em meios próprios e de baixo custo, como prioridade da sua estratégia comercial e contributo para a melhoria da imagem da empresa e satisfação do cliente.

Site STCP

Continuou a revelar-se uma importante fonte de acesso a informação para os clientes, com cerca de 2,4 milhões de visitas totais em 2014, o que representa um crescimento de 29% face ao ano anterior. As pesquisas mais efetuadas são, como seria de prever, as de horários e zonamentos tarifários. O acesso à aplicação MOVE-ME passou para o menu principal da página inicial.

Aplicação MOVE-ME

Em 2014 foram efetuados mais de 2,7 milhões de pedidos de horários na paragem e quase 70 mil pedidos de rotas, +304% e +111%, do que em 2013, respetivamente.

A aplicação reúne informação intermodal em tempo real sobre os operadores públicos do Porto e informação sobre a oferta planeada de 13 operadores privados, permitindo o acesso a um conjunto diversificado de informação, incluindo previsões *SMSBUS* e ao cálculo de percursos com horários em tempo real ou planeados.

Redes Sociais

O Facebook registou um crescimento de 58% no total de gostos, atingindo cerca de 12.000 no final do ano. A STCP mantém presença em outros media sociais como o *Twitter*, *Vimeo*, *Youtube*, *Slideshare* e *Flickr*, com menor expressão.

SMSBUS

Em 2014 o serviço *SMSBUS* registou uma quebra esperada, de 25% nos pedidos face ao ano anterior, totalizando cerca de 375.000, devido às alternativas existentes, gratuitas para o cliente: aplicação MOVE-ME para consulta de horários em tempo real, bem como a *widget SMSBUS* para computador.

Displays eletrónicos nos autocarros

Os *displays* eletrónicos informam todas as alterações de última hora, tais como desvios de percurso de linhas ao fim de semana, normalmente por eventos com grande impacto ou alterações de horários. Devido ao seu potencial, é também um meio de publicidade vendido a terceiros, sendo, nestes casos, os conteúdos identificados como tal.

Informação dinâmica em ecrãs

Foi mantida a informação de previsões de chegadas em tempo real dos autocarros STCP às quatro principais estações de metro: Campanhã, Trindade, S. Bento e Casa da Música.

Linha Azul

A Linha Azul teve um papel de relevo no esclarecimento de dúvidas dos clientes, tendo em 2014 dado resposta a cerca de 60 mil pedidos de informação, o que representa um aumento de 18% em relação ao ano anterior. Foi ainda efetuado o tratamento ou encaminhamento interno de 8.000 mensagens de correio eletrónico.

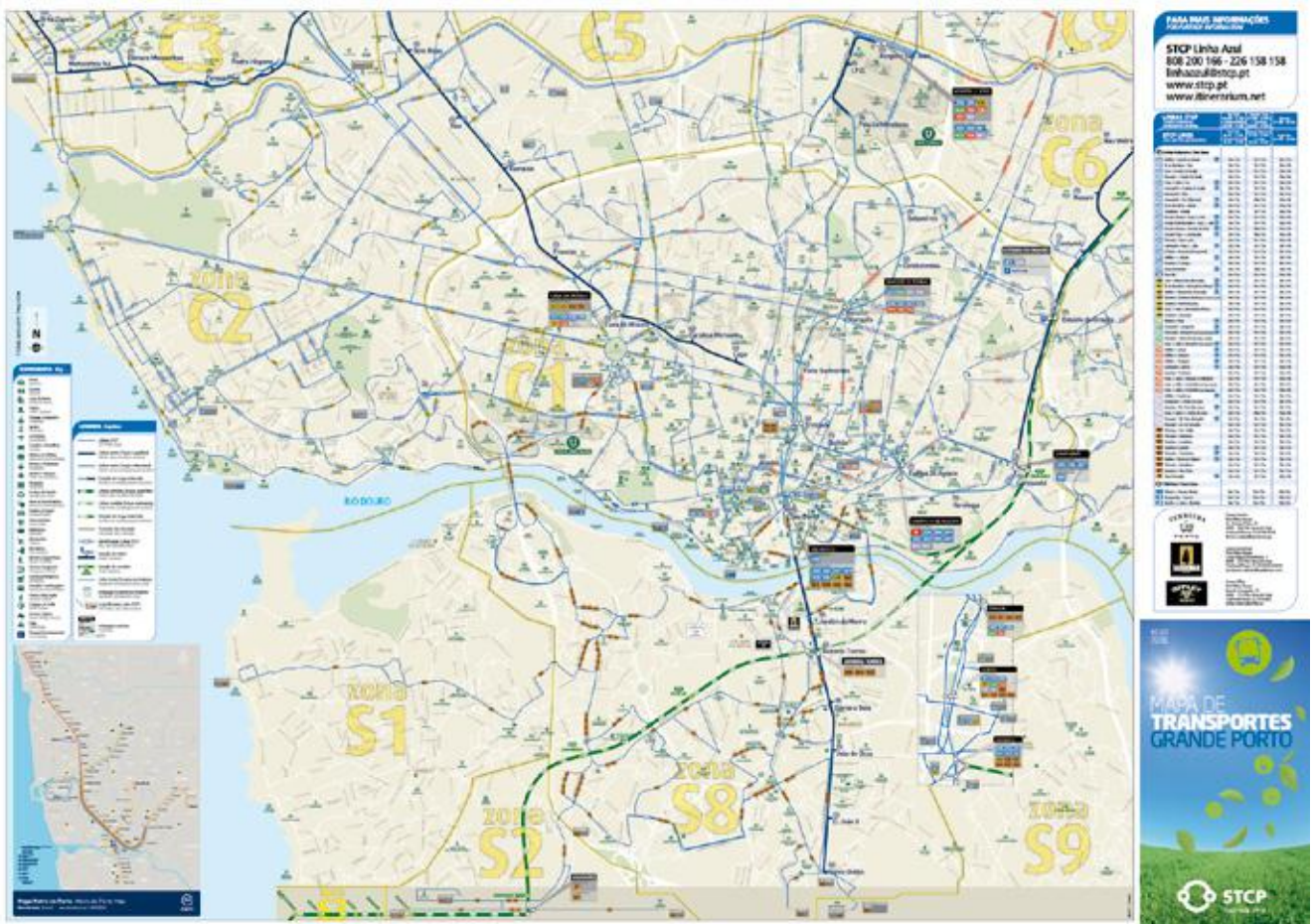
Perdidos e achados

O total de objetos registados foi de 3.703, o que representa -2% do que em 2013. Destes, cerca de 23%, 861 objetos, foram entregues diretamente aos clientes, tendo os restantes sido encaminhados para a Polícia de Segurança Pública.

Nova edição do mapa de transportes

A edição de 2014 foi colocada à venda nas lojas andante e no posto STCP do Bom Sucesso a partir do mês de maio. Para além da rede de autocarros e elétricos, o mapa inclui a rede da Metro do Porto e da CP e é vendido ao preço de 50 cêntimos.

O mapa permite a consulta rápida e simples das redes dos operadores públicos, inseridas nas zonas andante, constituindo assim uma importante ajuda para o planeamento de viagens intermodais.



3.2.4 Novos projetos

STCP integra projeto *Seamless Mobility*

A STCP, juntamente com o consórcio de parceiros de que se destaca a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, a Novabase, a Metro do Porto, S.A. e os Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP), integrou o projeto piloto *Seamless Mobility* – “solução integrada inovadora que visa a desmaterialização dos títulos de transporte, com vista à melhoria da rentabilidade dos operadores e a disponibilização de informação avançada ao público em tempo real”, que irão concretizar um novo projeto de bilhética intermodal baseada no telemóvel. Na sequência dos resultados do projeto Mobipag, em que a STCP participou em 2013, neste projeto será desenvolvido um protótipo de aplicação que testará a validação de títulos andante, carregados previamente no telemóvel e validados à entrada e à saída das viaturas, de modo a que seja aplicada a tarifa correspondente ao percurso efetuado pelo cliente. A STCP, a Metro do Porto e o TIP, colaboram na descrição funcional, definição de âmbito e na logística do projeto-piloto.



STCP oferece *Wi-Fi* gratuito nos seus autocarros

Desde o início do serviço, a 22 de setembro, até ao final do ano, o serviço *Wi-Fi* registou 82.800 utilizadores únicos, cerca de 511 mil sessões com uma duração média de 12 minutos. Este é um sistema totalmente desenvolvido em Portugal, que transformou a STCP no primeiro operador de transportes públicos urbanos rodoviários na Europa a disponibilizar cobertura *Wi-Fi* a bordo da sua frota de autocarros. Esta tecnologia inovadora, baseada em rede veicular, única em teste experimental a esta escala, permitiu que milhares de utilizadores dos autocarros da STCP tivessem acesso gratuito à internet durante os seus percursos dentro da cidade do Porto. O serviço foi lançado por um período experimental de seis meses, estando disponível em mais de 400 autocarros da STCP que circulam na cidade do Porto. Para os cerca de 300 mil clientes diários da STCP, este serviço é totalmente livre e gratuito.

Este sistema de comunicação aplicado à escala urbana resulta de um trabalho de cinco anos que tem vindo a ser desenvolvido pelas universidades de Aveiro e Porto, no âmbito de projetos financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, Comissão Europeia, QREN e pelo programa *Carnegie Mellon* Portugal. O serviço tem ainda como antecedente o projeto *SITMe*, liderado pelo INESC Porto, em parceria com a STCP. A aplicação deste projeto tem como objetivo, para além da extensão e cobertura da rede *Wi-Fi* do Porto, a recolha de grandes quantidades de dados científicos que, no âmbito do projeto *Future Cities*, serão utilizados para criar conhecimento em torno da internet do futuro. Está em desenvolvimento no âmbito do projeto *Future Cities* e resulta de uma parceria entre várias instituições como a STCP, Porto Digital, *Veniam Works*, NOS, Universidade do Porto e Universidade de Aveiro.



3.3 RESPONSABILIDADE PERANTE A COMUNIDADE

Dos compromissos que a STCP assume na sua política de qualidade, ambiente e segurança e saúde do trabalho, constam:

- Promover a comunicação e a cooperação permanente com as entidades externas, nomeadamente instituições governamentais centrais e locais, associações corporativas, autarquias e público em geral.
- Afirmar-se como agente dissuasor da utilização do transporte individual através da promoção de um transporte público urbano de passageiros de qualidade, seguro, moderno e eco eficiente.

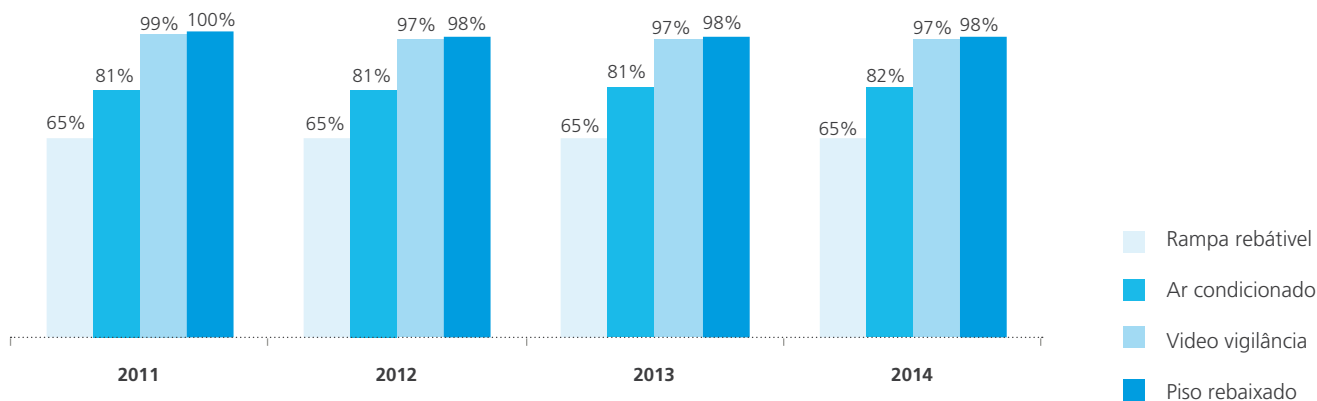
3.3.1 Frota

No final de 2014 a frota da STCP era constituída por 474 autocarros, com uma idade média de 12 anos e 6 carros elétricos históricos que efetuam serviço público.

FROTA	2011	2012	2013	2014	PESO 2014
Autocarros a gasóleo	213	221	220	218	46%
standard	173	173	172	170	36%
articulados	20	20	20	20	4%
minis	5	13	13	13	3%
2 pisos	15	15	15	15	3%
Autocarros a gás natural	255	254	254	256	54%
standard	225	225	225	227	48%
articulados	30	29	29	29	6%
Autocarros	468	475	474	474	100%
Carros elétricos	5	6	6	6	
Frota	473	481	480	480	



A frota, cujas características se apresentam no quadro abaixo, tem cerca de 26% das suas viaturas enquadradas nas normas EURO V e EEV.



A taxa de imobilização da frota de autocarros foi de 9,1%, menos 1,1 p.p. face a 2013³, registando-se 12,23 avarias por cada 10.000 veículos km totais, mais 4% relativamente ao ano anterior.

3.3.2 Participar na vida da comunidade Novo centro de reabilitação do norte (CRN) abriu com serviço da linha ZF

A abertura do novo CRN em Valadares contou com a parceria da STCP, ao nível do transporte e respetiva divulgação, dado que a linha ZF Valadares-Francelos é o único

transporte público que faz a ligação à Estação da CP de Valadares e à linha 901 da rede da STCP, que vai direta à baixa do Porto. Deste modo é conseguida ligação a toda a rede de transportes públicos, incluindo o metro, sem custos acrescidos graças ao tarifário Andante. A linha ZF é acessível a pessoas com mobilidade reduzida.

TRANSPORTE PÚBLICO NO CENTRO DE REABILITAÇÃO DO NORTE
A linha ZF Valadares-Francelos da STCP oferece acesso ao novo Centro de Reabilitação do Norte, todos os dias úteis.

901 TRINDADE - VALADARES



FREQUÊNCIAS (em minutos)

Dias Úteis	Sábados	Domingos
05:00	05:00	05:00
06:00	06:00	06:00
07:00	07:00	07:00
08:00	08:00	08:00
09:00	09:00	09:00
10:00	10:00	10:00
11:00	11:00	11:00
12:00	12:00	12:00
13:00	13:00	13:00
14:00	14:00	14:00
15:00	15:00	15:00
16:00	16:00	16:00
17:00	17:00	17:00
18:00	18:00	18:00
19:00	19:00	19:00
20:00	20:00	20:00
21:00	21:00	21:00
22:00	22:00	22:00

PRIMEIRA E ÚLTIMA VIAGEM

Destino	Primeira Viagem	Última Viagem
Trindade	05:00	22:00
Valadares	05:00	22:00

TARIFÁRIO DE TÍTULOS OCASIONAIS ANDANTE

Viagem	Título	Validade
Trindade - Elevador Guindardes (C1)	Z2	22
Ponte Luíz - R. das Matas (S8)	Z3	22
Quinta da Bela Vista - Valadares (Escolas) (S2)	Z3	22
Volta Valadares (Escolas) - Quinta da Bela Vista (S2)	Z3	22
R. das Matas - Ponte Luíz (S8)	Z3	22
Elevador Guindardes - Trindade (C1)	Z3	22

TRINDADE - VALADARES

Linha	Destino	Código	Destino	Código
901	Trindade	TRN	Trindade	TRN
901	Ay Alhadad	AAH	Ay Alhadad	AAH
901	Milcer Bolhão	MBL	Milcer Bolhão	MBL
901	Est. S. Bento	ESB	Est. S. Bento	ESB
901	Mozinho Silveira	MSL	Mozinho Silveira	MSL
901	Alameda	ALM	Alameda	ALM
901	Elevador Guindardes	EGD	Elevador Guindardes	EGD
901	Ponte Luíz	PLZ	Ponte Luíz	PLZ
901	Sandeman Celas (Caves)	SCV	Sandeman Celas (Caves)	SCV
901	Merced	MER	Merced	MER
901	Lgo. Alagabro	LGA	Lgo. Alagabro	LGA
901	Emera Celas (Caves)	ECV	Emera Celas (Caves)	ECV
901	Fonte Nova	FNV	Fonte Nova	FNV
901	Vitório Campos	VTC	Vitório Campos	VTC
901	Agua	AGU	Agua	AGU
901	Alam Empresa	ALM	Alam Empresa	ALM
901	Lgo. Montinho	LGM	Lgo. Montinho	LGM
901	Lgo. Ega Quilod	LQK	Lgo. Ega Quilod	LQK
901	Tu. Feteiro Loucos	FLC	Tu. Feteiro Loucos	FLC
901	Major Pata	MPA	Major Pata	MPA
901	Jr. M. Silva Bez	JMS	Jr. M. Silva Bez	JMS
901	Lanour	LNR	Lanour	LNR
901	Combrões	COM	Combrões	COM
901	Augusto Gomes	AGM	Augusto Gomes	AGM
901	R. das Matas	RMN	R. das Matas	RMN
901	Quinta da Bela Vista	QBV	Quinta da Bela Vista	QBV
901	Gandara	GND	Gandara	GND
901	Prada	PRD	Prada	PRD
901	Rego D. Agua	RDA	Rego D. Agua	RDA
901	Pedreiras	PRD	Pedreiras	PRD
901	Nova Lisboa	NLS	Nova Lisboa	NLS
901	Praceta Oliveira	PRO	Praceta Oliveira	PRO
901	Marinho	MAR	Marinho	MAR
901	Gomes Junior	GJM	Gomes Junior	GJM
901	Aguiar	AGU	Aguiar	AGU
901	Isidoro Sousa	ISD	Isidoro Sousa	ISD
901	Cabine	CAI	Cabine	CAI
901	Sto. António	STA	Sto. António	STA
901	Socsa Nogueira	SNR	Socsa Nogueira	SNR
901	Castro	CRS	Castro	CRS
901	Alberto O Cantador	ACN	Alberto O Cantador	ACN
901	Jose Portugal	JPT	Jose Portugal	JPT
901	Campolinho	CPN	Campolinho	CPN
901	Est. Nacional 109	EN1	Est. Nacional 109	EN1
901	Valadares (Est)	VAL	Valadares (Est)	VAL
901	Coelho Moreira	COM	Coelho Moreira	COM
901	Largo Ento	LEO	Largo Ento	LEO
901	Tu. Presedo	TPR	Tu. Presedo	TPR
901	S. Santos (Escolas)	SSS	S. Santos (Escolas)	SSS
901	Seminário	SEM	Seminário	SEM
901	Valadares (Escolas)	VAL	Valadares (Escolas)	VAL

ZF VALADARES (ESTAÇÃO) - FRANCELOS

TEMPOS APROXIMADOS DE VIAGEM

FREQUÊNCIAS (em minutos)

Dias Úteis: 30

PRIMEIRA E ÚLTIMA VIAGEM

Est. Francelos: 7:15 - 19:15

Est. Valadares: 7:00 - 19:00

TARIFÁRIO DE TÍTULOS OCASIONAIS ANDANTE

IDA: Z2 Valadares (Est) - Francelos (S2)

VOLTA: Z2 Francelos - Valadares (Est) (S2)

ZF VALADARES (ESTAÇÃO) - FRANCELOS

Dias Úteis: 30

PRIMEIRA E ÚLTIMA VIAGEM

Est. Valadares: 7:00 - 19:00

Est. Francelos: 7:15 - 19:15

TARIFÁRIO DE TÍTULOS OCASIONAIS ANDANTE

IDA: Z2 Valadares (Est) - Francelos (S2)

VOLTA: Z2 Francelos - Valadares (Est) (S2)

ZF
Valadares (Est)
Francelos

901
Trindade
Valadares (Escolas)

STCP
inspirada em si

³ Valores de 2013 retificados.

STCP colabora em simulacro de Matosinhos

A STCP participou, com um dos seus autocarros, num dos simulacros que fizeram parte da VI feira da proteção civil de Matosinhos. As entidades envolvidas foram o Serviço Municipal de Proteção Civil de Matosinhos, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Polícia de Segurança Pública, corpos de bombeiros de vários concelhos, INEM, Cruz Vermelha Portuguesa e empresas de transportes.

Semana da energia e do ambiente 2014

Enquanto associada da ADEPORTO - Agência de Energia do Porto, a STCP participou novamente, entre 29 de maio e 6 de junho, na divulgação da semana da energia e do ambiente, através de meios próprios nos autocarros, *site* e media sociais. Recorrendo aos serviços educativos do Museu do Carro Eléctrico, realizou também uma ação de sensibilização para crianças da EB1 de Costa Cabral, no Porto.

Campanha nacional “Vamos ao Teatro”

Sendo a STCP um dos parceiros que tradicionalmente tem apoiado a divulgação de espetáculos, apoiou esta campanha que teve por objetivo aumentar a frequência dos espaços de oferta cultural. A campanha decorreu durante o mês de outubro e foi dirigida a toda a população.

Divulgação novo serviço de cálculo de rotas da Área Metropolitana do Porto (AMP)

A AMP apresentou um novo serviço de cálculo de rotas de transportes públicos no seu *site*, tendo tido a parceria da STCP para a respetiva divulgação.

STCP colaborou na campanha “Porto a melhor destino europeu”

Através dos seus meios de comunicação digitais, *displays* eletrónicos, *site* e media sociais, a STCP promoveu o voto na cidade do Porto como melhor destino europeu numa campanha dinamizada pela autarquia da cidade.

Colaboração com a comunidade académica

Transporte especial “Festa do Último Recurso ISEP”

Foram realizados três dias de serviço de transporte especial para este evento. A parceria celebrada com a associação de estudantes consistiu no transporte a preço especial na Rede da Madrugada e em todas as linhas da Rede Diurna até às 07:30, mediante a apresentação dos cartões de estudante do ISEP.

Transporte especial queima das fitas 2014

Na queima das fitas, a STCP ofereceu reforço de capacidade e de frequências em linhas regulares durante toda a semana (de 4 a 11 de maio), para além dos vaivéns gratuitos alugados pela Federação Académica do Porto (FAP), todas as noites entre o centro da cidade e a zona da Asprela/Hospital S. João e o queimódromo. Como é habitual, a noite do cortejo destaca-se em termos de procura e meios alocados. Praticamente todas as viagens foram efetuadas com lotação máxima, estimando-se que este ano tenham sido transportados cerca de 90.000 estudantes em segurança.

Divulgação de espetáculos e iniciativas culturais

Foram estabelecidas parcerias com diversas tunas universitárias e diversas instituições para divulgação de espetáculos e iniciativas de índole cultural.

Projeto Universidade Júnior

A STCP voltou este ano a apoiar a organização deste programa de cursos de verão da Universidade do Porto, através da divulgação do evento em cartazes nos autocarros, da determinação dos mais rápidos percursos ao menor custo, bem como pela definição do tipo de título para cada trajeto e sua distribuição por cartões e atividades. Para esta edição, foram vendidas cerca de 8.500 viagens em mais de 1.400 cartões.

Projetos e trabalhos académicos

Ao longo do ano, foram dadas respostas a diversos pedidos, através de fornecimento de dados, imagens ou autorizações para captação de imagens, no âmbito de projetos e trabalhos académicos. Salienta-se um incremento verificado nos pedidos de colaboração em trabalhos académicos relacionados com vídeo e fotografia.

Serviços de transporte para grandes eventos “NOS Primavera Sound” volta a escolher STCP como transportadora oficial

Pela qualidade do serviço de transporte reconhecido nas anteriores edições, a STCP foi, pela terceira vez, apresentada pela organização como uma excelente opção de mobilidade para o maior festival de música da região, que decorreu entre os dias 5 a 7 de junho, no Parque da Cidade.

Durante os dias do festival o tempo esteve encoberto, com vento e períodos de chuva, o que poderá ter tido reflexos na afluência de passageiros, que superou os 9.000.

A STCP apoiou o evento em termos de mobilidade, essencialmente através da criação de um serviço especial entre o Parque da Cidade e os Aliados, que funcionou durante as três madrugadas do festival, e pelo reforço das diversas linhas regulares de autocarros que servem a sua envolvente. O evento foi divulgado no interior dos autocarros e em placas de paragem dedicadas ao festival.

No interior do recinto do festival esteve disponível uma Loja Andante para atendimento e venda de títulos de transporte. Adicionalmente, para garantir a rapidez no acesso aos autocarros, a STCP teve ainda um posto de venda de títulos de bordo para os autocarros na Praça Cidade Salvador.

Vaivém especial STCP para Serralves em Festa

Para além do reforço de oferta das linhas que dão mobilidade para Serralves, 201, 203, 207, 502 e 504, a STCP criou uma ligação adicional entre a Casa da Música e Serralves com um vaivém nos dias 31 de maio e 1 de junho, o que permitiu uma melhoria significativa das frequências de fim-de-semana, quer no horário diurno quer no horário noturno. Com esta operação foi captada uma procura adicional que rondou os 3.500 passageiros.

Noite de São João

Foi planeada para a noite de 23 para 24 de junho uma operação especial com prolongamento de serviços noturnos durante toda a madrugada e afetação de todas as viaturas de grande capacidade (articulados e dois pisos) disponíveis. Assim, estiveram em funcionamento até às 6h00 da manhã um total de 21 linhas, de modo a servir os principais eixos da rede, no Porto e concelhos limítrofes.

STCP e Metro do Porto dinamizaram a mobilidade durante as madrugadas do Verão

Para melhorar a mobilidade no centro do Porto para os locais de lazer noturno, a STCP participou no serviço "MOVE PORTO - METRO E AUTOCARROS 24 HORAS", através da rede da madrugada, constituída por 11 linhas, e divulgando este serviço, destacando-se também o apoio à promoção pela Câmara Municipal do Porto. Assim, à rede da madrugada da STCP foi adicionada a operação de serviço da Metro do Porto entre 11 de junho e 16 de novembro, garantindo-se a articulação de serviços entre ambas as operadoras para uma maior comodidade e conveniência dos clientes.

3.3.3 Promover a segurança nos transportes

Ao abrigo do protocolo estabelecido em 2010, foi mantida a colaboração com a Polícia de Segurança Pública (PSP), na procura de soluções de melhor fluidez de trânsito, de apoio em eventuais incidentes de natureza criminal ou problemas na atuação da fiscalização de passageiros.

A PSP também prestou apoio na operação dos serviços especiais à queima das fitas e ao festival NOS Primavera Sound garantindo a segurança dos embarques e dedicando especial atenção aos percursos dos autocarros.

Foi criado um grupo de trabalho, envolvendo a Direção Municipal de Gestão da Via Pública da Câmara Municipal do Porto, a Polícia Municipal do Porto e a STCP tendo em vista identificar e procurar soluções expeditas para os locais com maiores constrangimentos à circulação dos autocarros, devido a estacionamentos irregulares. Dessas reuniões, foram identificados e analisados 20 locais, oito já com estudo aprovado pelo município e cinco das propostas entretanto concretizadas.

No âmbito da proteção civil, a STCP participou em várias reuniões com diversos serviços municipais, no âmbito dos seus planos de emergência municipal, e colaborou diretamente em dois simulacros de acidente rodoviário no concelho de Matosinhos.

3.3.4 Museu do Carro Eléctrico

As obras no edifício

O museu vem, desde 2010, desenvolvendo o projeto da Musealização da Central Termo Eléctrica de Massarelos, cofinanciado no âmbito do QREN e do ON.2 O Novo Norte (NORTE-09-0347-FEDER-000140). Em 2014, foi apresentado à Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2) um novo pedido de prorrogação de prazo por mais 12 meses, com data final em junho de 2015, dado que finalmente se verificaram as condições necessárias para se avançar com as obras do Museu, que tiveram o seu início em outubro.

Em 2014, a exposição permanente do Museu continuou encerrada devido às obras. No entanto, a atividade manteve-se em programas realizados no exterior do edifício, para grupos de escolas, seniores e associações diversas. O programa com as escolas contou com a participação de cerca de 8.000 alunos. Os programas de festas de aniversários continuaram a realizar-se até ao início das obras.

Nos alugueres de Carros Eléctricos contratados por agências turísticas/promotores, estiveram envolvidos quase 5.000 participantes, verificando-se ainda cerca de 1.000 participações contratadas diretamente por empresas e particulares.

EVENTOS EM DESTAQUE

XXIV Desfile Anual de Carros Elétricos

No dia 3 de maio, decorreu mais uma edição do desfile de Carros Elétricos, que constitui um evento muito aguardado pelos aficionados deste meio de transporte, portugueses ou estrangeiros.



O tema escolhido foi “O centenário da conclusão da linha de elétricos da Avenida da Boavista”, dando-se especial enfoque aos carros elétricos que, no ano de 1914, fizeram pela primeira vez a totalidade do trajeto até ao Castelo do Queijo. Houve também animação em diversos pontos do percurso, desde ranchos a bandas, tunas académicas e fado.

Noite dos Museus 2014 – “as coleções fazem conexões”

Para celebrar a Noite dos Museus, no dia 17 de maio, foi organizada uma visita noturna aos carros elétricos da coleção, aparcados na denominada nave das reservas, e uma viagem pela linha da marginal numa viatura histórica da coleção. Devido à elevada procura por parte do público, foi realizada outra sessão no dia 31 de maio, para satisfazer todos os interessados.



Dia Internacional do Museu

“Museu no Carro Eléctrico” foi a atividade proposta para o dia 18 maio, Dia Internacional do Museu. Esta iniciativa conjunta com os museus do Porto teve como objetivo dar oportunidade aos diferentes públicos de verem um museu diferente: para além de circulante, ser também um museu à disposição de todos os museus.

Neste museu viajante, o vagão nº 49, destinado à reparação da rede aérea, circulou pela linha mais emblemática da cidade do Porto, a linha da marginal. O carro elétrico fez três paragens durante o seu percurso, Infante, Massarelos e Passeio Alegre. Nestes locais as pessoas puderam visitar este museu itinerante, qual “gabinete de curiosidades” descobrindo a história do Porto.



Semana Europeia da Mobilidade

O Museu do Carro Eléctrico participou uma vez mais na Semana Europeia da Mobilidade, através do evento que decorreu na EB1 de Costa Cabral no Porto no dia 18 de setembro, onde se realizaram diversas atividades relacionadas com os meios de transporte.



3.3.5 Associações e parcerias

A STCP é membro das seguintes entidades:

Union Internationale des Transports Publics (UITP)
Comissão Técnica Portuguesa de Normalização em Transportes, Logística e Serviços (CT 148)

A STCP é associada das seguintes entidades:

AEP – Associação Empresarial de Portugal
Associação Comercial do Porto
ADEPORTO – Agência de Energia do Porto
APVGN - Associação Portuguesa de Veículos a Gás Natural
CODIPOR - Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos
ISQ – Instituto Soldadura e Qualidade
ATC Porto Tours – Associação de Empresários para o Desenvolvimento do Turismo Cultural no Porto e na região
INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial
AMTC – Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações
Associação dos Amigos do Arquivo Distrital do Porto
Associação “Amigos do Coliseu do Porto”
Associação Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto
Fundação de Serralves

3.4 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

“Minimizar o impacto ambiental da sua atividade de suporte, dotando as instalações e os equipamentos de soluções tecnologicamente eficientes, que promovam a redução progressiva da poluição e do consumo dos recursos energéticos e naturais”, é um dos compromissos da Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, da Empresa.

Na atividade de transporte coletivo rodoviário, a STCP assume um papel relevante na qualidade ambiental do espaço urbano onde atua. O compromisso de contribuir para um futuro melhor, leva a empresa a apostar na melhoria contínua, procurando sempre as soluções tecnológicas mais eficientes e geradoras de impactos menos nocivos, concorrendo deste modo para a sustentabilidade social e ambiental.

Em 2014 foi revalidada, pela entidade certificadora APCER, a Certificação Ambiental da STCP.

Evolução de alguns indicadores:

Peso da frota de autocarros a gás natural	2014 54% 2013 54%
Variação do consumo total de água	2014 -3% 2013 -32%
Variação do consumo energia elétrica instalações	2014 -1% 2013 -11%

Em 2014 a STCP consolidou a sua comunicação com as entidades reguladoras, de acordo com o normativo legal que regula a sua atividade em termos de impacto ambiental, nomeadamente através da monitorização das fontes de emissão, do controlo da utilização de gases fluorados com efeito de estufa e empobrecedores da camada de ozono, da análise e controlo dos efluentes e da gestão dos resíduos produzidos.

Formação e sensibilização

Manteve-se como ação prioritária a sensibilização sobre a correta segregação de resíduos em ambiente oficial, onde decorre a normal atividade de manutenção das viaturas de serviço público, quer aos colaboradores da empresa, quer aos prestadores de serviços.

Frota: poupança com a utilização do gás natural

Com a utilização de frota a gás natural, em 2014, em detrimento de frota a gasóleo, foram poupados cerca de 3,2 milhões de euros em combustível e evitou-se a emissão de aproximadamente 779 toneladas de CO₂. Desde 2001, início de utilização de viaturas com este combustível em detrimento de viaturas a gasóleo, conduziu a uma poupança de aproximadamente 28,9 milhões de euros e de cerca de 7.006 toneladas de emissões de CO₂.



Frota: emissões de poluentes atmosféricos

EMISSIONES DE CO ₂	UNID.	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Gasóleo	ton	15.343	14.080	12.505	11.668	-838	-6,7%
Gás natural	ton	19.664	18.655	19.800	19.063	-737	-3,7%
Emissões de CO₂	ton	35.007	32.735	32.306	30.731	-1.574	-4,9%
Emissões de CO₂ /veículos. km totais	kg	1,39	1,40	1,40	1,38	-0,02	-1,2%

Em 2014, as emissões de CO₂ da frota reduziram-se 4,9%, devido à redução dos veículos.km e o CO₂ por veículos.km total diminuiu 1,2%, situando-se em 1,38 kg.

mais exigentes do ponto de vista ambiental em vigor na União Europeia.

Distribuição da frota em 2014 por normas EURO

A frota da STCP é composta por veículos que cumprem as normas EURO II (52%), EURO III (23%), EURO V (6%) e EEV (20%). Ou seja, cerca de 26% da frota cumpre já as normas

Energia

Foi aprovado pela Direção Geral de Energia o relatório anual de 2013, de acordo com despacho de 7 de janeiro de 2015, referente à execução do Plano de Racionalização do Consumo de Energia (2011-2013), nos termos do artigo 20º da Portaria nº 228/90, de 27 de março.

Consumo de energia em toneladas equivalentes de petróleo (tep)

(cálculo efetuado de acordo com a Portaria nº 228/90 de 27 de março)

	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
kWh carro eléctrico	323.693	369.670	406.806	400.317	-6.489	-1,6%
kWh/100km	288	310	341	351	11	3,2%
Eletricidade Carro Eléctrico (tep)	94	107	118	116	-2	-1,6%
kWh eletricidade instalações fixas	4.724.391	4.465.817	3.959.143	3.916.696	-42.447	-1,1%
Eletricidade instalações fixas (tep)	1.370	1.295	1.148	1.136	-12	-1,1%
Litros de gasóleo	5.838.263	5.357.625	4.758.484	4.439.752	-318.732	-6,7%
Litros/100km	54,9	55,0	54,1	53,9	-0,2	-0,4%
Gasóleo (tep)	5.094	4.675	4.152	3.874	-278	-6,7%
m ³ gás natural [1] [2]	9.996.899	9.484.226	10.066.228	9.691.622	-374.606	-3,7%
m ³ /100km [2]	68,7	69,7	70,4	69,2	-1,2	-1,7%
Gás natural (tep) [2]	8.197	7.777	8.254	7.947	-307	-3,7%
Consumo de energia (tep) [2]	14.756	13.854	13.673	13.073	-599	-4,4%

[1] valores obtidos através do medidor no ponto de entrega da estação de Francos.

[2] valores 2011 retificados.

O consumo de energia em tep apresentou uma redução de 4,4% face a 2013.

Água

Registou-se uma diminuição do consumo em 2014, de 3%, especialmente pela redução de 7% do consumo de água de captação, conseguida através de um controlo mais apertado.

O aumento no consumo de água da rede foi motivado por uma fuga em tubagem enterrada, de difícil deteção, reparada no mês de novembro.

	UNID.	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Consumo água da rede	m ³	12.136	7.722	7.270	7.630	360	5%
Consumo água captações	m ³	27.958	25.315	15.142	14.096	-1.046	-7%
Consumo total de água	m³	40.094	33.037	22.412	21.726	-686	-3%

Gestão de resíduos

A STCP efetua a recolha seletiva de resíduos e o seu encaminhamento para o destino mais adequado, privilegiando, sempre que possível, a respetiva valorização. Em 2014 verificou-se uma diminuição dos resíduos perigosos relativamente ao ano anterior.

Relativamente aos resíduos industriais não perigosos registou-se uma descida nos banais e subida nos resíduos metálicos e de madeira.

Resíduos mais significativos (evolução 2011-2014):

RESÍDUOS	UNID.	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
RESÍDUOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS							
Óleos usados	litros	17.400	11.837	14.650	13.100	-1.550	-11%
Baterias usadas	unid.	209	160	167	175	8	5%
Lâmpadas fluorescentes	kg	293	251	271	202	-69	-25%
RESÍDUOS INDUSTRIAIS NÃO PERIGOSOS							
Madeira	kg	6.360	4.760	3.920	7.560	3.640	93%
Resíduos industriais banais	kg	13.020	24.060	35.720	25.520	-10.200	-29%
Resíduos metálicos	kg	58.780	68.261	27.041	83.804	56.763	210%
OUTROS RESÍDUOS							
Papel e cartão	kg	12.105	14.490	5.250	5.555	305	6%
Resíduos de demolição e construção	kg	55.300	1.280	48.760	52.680	3.920	8%
Resíduos hospitalares grau III e IV	kg	65	62	59	55	-5	-8%

3.5 RESPONSABILIDADE PERANTE OS TRABALHADORES

A empresa assume o compromisso na sua política de qualidade, ambiente e segurança e saúde do trabalho, de *“garantir o desenvolvimento profissional, saudável e social dos seus trabalhadores, designadamente criando as condições adequadas ao exercício das suas atividades, que previnam as lesões, os ferimentos e os danos para a sua saúde”*.

3.5.1 Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2014 a STCP contava com 1.173 trabalhadores, tendo reduzido 58 efetivos (-4,7%) relativamente a 2013. No ano, verificaram-se 30 cessações de contrato de trabalho por mútuo acordo.

O efetivo médio em 2014 foi de 1.206 trabalhadores.

O pessoal tripulante, motoristas e guarda-freios, representava no final do ano 70,4% dos trabalhadores.

Cerca de 91% dos trabalhadores têm contrato laboral sem termo.

EFETIVO [1]	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Efetivo a 31 dezembro	1.318	1.262	1.231	1.173	-58	-4,7%
Pessoal tripulante a 31 dezembro [2]	891	886	860	826	-34	-4,0%
% pessoal tripulante	67,6%	70,2%	69,9%	70,4%	0,6 pp	0,8%
Efetivo médio	1.438	1.287	1.245	1.206	-39	-3,1%

[1] Sem órgãos sociais e trabalhadores requisitados. Inclui cedidos.

[2] Motoristas + guarda freios.

Taxa de Absentismo

TAXA DE ABSENTISMO	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Total da empresa	6,8%	7,0%	6,7%	7,4%	0,7 pp	10,4%
Pessoal tripulante	6,9%	7,8%	7,2%	8,4%	1,2 pp	17,0%

Em 2014 a taxa de absentismo total foi de 7,4%, e a do pessoal tripulante de 8,4%.

No ano verificaram-se 15 ocorrências de paralisação.

Trabalho Suplementar

TRABALHO SUPLEMENTAR [1]	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Horas extras total	81.189	99.594	101.882	96.701	-5.181	-5,1%
Horas extra pessoal tripulante	80.700	98.109	99.123	94.620	-4.503	-4,5%
Custo total (euros) [2]	583.490	589.436	587.243	546.769	-40.474	-6,9%
Custo pessoal tripulante (euros) [2]	579.370	578.971	568.273	532.649	-35.624	-6,3%

[1] Ótica do pagamento: trabalho pago no ano.

[2] Não inclui encargos sobre remunerações.



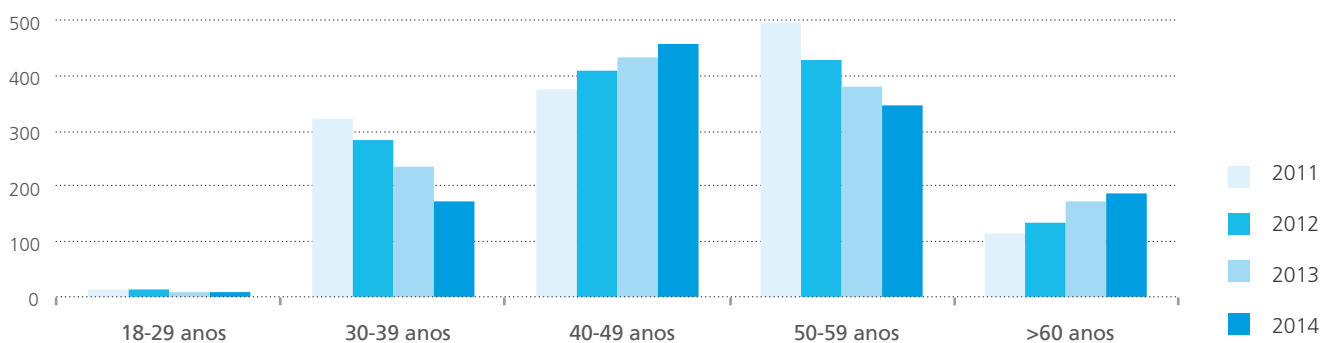
O número de horas de trabalho suplementar diminuiu cerca de 5%, concentrando-se na sua quase totalidade (98%) no pessoal tripulante.

O custo com o trabalho suplementar reduziu cerca de 7% face ao ano anterior.

Caraterização do efetivo

A antiguidade média dos trabalhadores é de 22,2 anos e a idade média é de 49 anos, encontrando-se 16% na faixa etária inferior a 40 anos.

ESTRUTURA ETÁRIA TRABALHADORES



O nível de escolaridade tem aumentado nos últimos anos. Em 2014 cerca de 25% dos trabalhadores tinham como habilitações o ensino secundário quando em 2011 eram 20%. Em contrapartida, a percentagem de trabalhadores com o ensino básico diminuiu de 73% em 2011 para 68% em 2014. A percentagem de trabalhadores com ensino superior manteve-se nos 7%.

As mulheres representam cerca de 7% da força de trabalho, sendo que 28% das quais são pessoal tripulante. As restantes ocupam funções em áreas técnicas e administrativas. Salienta-se que 50% dos cargos de direção são ocupados por mulheres.

EFETIVO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Cargo	Total	Mulheres (M)	Homens (H)	% de M por cargo	% de cargo por M
Dirigentes	8	4	4	50%	5%
Pessoal tripulante	826	23	803	3%	28%
Outros	339	54	285	16%	67%
Total	1.173	81	1.092	7%	100%

No que concerne ao princípio da igualdade do género e conforme o estabelecido no nº 1 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 19/2012, de 23 de março, a STCP elaborou, em maio de 2012, um diagnóstico da situação de homens e mulheres, tendo por base Indicadores para a Igualdade. A empresa ainda não adotou o plano para a igualdade determinado pela referida RCM.

Periodicamente, é reportada informação no âmbito da monitorização do Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado, conforme previsto no V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017, aprovado pela RCM nº 103/2013 de 31 de dezembro.

A STCP pratica uma política de recursos humanos baseada na igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e da não discriminação, promovendo a valorização do capital humano e implementando sistemas para garantir o bem-estar dos seus trabalhadores.

Relativamente ao rácio de remuneração mulher/homem, na STCP ele é igual a 1, uma vez que para toda e qualquer categoria profissional não existe diferenciação em função do género.

É praticada a livre associação de trabalhadores, sendo que cerca de 87% dos trabalhadores da empresa estão filiados em sindicatos.

Os princípios e as boas regras de procedimento nas relações interpessoais no interior da empresa estão consagrados no Código de Ética e de Conduta, editado no final de 2008.

Em 2009 foi aprovado o “Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas”, em conformidade com as orientações do Conselho de Prevenção da Corrupção.

As normas, códigos e regulamentos em vigor na empresa encontram-se disponíveis na *intranet* para consulta de todos os trabalhadores.

PRODUTIVIDADE [1]	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Veículos km (10 ³) / efetivo médio	17,1	17,7	18,2	18,1	-0,1	-0,5%
Lugares km (10 ³) / efetivo médio	1.551	1.617	1.650	1.645	-4	-0,3%
Passageiros (10 ³) / efetivo médio	66	66	63	62	-1	-2,3%
Passageiros km (10 ³) / efetivo médio	230	239	229	225	-4	-1,7%

[1] sem produção contratada

3.5.2 Desenvolvimento profissional

Formação

Em 2014 foram realizadas 5.920 horas de formação envolvendo 318 trabalhadores. As horas de formação do pessoal tripulante representaram 61% das horas totais de formação, correspondendo a 3.600 horas.

Prémios

No ano de 2014 não foram atribuídos quaisquer prémios de acordo com a Lei do Orçamento de Estado.

Avaliação de desempenho

Foi efetuada conforme o estabelecido na empresa.

Estágios

Em 2014, foram acolhidos oito estagiários, um dos quais no âmbito do programa estágios profissionais, apoiados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e sete estágios

curriculares, referentes a vários níveis de ensino (secundário/profissional e superior).

3.5.3 Benefícios sociais

Promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

A STCP tem uma política de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, adotando medidas concretas das quais se destaca o apoio logístico e financeiro ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da STCP. Trata-se de uma estrutura dirigida por trabalhadores da empresa que, de forma voluntária, organizam diversas atividades, desportivas e culturais dedicadas a todos os trabalhadores e respetivas famílias. Destas atividades são de salientar a festa de Natal e a colónia de férias no verão dedicadas aos filhos dos trabalhadores.

A STCP atribui aos trabalhadores com filhos em infantários e com idade inferior a 6 anos, uma comparticipação fixa.

Na assistência medicamentosa a empresa assegura o pagamento da parte não comparticipada. No posto clínico próprio há assistência de medicina curativa.

É disponibilizado um refeitório nas instalações da empresa em Francos com serviço de refeições, pelo custo do fornecimento, dispondo ainda, em todas as instalações, de máquinas de venda de produtos alimentares e de bebidas.

Desde abril de 2014, a empresa passou a disponibilizar a venda do título de assinatura rede geral com desconto de 50% aos familiares dos trabalhadores e reformados.

Programa de ginástica laboral para motoristas- FISIOBUS

O programa FISIOBUS - ginástica laboral para motoristas, iniciado em 2013, prolongou-se durante o primeiro trimestre de 2014. Executado em parceria com a Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto (Área Técnico-Científica de Fisioterapia), teve como objetivo a prevenção e redução de lesões nos músculos, ligamentos e articulações, resultantes do exercício daquela profissão.

Fundo de Pensões

A empresa possui um Fundo de Pensões, constituído em 1998, para cobertura dos encargos com o complemento de reforma dos seus trabalhadores.

Desde 1 de maio de 1975 passou a existir na empresa um plano de benefícios definido, que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores com contrato de trabalho sem termo, celebrado até ao ano de 2005 inclusive, calculado com base numa fórmula dada e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros (valor em vigor desde 2007).

O teto do complemento foi alterado para 600 euros, pelo previsto nos artigos 75º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro e 78º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, tal como referido no ponto 29 das notas relativas às demonstrações financeiras.

De acordo com o relatório atuarial elaborado em conformidade com as novas regras dos diplomas acima referidos, o valor do fundo em 31 de dezembro de 2014 era de 1.423.032 euros. Em 2014 foi efetuado um reforço do fundo em 103.157 euros, prevendo-se que seja necessário em 2015 uma contribuição na ordem dos 150.000 euros.

Evolução das pensões pagas e número de beneficiários

	UNID.	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Pensões pagas	10 ³ €	540	498	478	346	-133	-28%
Número de beneficiários	nº	288	256	219	199	-20	-9,1%

3.5.4 Segurança e saúde dos trabalhadores

Saúde dos trabalhadores

O posto clínico, situado nas instalações de Francos, manteve um elevado nível de prestação de cuidados de saúde, tendo sido efetuadas 3.838 consultas de clínica geral e 989 consultas de especialidade (26% relativas a estomatologia), para além dos cuidados de enfermagem também prestados no posto localizado nas instalações da Via Norte.

Foram realizadas 1.961 consultas pela medicina do trabalho e 602 consultas de especialidade de apoio. Efetuaram-se 1.954 exames sensoriais, visuais e auditivos que se alargaram a todos os trabalhadores, passando a estar incluídos no protocolo dos exames de revisão periódicos e de admissão.

Realizaram-se dois rastreios: visual e de colesterol. No primeiro participaram 70 trabalhadores e no segundo 253 trabalhadores.

O controlo de alcoolemia, integrado na medicina do trabalho, realizou 5.454 testes, tendo havido quatro positivos.

Formação e sensibilização relacionadas com segurança

Ao longo de 2014 foram realizadas ações de formação e sensibilização envolvendo o tema segurança, nas quais participaram 170 trabalhadores, nomeadamente na formação contínua de motoristas, na condução e manuseamento de empilhadores, primeiros-socorros e segurança contra incêndios.

Segurança dos trabalhadores

Com vista a avaliar as condições de trabalho, foram efetuadas, por médico de medicina do trabalho e técnico de higiene e saúde no trabalho, visitas a diversos locais de trabalho tais como: Torre das Antas, Estação de Recolha de Francos, terminais da Casa da Música e Bom Sucesso, colocação de informação ao público em Francos e na rua, Unidade do Carro Elétrico e ao posto de condução de diversos tipos de autocarros.

Ao longo de 2014 foram efetuadas 54 inspeções de higiene e segurança no trabalho às instalações, postos de trabalho e equipamentos.

Indicadores de acidentes de trabalho

Conforme se pode evidenciar no quadro abaixo, os indicadores de acidentes de trabalho, refletem uma involução face à tendência evidenciada nos últimos anos.

INDICADORES DE ACIDENTES DE TRABALHO		2011	2012	2013	2014	VAR. % 14 /13
Taxa de Frequência (Tf) =	$(\text{N}^\circ \text{ de acidentes de trabalho com baixa} / \text{N}^\circ \text{ horas efetivamente trabalhadas}) \times 1.000.000 =$	39,9	34,7	30,0	43,4	45%
Taxa de Gravidade (Tg) =	$(\text{N}^\circ \text{ de dias perdidos} / \text{N}^\circ \text{ horas efetivamente trabalhadas}) \times 1.000.000 =$	1.196	1.005	705	1.409	100%
Taxa de Incidência (TiT) =	$(\text{N}^\circ \text{ Acidentes Totais} / \text{N}^\circ \text{ total de trabalhadores}) \times 1.000 =$	78,3	75,2	60,1	87,6	46%

3.5.5 Comunicação interna e relações com parceiros sociais

A *intranet* continua a assumir a responsabilidade de instrumento estruturante da comunicação interna da STCP, acessível a todos os colaboradores, divulgando as notícias e informação diária corrente e disponibilizando a consulta a bases de dados, manuais e outras funcionalidades de relevo, como a marcação de férias, consulta do recibo de vencimento, ou escala do serviço diário do pessoal tripulante.

O *site* da STCP foi utilizado na campanha interna “assinatura familiar e reformado STCP”, através da criação de uma página de acesso externo, restrito ao universo de colaboradores e reformados, para envio dos dados, facilitando o tratamento dos pedidos.

Mensalmente foram realizadas reuniões entre o Conselho de Administração e a Comissão de Trabalhadores, com a presença de diversos responsáveis das áreas.

Foram mantidas reuniões entre Conselho de Administração e os diferentes sindicatos.







GOVERNO DA SOCIEDADE

Deste capítulo consta toda a informação relevante sobre o governo societário da STCP, do exercício de 2014, elaborada nos termos do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o novo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RISPE).

Dá-se seguimento ao disposto no ofício nº 1211, de 27 de fevereiro de 2015, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

4.1 MISSÃO, VISÃO, VALORES E POLÍTICA

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, Decreto-Lei nº 202/94, de 23 de julho, cujo objeto principal é a exploração do transporte público rodoviário coletivo de passageiros na Área Metropolitana do Porto (AMP) e acessoriamente a exploração de atividades complementares ou subsidiárias daquele objeto.

Como principal operador de serviço público da AMP, a STCP, de uma forma socialmente responsável, colabora ativamente para o desenvolvimento sustentável da região e das populações que serve.

Missão

Prestar um serviço de transporte público urbano de passageiros na AMP, em articulação concertada com os demais operadores rodoviários, ferroviário e de metro ligeiro, contribuindo para a efetiva mobilidade das pessoas, disponibilizando uma alternativa competitiva ao transporte individual privado e gerando, pela sua atividade, benefícios sociais e ambientais num quadro de racionalidade económica e na busca da melhoria contínua do seu desempenho.

Visão

Ser reconhecida como empresa de referência entre as que apresentam as melhores práticas do sector dos transportes públicos de passageiros, a nível nacional e europeu.

Valores

Os seguintes valores definem a postura da STCP perante a sociedade em geral, perante os clientes, perante o acionista, perante os parceiros e os fornecedores e, igualmente, nas relações com todos os que nela trabalham ou com ela cooperam: Legalidade, Responsabilidade, Rigor, Transparência e Isenção, Cooperação, Qualidade, Serviço Público, Consciência Social, Modernidade, Segurança e Preocupação Ambiental.

Política

No âmbito da sua Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho a STCP pretende:

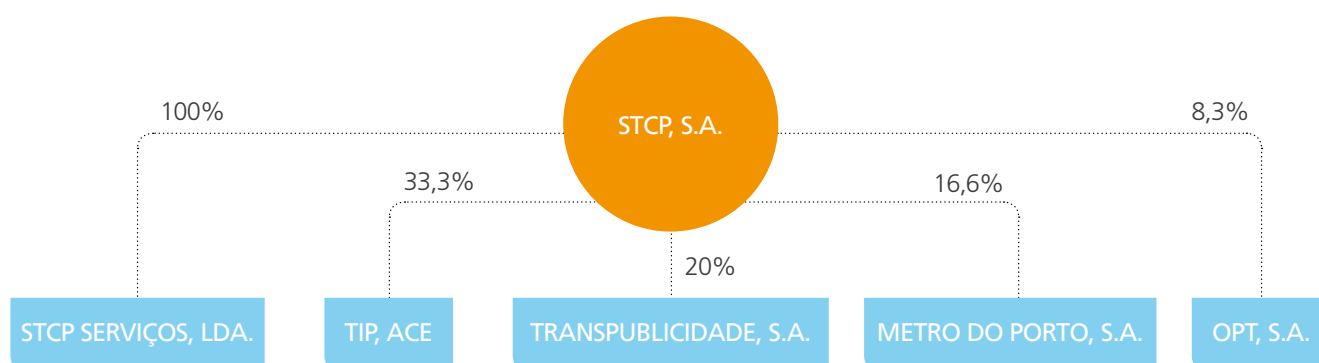
- Afirmar-se como agente dissuasor da utilização do transporte individual através da promoção de um transporte público urbano de passageiros de qualidade, seguro, moderno e eco eficiente.

- Responder às necessidades de mobilidade física e social dos clientes, através de uma adequada oferta ao nível da rede de transportes, da sua acessibilidade, dos horários e produtos, dentro dos limites permitidos pelas concessões, e pela racionalização dos recursos humanos e materiais.
- Promover a comunicação e a cooperação permanente com as entidades externas, nomeadamente instituições governamentais centrais e locais, associações corporativas, autarquias e público em geral.
- Garantir o desenvolvimento profissional, saudável e social dos seus trabalhadores, designadamente criando as condições adequadas ao exercício das suas atividades, que previnam as lesões, os ferimentos e os danos para a sua saúde.
- Minimizar o impacte ambiental da sua atividade de suporte, dotando as instalações e os equipamentos de soluções tecnologicamente eficientes, que promovam a redução progressiva da poluição e do consumo dos recursos energéticos e naturais.
- Desenvolver todas as suas atividades, produtos e serviços enquadrados por um sistema integrado de gestão, nas dimensões de qualidade, ambiente, segurança e saúde do trabalho, com o envolvimento de todos os seus trabalhadores, fornecedores, contratados, autoridades locais e clientes.
- Assumir a procura da melhoria contínua e o respeito pelos requisitos estabelecidos no seu Sistema Integrado de Gestão, incluindo não só os legalmente e estatutariamente aplicáveis como os de adesão voluntária, avaliando regularmente o seu desempenho através da realização de auditorias internas e culminando com a revisão anual do sistema.

4.2 MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O Estado Português é o acionista único da STCP, sendo a função acionista exercida pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, em articulação com o membro do Governo responsável setorial, ou seja, o Ministério das Finanças em articulação com o Ministério da Economia.

A STCP, S.A. tem as seguintes participações sociais:



Na STCP o modelo de governo monista latino é composto por um Conselho de Administração e dois órgãos de fiscalização, o Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SROC, de acordo com o definido nos estatutos da Empresa.

Órgãos sociais Mandato 2012 - 2014

CARGO	ÓRGÃOS SOCIAIS	ELEIÇÃO
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL		
Presidente	José António Ferreira de Barros	06/jun/14
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	06/jun/14
Secretário	Carlos Maria Pinheiro Torres	06/jun/14
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Presidente Não Executivo	João Velez Carvalho	10/ago/12
Vogal Executivo	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	29/jun/12
Vogal Executivo	Alfredo César Vasconcellos Navio	29/jun/12
Vogal Não Executivo	António José Lopes	10/ago/12
CONSELHO FISCAL		
Presidente	Pedro Romano Martinez	06/jun/14
Vogal Efetivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	06/jun/14
Vogal Efetivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	06/jun/14
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	06/jun/14
REVISOR OFICIAL DE CONTAS		
	António Magalhães & Carlos Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	09/set/09
	Representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC nº 177	

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 29 de junho de 2012, efetuada ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros para o Conselho de Administração da STCP:

- Vogal Executivo: Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira
- Vogal Executivo: Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 10 de agosto de 2012, efetuada ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros para integrarem o Conselho de Administração da STCP:

- Presidente Não Executivo: Dr. João Velez Carvalho
- Vogal Não Executivo: Dr. António José Lopes

Dois dos quatro membros do Conselho de Administração da empresa têm funções executivas e os dois restantes, funções não executivas e nenhum auferir qualquer remuneração suplementar por funções desempenhadas nas empresas participadas.

Mandato 2009-2011

CARGO	ÓRGÃOS SOCIAIS	ELEIÇÃO
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL		
Presidente	Rui de Carvalho Araújo Moreira (*)	06/abr/09
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	06/abr/09
Secretário	Carlos Maria Pinheiro Torres	06/abr/09
CONSELHO FISCAL		
Presidente	Pedro Romano Martinez	06/abr/09
Vogal Efetivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	06/abr/09
Vogal Efetivo	Maria Manuela Marques Lima (**)	06/abr/09
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	06/abr/09
REVISOR OFICIAL DE CONTAS		
	António Magalhães & Carlos Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	09/set/09
	Representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC nº 177	

(*) Apresentou renúncia ao cargo a 14 de outubro de 2013

(**) Apresentou pedido de cessação do cargo a partir de 1 de dezembro de 2013

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 6 de junho de 2014, efetuada ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal para acompanhar o mandato do Conselho de Administração da STCP (2012-2014):

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Eng.º José António Ferreira de Barros

Vice-Presidente: Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais

Secretário: Dr. Carlos Maria Pinheiro Torres

Conselho Fiscal

Presidente: Prof. Dr. Pedro Romano Martinez

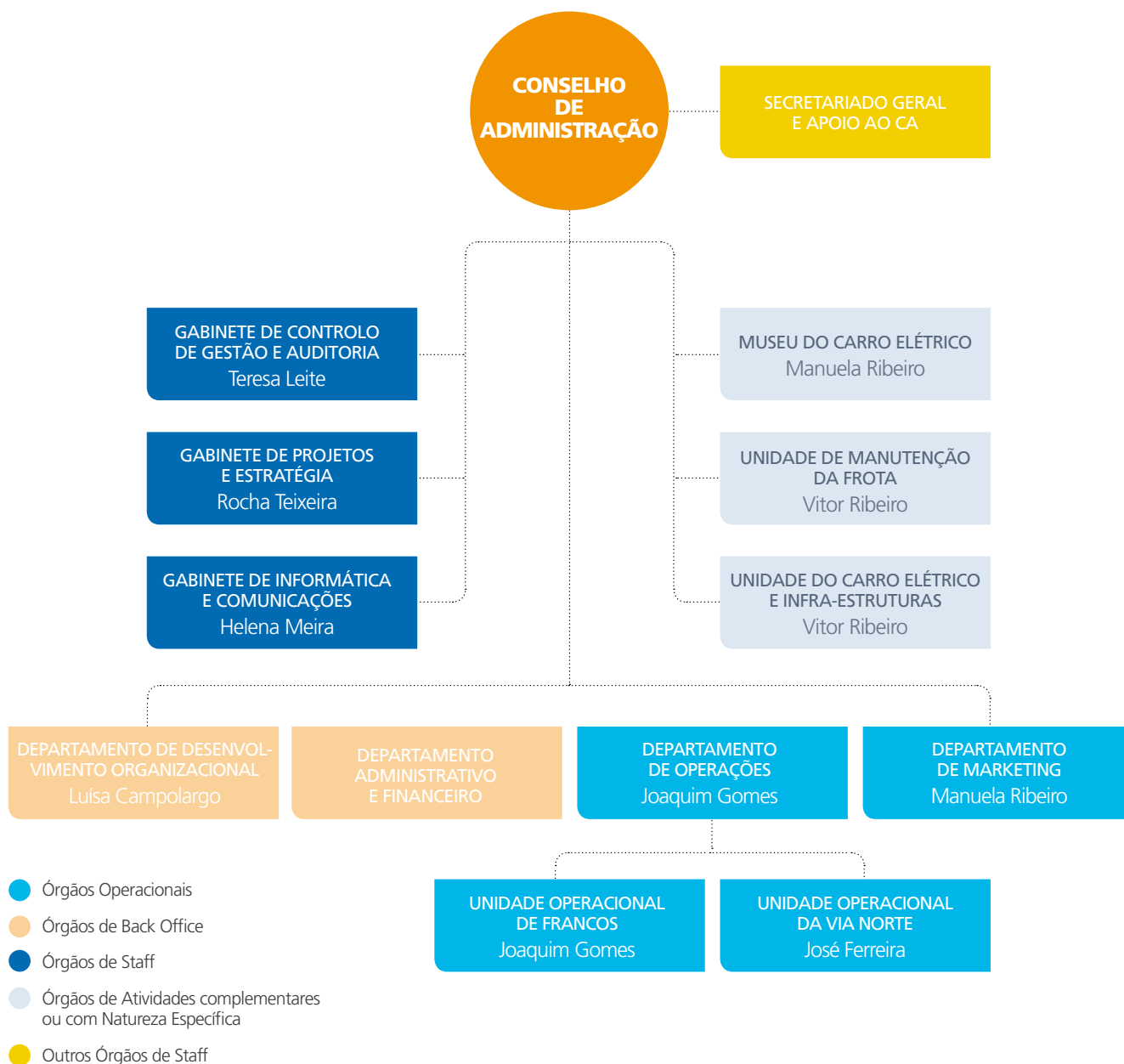
Vogal efetivo: Dra. Ana Alexandra Filipe Freitas

Vogal efetivo: Dr. Paulo Jorge Rodrigues Mateus

Vogal suplente: Dr. Dino Jorge Ramos Santos

O restante órgão social foi eleito no mandato 2009-2011 e manteve-se em funções.

Macroestrutura a 31 dezembro 2014



4.2.1 Funções e responsabilidades

Assembleia-Geral

Competências da Assembleia-Geral da sociedade definidas no Artigo 8º dos seus Estatutos:

1 - A Assembleia-Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei ou os presentes Estatutos lhe atribuem competência.

2 - Compete, em especial, à Assembleia-Geral:

a) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

b) Eleger e exonerar os membros da mesa da Assembleia-Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

c) Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos e aumentos de capital;

d) Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo para o efeito designar uma comissão de fixação de remunerações;

e) Deliberar sobre os projetos de expansão das linhas exploradas pela empresa;

f) Autorizar a aquisição e a alienação de bens imóveis, bem como a realização de Investimentos, quando, em cada caso, o valor exceda o correspondente a 10% do capital social da Sociedade;

g) Autorizar a aquisição e a alienação de participações sociais, neste último caso apenas quando o valor exceda o correspondente a 10% do capital social da STCP, S.A.;

h) Deliberar sobre a emissão de obrigações.

Conselho de Administração

Competências do Conselho de Administração nos termos definidos no Artigo 11º dos Estatutos da sociedade:

1 - Compete ao Conselho de Administração:

a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;

b) Elaborar o relatório anual;

c) Adquirir, alienar ou onerar direitos ou bens móveis e imóveis

e participações sociais sem prejuízo do disposto nas alíneas f) e g) do número 2 do artigo 8º;

d) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;

e) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade e as normas do seu funcionamento interno;

f) Constituir mandatários com os poderes considerados convenientes;

g) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela lei ou pela assembleia-geral.

2 - O Conselho de Administração pode, dentro dos limites legais, delegar algumas das suas competências num ou mais dos seus membros.

Atribuições específicas de cada membro do Conselho de Administração:

Presidente Não Executivo – Dr. João Velez Carvalho

Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral. Responsável pelas decisões estratégicas relativas a Recursos Humanos e pelo acompanhamento da Autoridade de Segurança da Exploração, da Empresa.

Exerce funções executivas na Metro do Porto, S.A. como Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva e no TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE como Vogal do Conselho de Administração.

Vogal Executivo – Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Serviço de Secretariado Geral e Apoio ao Conselho de Administração, Departamento de Marketing, Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria, Gabinete de Informática e Comunicações, Departamento Administrativo e Financeiro e Gabinete de Projetos e Estratégia.

Representa a STCP no Conselho de Administração na empresa participada Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP-ACE) e é o gerente da STCP SERVIÇOS – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda..

Vogal Executivo – Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Departamento de Operações, Departamento de Desenvolvimento Organizacional, Unidade de Manutenção da Frota, Unidade do Carro Elétrico e Museu do Carro Elétrico. Representa a STCP no Conselho de Administração nas empresas participadas OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, S.A. e TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, S.A..

Vogal Não Executivo – Dr. António José Lopes

Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral. Responsável pelo acompanhamento do Controlo de Gestão Planeamento e decisões de carácter estratégico. Representante do Conselho de Administração para o Sistema Integrado de Gestão e Qualidade. Exerce funções executivas na Metro do Porto, S.A. como Vogal do Conselho de Administração, na TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, S.A., como Presidente do Conselho de Administração e no TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE como Vogal do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

Nos termos do Artigo 14º dos Estatutos da Sociedade:

1 – A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente, e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro daquele órgão.

2 – O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas têm os poderes e deveres atribuídos pelo Código das Sociedades Comerciais.

4.2.2 Curricula vitae dos membros do Conselho de Administração**Presidente Não Executivo – Dr. João Velez Carvalho**

Data de Nascimento: 17 de abril de 1947

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Finanças, pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa (1970).

Pós-Graduação na Universidade de Paris XII com o Certificat d’Aptitude a l’Administration des Entreprises (diplome d’Etat) (1972).

Master of Business Administration (MBA) pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais da Universidade do Porto (1994).

Mestre em Métodos Quantitativos de Gestão pela Escola de Gestão da Universidade do Porto (2008).

Doutorando em Gestão Industrial na Universidade de Aveiro (2008/2013).

Atividade Profissional:

Desde julho de 2012, Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Metro do Porto, S.A..

Desde 1975: Professor no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto (área científica de Gestão Estratégica/Professor Adjunto do quadro). Diretor do Mestrado em Logística da Associação de Politécnicos do Norte (2009/2011).

Após 2006: Consultor de alta direção em diversas empresas (gestão estratégica); Direção de projetos de internacionalização.

2003–2006: Administrador da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., com os pelouros de Recursos Humanos, Operações, Manutenção e do Museu do Carro Elétrico; Administrador do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE (2006).

2000 – 2003: Consultor de alta direção em diversas empresas (gestão estratégica); Direção de projetos de internacionalização.

1999 – 2000: Consultor para as áreas do ambiente (águas e saneamento e resíduos sólidos urbanos e industriais) na EURISCO, S.A. (Grupo AEP) e LawGibb, S.A., desenvolvimento de projeto de realocação industrial com a Roland Berger&Partners e consultor da RAR – Sociedade de Controlo (Holding), S.A..

1989-1998: Administrador Delegado da SET – Serviços e Tecnologias, S.A. (Grupo RAR); Administrador Executivo da RAR AMBIENTE, S.A.; Administrador da NUTRIGER, SGPS, S.A.; Administrador da CLIMAESPAÇO – Sociedade de Produção e Distribuição de Energia Térmica Urbana, S.A.; Diretor da RAR – Sociedade de Capital de Risco, S.A.; Administrador Executivo da GROWELA Cabo Verde, SARL; Membro da Mesa da Assembleia Geral da RECOLTE – Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.; Presidente do Conselho Fiscal da Imperial – Produtos Alimentares, S.A..

1975 – 1989: Diretor Administrativo e Financeiro da MOLIN – Materiais de Desenho de Mário Lino, Lda.; Administrador Executivo da MOLIN SOUTH ÁFRICA, S.A.; Administrador Executivo da MOLIN U.K., S.A..

Vogal Executivo – Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira

Data de Nascimento: 19 de setembro de 1980

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto (2003).

Programa de Gestão Avançada, Escola de Gestão do Porto - EGP (2010).

Atividade Profissional:

De setembro 2009 a junho 2012 - Controller na Mota-Engil SGPS,SA.

De janeiro 2007 a agosto 2009 – Administrador da Mota-Engil Central Europe Slovenská Republika, a.s.; Administrador da Mota-Engil Engineering, a.s.; Gerente da M-Invest Slovakia Mierova, s.r.o; Gerente da M-Invest Sovaria Trnavska, s.r.o.; Gerente da M-Invest Slovakia, s.r.o.; membro do Conselho Fiscal da Bergamon, a.s.; Representante da Mota-Engil Engenharia e Construção – Sucursal da Eslováquia.

De janeiro 2006 a dezembro 2006 – Controller na Mota-Engil Central Europe, SA.

De julho 2004 a dezembro 2005 – Adjunto do Diretor Financeiro da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA – Sucursal de Angola.

De julho 2003 a junho 2004 – Técnico da Área Internacional da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA.

Vogal Executivo - Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio

Data de Nascimento: 15 de janeiro de 1967

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Informática de Gestão pela Universidade Portucalense Infante Dom Henrique (1988-1994).

Pós-graduação em Finanças pela Universidade Portucalense Infante Dom Henrique (1998-2000).

Atividade Profissional:

(desde 2012) Vogal do Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA (STCP).

(desde 2012) Vogal do Conselho de Administração da OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA.

(desde 2012) Vogal do Conselho de Administração da TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, SA.

(2010-2012) Gestor Técnico Comercial na Unidade de Desenvolvimento Imobiliário da EP-Estradas de Portugal, SA.

(2009-2010) Técnico de Planeamento e Desenvolvimento de Novos Negócios na Delegação Regional do Porto da EP-Estradas de Portugal, SA.

(2004-2008) Chefe da Divisão Administrativa e Financeira na Direção de Estradas do Porto do IEP – Instituto das Estradas de Portugal.

(2002-2004) Diretor da Divisão Administrativa e Financeira na Direção de Estradas do Porto do ICERR – Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária.

(2000-2002) Organização, controlo administrativo e financeiro de processos de empreitadas e apoio técnico a utilizadores de informática na Direção de Estradas do Porto do ICERR – Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária.

(1997-2000) Apoio técnico ao Sistema de Informação Contabilístico e Sistema de Informação de Empreitadas na Direção de Estradas do Porto da JAE - Junta Autónoma de Estradas e ICERR – Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária.

(1995-1997) Apoio técnico ao Sistema de Informação Contabilístico na Direção de Estradas de Viana do Castelo da JAE - Junta Autónoma de Estradas.

(1995) Consultor de apoio a utilizadores de informática na COMPTA RH – Organização e Gestão de Recursos Humanos, SA.

Outras Atividades:

(desde 2015) Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Futebol Clube da Foz

(desde 2012) 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Geral da ADEPORTO – Agência de Energia do Porto.

(2011-2013) 1.º Secretário da Mesa da Assembleia da Junta de Freguesia do Bonfim.

(2009-2011) Membro da Assembleia da Junta de Freguesia do Bonfim.

(2011-2012) Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ESV - Expansión Sin Vello - Estética, SA.

(2007-2010) Presidente do Conselho Fiscal da Casa do Pessoal da EP – Estradas de Portugal, EPE.



Vogal Não Executivo - Dr. António José Lopes

Data de Nascimento: 23 de novembro de 1957

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto, em 1982.
Pós-Graduação em Gestão para Executivos, pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa em 1998/1999.

Atividade Profissional:

(desde 13 de julho de 2012) Vogal do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva da Metro do Porto, S.A..

(desde 30 de julho de 2012) Vogal do Conselho de Administração da Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE.

(desde 2 de agosto de 2012) Gerente da Metro do Porto Consultoria – Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda..

(desde 22 de agosto de 2012) Presidente do Conselho de Administração da TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, S.A..

(desde 21 de dezembro de 2012) Vogal do Conselho de Administração da Associação Porto Digital.

(desde 28 de janeiro de 2013) Presidente do Conselho Fiscal da Associação de Empresários para o Desenvolvimento do Turismo Cultural no Porto e na Região (ATC – Porto Tours).

(desde 27 de março de 2013) Vogal do Conselho de Administração do TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE.

2010 – 2011 Diretor Geral da Tablestock, Serviços para Hotelaria e Restauração.

1998 – 2010: Diretor Geral de Compras, Aprovisionamentos e Investimentos e de Sistemas de Informação - Vista Alegre Atlantis S.A..

1997 – 1998: Diretor Geral - Empresa Continental Importadora, S.A..

1990 – 1997: Diretor Administrativo e Financeiro - EC-Material Eléctrico, Grupo General Electric, passando em janeiro de 2006 a denominar-se GE Power Controls Portugal.

1986 – 1989: Chefia dos Serviços de Controlo de Gestão - Empresa Electro-Cerâmica, Grupo Vista Alegre.

1985 – 1986: Subdireção Financeira - STCP (Serviços de Transportes Coletivos do Porto).

4.3 REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

4.3.1 Estatuto remuneratório

Mandato 2012/2014

1. Conselho de Administração

A Deliberação Social Unânime Por Escrito de 29 de junho de 2012:

Fixa as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto de Gestor Público (EGP), na redação dada pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, da RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e da RCM n.º 36, de 26 de março, em:

- Vogais Executivos: valor ilíquido € 3.662,56, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de € 1.465,02.

A estes valores ilíquidos serão aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010 e do artigo 19.º, n.º1, alínea c) e n.º 9, alínea c) da Lei n.º 55-A/2010, pelo que os valores serão:

- Vogais Executivos: valor líquido € 3.131,49, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de € 1.252,60.

A estas remunerações serão aplicadas outras reduções que vierem legalmente a ser determinadas. Em cumprimento do preceituado no n.º 1 do artigo 21.º e no artigo 29.º da Lei do OE/2012, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira - PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

A Deliberação Social Unânime Por Escrito de 10 de agosto de 2012: Fixa as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do EGP, na redação dada pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, da RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e da RCM n.º 36, de 26 de março:

- Presidente não executivo: valor ilíquido de € 1.144,55.
- Vogal Não executivo: valor ilíquido de € 915,64.

Porém, refere que os membros agora eleitos não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto administradores executivos.

Determina que aos valores ilíquidos sejam aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e do artigo 19º, nº1, alínea c) e nº 9, alínea q) da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, ou outras reduções que venham legalmente a ser estabelecidas.

Em cumprimento do preceituado no nº 1 do artigo 21º e no artigo 29º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, durante a vigência do PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

Na Assembleia-Geral da STCP, realizada a 18 de junho de 2013, sobre política de remunerações dos Órgãos Sociais da STCP, foi deliberado o seguinte:

- Ponto quinto - "(...) Em cumprimento do preceituado no artigo 37º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, declara-se que, durante a vigência do PAEF, não haverá lugar a atribuição de prémios de gestão. O pagamento do subsídio de férias será efetuado nos moldes que vierem a ser definidos no orçamento retificativo e o subsídio de natal é pago mensalmente, por duodécimos. As remunerações a auferir efetivamente pelos membros do Conselho de Administração não podem exceder os montantes atribuídos à data de 01-03-2012, data de entrada em vigor da RCM nº 16/2012."
- Ponto oitavo - "(...) Os membros executivos do Conselho de Administração auferem as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:
 - Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
 - O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no nº 3 do artigo 33º da EGP;
 - Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder € 80,00, nos termos do disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 32º da EGP.

Não é permitida:

- A atribuição de subsídio de refeição de valor superior ao fixado na Portaria nº 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria nº 1458/2009,

de 31 de dezembro, conforme o previsto no nº 1 do artigo 39º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro;

- A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 32º do EGP;
- O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no nº 2 do artigo 32º do EGP."

Foi ainda deliberado na Assembleia-Geral da STCP, realizada a 27 de maio de 2014, ponto sexto da ordem dos trabalhos, em cumprimento do disposto no artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, o seguinte:

"(...) As remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem ser fixadas em função da complexidade, exigência e responsabilidade inerentes às respetivas funções e atendendo às práticas normais no respetivo setor de atividade, tendo em conta igualmente os princípios e orientações estabelecidos pelo acionista e a situação do mercado. Face à atual situação económica e financeira nacional, torna-se necessária a definição de uma política de remuneração dos gestores públicos consistente com a eficiente gestão dos riscos, de modo coerente com a natureza da atividade e estratégia de negócio da empresa, promovendo o seu crescimento sustentado. Assim, assume particular relevo a necessidade de adotar um regime remuneratório que traduza uma efetiva moderação salarial, ajustada às especificidades da empresa, devendo, igualmente, ser assegurada a total transparência no que se refere à definição das políticas remuneratórias e à sua aplicação efetiva. (...) No contexto da vigência do PAEF a Portugal, foram, pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, objeto da Declaração de Retificação nº 2/2012, de 25 de janeiro, introduzidas alterações ao Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, que aprovou o Estatuto do Gestor Público, bem como foi aprovada a RCM nº 16/2012, publicada no D.R. 1ª série, de 14 de fevereiro, a qual procede à definição de categorias e critérios objetivos para a fixação do vencimento mensal dos gestores públicos, tendo por referência o limite do vencimento mensal do Primeiro-Ministro, que atribui a classificação C à STCP, S.A.. Assim, a remuneração dos gestores da STCP, S.A. será apurada de acordo com a metodologia definida na RCM nº 16/2012, publicada no D.R. 1ª série, de 14 de fevereiro, sem prejuízo da aplicação das reduções remuneratórias previstas no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e no nº 1 e alínea o) do nº 9 ambos do artigo 33º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), bem como de outras reduções remuneratórias que venham a ser legalmente definidas. Não há lugar à atribuição de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 41º

da LOE 2014, e o subsídio de Natal é pago mensalmente, por duodécimos, nos termos do artigo 35º da LOE 2014 (...)"

A partir do mês de junho de 2014, no seguimento do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 413/2014 que declarou, entre outros, a inconstitucionalidade com força obrigatória do artigo 33º da Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro, foi procedido ao pagamento dos salários, duodécimos do subsídio de natal e subsídio de férias sem redução remuneratória.

No mês de setembro de 2014 foi aplicado o regime previsto na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, com efeitos a partir daquela data.

2. Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal

Por Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 6 de junho de 2014, foi fixado o seguinte estatuto remuneratório a atribuir aos membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal:

- **Mesa da Assembleia Geral**
 - Presidente: senha de presença no valor de € 500,00.
 - Vice-Presidente: senha de presença no valor de € 425,00.
 - Secretário: senha de presença no valor de € 350,00.
- **Conselho Fiscal**
 - Presidente: valor mensal líquido de € 1.281,90, pago 14 vezes por ano.
 - Vogais: valor mensal líquido de € 961,42, pago 14 vezes por ano.

A estes valores será aplicada a redução remuneratória prevista no artigo 33º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro e para o Conselho Fiscal o pagamento do subsídio de natal será efetuado por duodécimos, nos termos do artigo 35º da mesma Lei, sem prejuízo de aplicação de eventuais disposições legais que vierem a ser determinadas.

Determina-se que, nos termos do disposto no nº 21 da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e no nº 3 da RCM nº 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do PAEF, as remunerações a auferir efetivamente pelos membros eleitos não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro. Aplica-se a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

A partir do mês de junho de 2014, no seguimento do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 413/2014 que declarou, entre outros, a inconstitucionalidade com força obrigatória do artigo 33º da Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro, foi procedido ao pagamento dos salários, duodécimos do subsídio de natal e subsídio de férias sem redução remuneratória.

No mês de setembro de 2014 foi aplicado o regime previsto na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, com efeitos a partir daquela data.

Mandato 2009/2011

Fixado pela Ata nº 1 de 29 de junho de 2009 da Comissão de Fixação de Remunerações da STCP.

1. Mesa da Assembleia-Geral

- Presidente: senha de Presença no valor de € 615,98.
- Vice-Presidente: senha de Presença no valor de € 466,56.
- Secretário: senha de Presença no valor de € 334,14.

2. Conselho Fiscal

- Presidente: remuneração mensal líquida correspondente a 20% da remuneração mensal líquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração, paga 14 vezes por ano.
- Vogais: remuneração mensal líquida correspondente a 15% da remuneração mensal líquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração, paga 14 vezes por ano.

Foi ainda deliberado na Assembleia-Geral da STCP, realizada a 27 de maio de 2014, ponto sexto da ordem dos trabalhos:

"(...) À remuneração atribuída ao Conselho Fiscal, estabelecida de acordo com os critérios fixados pelo Despacho nº 764/SETF/2012, de 24 de maio, é aplicada a redução remuneratória prevista no nº 1 e alínea o) do nº 9, ambos do artigo 33º da LOE 2014, bem como outras reduções remuneratórias que venham a ser legalmente determinadas. Nos termos do nº 3 da RCM nº 18/2012, que determina a aplicação do nº 21 da RCM nº 16/2012 e do Despacho nº 764/SETF/2012, de 24 de maio, conjugados com o nº 1 do artigo 256º da LOE 2014, as remunerações a auferir efetivamente pelos órgãos de Administração e Fiscalização não podem exceder os montantes atribuídos à data de 01.03.2012, data da entrada em vigor das referidas RCM nº 16/2012 e nº 18/2012."

3. Revisor Oficial de Contas

Por Deliberação Social Unânime Por Escrito tomada pelo acionista Estado, em 9 de setembro de 2009, sob proposta do Conselho Fiscal, foi eleita como Revisor Oficial de Contas da STCP, S.A., para o triénio 2009/2011, a Sociedade António Magalhães e Carlos Santos, S.R.O.C., representada pelo Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos, ainda em funções.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas ficou fixada em quinze mil e seiscentos euros de honorários, a pagar em duodécimos mensais de mil e trezentos euros, tendo-se procedido à formalização do respetivo contrato.

Foi ainda deliberado na Assembleia-Geral da STCP, realizada a 27 de maio de 2014, ponto sexto da ordem dos trabalhos:

(...) Nos termos do nº 3 da RCM nº 18/2012, que determina a aplicação do nº 21 da RCM nº 16/2012 e do Despacho nº 764/SETF/2012, de 24 de maio, conjugados com o nº 1 do artigo 256º da LOE 2014, as remunerações a auferir efetivamente pelos órgãos de Administração e Fiscalização não podem exceder os montantes atribuídos à data de 01.03.2012, data da entrada em vigor das referidas RCM nº 16/2012 e nº 18/2012."

A partir do mês de junho de 2014, no seguimento do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 413/2014 que declarou, entre outros, a inconstitucionalidade com força obrigatória do artigo 33º da Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro, foi procedido ao pagamento dos salários, duodécimos do subsídio de natal e subsídio de férias sem redução remuneratória.

No mês de setembro de 2014 foi aplicado o regime previsto na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, com efeitos a partir daquela data.



4.3.2 Remunerações e outras regalias

Mesa da Assembleia-Geral

			REMUNERAÇÃO ANUAL 2014 (€)			
MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	VALOR DA SENHA FIXADO (€ [A])	BRUTO (1)	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS (2)	VALOR APÓS REDUÇÕES (3) = (1)-(2)
2012-2014	Presidente	José António Ferreira de Barros	500	0	0	0
2012-2014	Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	425	0	0	0
2012-2014	Secretário	Carlos Maria Pinheiro Torres	350	0	0	0

[A] Valor da Senha fixado por Deliberação Social Unânime por Escrito de 6 de junho de 2014. A assembleia geral de 2014 realizou-se a 27 de maio.

			REMUNERAÇÃO ANUAL 2014 (€)			
MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	VALOR DA SENHA FIXADO (€)	BRUTO (1)	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS (2)	VALOR APÓS REDUÇÕES (3) = (1)-(2)
2009-2011	Presidente	Rui de Carvalho Araújo Moreira (*)	616	0	0	0
2009-2011	Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	467	467	0	467
2009-2011	Secretário	Carlos Maria Pinheiro Torres	334	334	0	334

(*) Apresentou renúncia ao cargo a 14 de outubro de 2013

Conselho de Administração

			DESIGNAÇÃO	
MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	FORMA	DATA
2012-2014	Presidente Não Executivo	João Velez Carvalho	Deliberação Social Unânime por Escrito	10/ago/12
2012-2014	Vogal Executivo	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Deliberação Social Unânime por Escrito	29/jun/12
2012-2014	Vogal Executivo	Alfredo César Vasconcellos Navio	Deliberação Social Unânime por Escrito	29/jun/12
2012-2014	Vogal Não Executivo	António José Lopes	Deliberação Social Unânime por Escrito	10/ago/12

ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

MEMBRO DO CA	ENTIDADE	FUNÇÃO	REGIME
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Vogal Conselho de Administração	Privado
	STCP SERVIÇOS - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Privado
Alfredo César Vasconcellos Navio	OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	Vogal Conselho de Administração	Privado
	TRANSPUBLICIDADE - Publicidade em Transportes, S.A.	Vogal Conselho de Administração	Privado

ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO VALORES MENSIS BRUTO (€)

NOME	FIXADO	CLASSIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO BASE	DESPESAS REPRESENTAÇÃO
João Velez Carvalho [1]	Sim	C	1.145	0
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Sim	C	3.663	1.465
Alfredo César Vasconcellos Navio	Sim	C	3.663	1.465
António José Lopes [1]	Sim	C	916	0

[1] Não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto Administradores Executivos

REMUNERAÇÃO ANUAL (€)

NOME	VARIÁVEL	FIXA*	OUTRA	REDUÇÃO LEI 12-A/2010	O. REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS	BRUTA APÓS REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	0	67.489	0	3.374	4.713	59.401
Alfredo César Vasconcellos Navio	0	68.856	0	3.443	4.860	60.554

* Inclui remuneração + despesas de representação

REMUNERAÇÃO ANUAL (€)					
MEMBRO CA	VARIÁVEL	FIXA*	BRUTO (1)	REDUÇÕES RE-MUNERATÓRIAS (2)	VALOR APÓS REDUÇÕES (3)=(1)-(2)
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	0	67.489	67.489	8.088	59.401
Alfredo César Vasconcellos Navio	0	68.856	68.856	8.302	60.554

* Inclui remuneração + despesas de representação

BENEFÍCIOS SOCIAIS (€)							
MEMBRO CA	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL		SEGURO DE SAÚDE	SEGURO DE VIDA	SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS
	VALOR/DIA	MONTANTE PAGO ANO	IDENTIFICAR	VALOR			
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	4,27	965	Segurança Social	15.036	0	0	175
Alfredo César Vasconcellos Navio	4,27	1.012	CGA	15.545	0	0	175

GASTOS COM COMUNICAÇÕES MÓVEIS (€)		
MEMBRO CA	PLAFOND MENSAL DEFINIDO	VALOR ANUAL
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	80	171
Alfredo César Vasconcellos Navio	80	558

ENCARGOS COM VIATURAS									
MEMBRO CA	VIATURA ATRIBUÍDA	CELEBRAÇÃO DE CONTRATO	VALOR DE REFERÊNCIA DA VIATURA	MODALIDADE	ANO INÍCIO	ANO TERMO	VALOR DA RENDA MENSAL	GASTO ANUAL COM RENDAS	Nº DE PRESTAÇÕES CONTRATUAIS REMANESCENTES
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Sim	Sim	38.513	ALD	2009	2015	847	10.169	5.062
Alfredo César Vasconcellos Navio	Sim	Sim	44.332	ALD	2010	2015	909	10.908	5.407

GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS (€)

MEMBRO CA	PLAFOND MENSAL DEFINIDO PARA COMBUSTÍVEL	COMBUSTÍVEL	PORTAGENS	OUTRAS REPARAÇÕES	SEGURO	OBSERVAÇÕES
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	366	1.867	211	207		
Alfredo César Vasconcellos Navio	366	2.708	489	650		

GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (€)

MEMBRO CA	DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO	CUSTO COM ALOJAMENTO	AJUDAS DE CUSTO	OUTRAS		GASTO TOTAL COM VIAGENS (Σ)
				IDENTIFICAR	VALOR	
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	0	0	0			0
Alfredo César Vasconcellos Navio	0	0	0			0

Foi dado cumprimento ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa – os membros do Conselho de Administração não têm cartão de crédito atribuído.
- O reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal – não se efetuou reembolsos de despesas neste âmbito.

Conselho Fiscal

DESIGNAÇÃO

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	FORMA	DATA	ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO (MENSAL) (€)
2012-2014	Presidente	Pedro Romano Martinez	Deliberação Social Unânime por Escrito	06-jun-14	1.282
2012-2014	Vogal Executivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	Deliberação Social Unânime por Escrito	06-jun-14	961
2012-2014	Vogal Executivo	Paulo jorge Rodrigues Mateus	Deliberação Social Unânime por Escrito	06-jun-14	961

DESIGNAÇÃO					
MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	FORMA	DATA	ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO (MENSAL) (€)
2009-2011	Presidente	Pedro Romano Martinez	Assembleia Geral	06-abr-09	1.096
2009-2011	Vogal Executivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	Assembleia Geral	06-abr-09	822
2009-2011	Vogal Executivo	Maria Manuela Marques Lima (**)	Assembleia Geral	06-abr-09	822

(**) Apresentou pedido de cessação do cargo a partir de 1 de dezembro de 2013

REMUNERAÇÃO ANUAL 2014 (€)			
NOME	BRUTO (1)	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS (2)	VALOR APÓS REDUÇÕES (3)=(1)-(2)
Pedro Romano Martinez	16.909	744	16.164
Ana Alexandra Filipe Freitas	12.682	440	12.242
Paulo Jorge Rodrigues Mateus	7.742	230	7.512

Revisor Oficial de Contas

MANDATO (INÍCIO - FIM) (1)	CARGO	IDENTIFICAÇÃO SROC/ROC		DESIGNAÇÃO		REMUNERAÇÃO CONTRATADA MENSAL	Nº DE MANDATOS EXERCIDOS NA SOCIEDADE
		NOME	NÚMERO	FORMA	DATA		
2009-2011	Revisor Oficial de Contas	António Magalhães e Carlos Santos, S.R.O.C	53	Deliberação Social Unânime por Escrito	09-set-09	1.300	2

(1) Eleito para o Mandato 2009 - 2011, mantendo-se em funções

REMUNERAÇÃO ANUAL 2014 (€)			
NOME	BRUTO (1)	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS (2)	VALOR APÓS REDUÇÕES (3)=(1)-(2)
António Magalhães e Carlos Santos, S.R.O.C	15.600	1.300	14.300

Auferiu adicionalmente pelo trabalho de revisão de contas consolidadas, o valor de 4.654€.

4.4 OBJETIVOS DE GESTÃO E GRAUS DE CUMPRIMENTO

Os objetivos estratégicos para o mandato 2012-2014 foram definidos no âmbito do Plano Estratégico dos Transportes - PET, a que se vieram a acrescentar as orientações e medidas das Deliberações Sociais Unâнимes por Escrito de 29 de junho e de 10 de agosto de 2012.

Para o ano de 2014 foram acrescentadas as orientações emanadas do Ofício Circular da DGTF nº 7038 de 21 de novembro de 2013, do Orçamento de Estado para 2014 e das Grandes Opções do Plano para 2014.

O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+), de 10 de abril de 2014, veio proceder à atualização do Plano Estratégico dos Transportes (PET) 2011-2015, e para além de projetar uma segunda fase de reformas estruturais a empreender no sector dos transportes, apresenta o balanço das medidas propostas no âmbito do PET, bem como o seu grau de execução, identificando no que respeita à STCP, S.A., o seguinte:

Medidas executadas na totalidade

- Gestão conjunta STCP/Metro do Porto
- Racionalização de custos de funcionamento (FSE, CMVMC)
- Redução do número de elementos dos Conselhos de Administração
- Redução do número de quadros de chefia
- Potenciação de receitas não core
- Adequação da oferta e níveis de serviço à procura efetiva
- Atualização dos tarifários à média europeia ajustada à paridade de poder de compra
- Focalização dos recursos disponíveis no apoio às famílias de menores rendimentos (criação do Passe Social+)

Medidas parcialmente executadas

- Reestruturação operacional das empresas públicas de transportes por forma a atingir um EBITDA positivo
- Celebração de novos acordos de empresa adequados à situação financeira das empresas
- Redução do número de efetivos, ajustando os quadros de pessoal às efetivas necessidades de uma empresa eficiente
- Adequação dos regimes laborais à situação financeira do país e em linha com as práticas e direitos vigentes para a generalidade dos trabalhadores portugueses
- Reestruturação operacional – 2ª fase: abertura à iniciativa privada da exploração dos serviços públicos de transporte de passageiros

A empresa consubstanciou através dos Instrumentos Previsionais de Gestão 2014, na sua versão final em 29 de novembro de 2013, o Plano de Atividades e Orçamento 2014 e o Plano de Investimentos e Alienação de Ativos 2014, remetidos às Tutelas.

Apresenta-se de seguida, de forma quantificada, as metas atingidas dos objetivos de gestão de acordo com o previsto no artigo 38º do DL nº 133/2013, de 3 de outubro.

Objetivos do contrato de gestão 2012-2014

Em 2012 foi enviada para as Tutelas a proposta de indicadores a incluir nos contratos de gestão 2012-2014, a celebrar com os administradores, os quais não foram ainda aprovados. Esses indicadores e metas eram os seguintes para 2014:

INDICADORES	UNID.	PESO %	2014	
			OBJETIVO	REAL
Volume de Negócios	10 ^{^3} €	10%	50.407	48.127
Gastos Operacionais	10 ^{^3} €	10%	56.303	53.453
EBITDA (*)	10 ^{^3} €	5%	7.531	1.406
Gastos Operacionais por pass. km	€	5%	0,201	0,197
Taxa de Cobertura	%	5%	89,5%	90,0%
Prazo Médio de Pagamentos	dias	5%	60	68
Taxa de Ocupação	%	5%	13,5%	13,7%
Velocidade Comercial	km/h	5%	15,26	15,66
Índice de Qualidade da Oferta	%	5%	98,5%	95,2%
Emissão de Poluentes	(g CO ₂ /Pass km)	5%	91,0	113,3
Assinatura contrato O&M	%	15%	100%	0%
Reestruturação	%	10%	30%	10%
Fusão MP/STCP	%	15%	40%	10%

(*) Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, provisões, reversões, imparidades, variações de justo valor, indemnizações por cessação de contrato de trabalho e componente financeira das rendas de *leasing* operacional.

- O cumprimento do indicador volume de negócios foi prejudicado pela redução da procura e conseqüente impacto na receita de títulos de transporte, cujo peso no volume de negócios representa cerca de 95%.
- O cumprimento do indicador EBITDA foi prejudicado pela diminuição dos rendimentos operacionais devido à redução da receita de títulos de transporte mas essencialmente à diminuição dos subsídios à exploração.
- O indicador prazo médio de pagamentos ficou aquém do objetivo, devido ao aumento da dívida a fornecedores e credores diversos e à redução das aquisições de bens e serviços. O indicador é obtido através da divisão do montante da dívida a fornecedores e credores diversos pelo montante de aquisições de bens e serviços, que registaram uma variação em 2014 de +14% e -10%, respetivamente, devido às dificuldades financeiras da empresa.
- O índice de qualidade de oferta foi penalizado essencialmente pelo aumento de reclamações e pela diminuição da taxa de cumprimento de serviço.
- Procedeu-se à alteração de metodologia de cálculo do objetivo de emissão de poluentes e onde está referido 91,0 deverá ser considerado 115,1.
- O lançamento do concurso de operação e manutenção (O&M) estava previsto para o ano de 2013, mas ocorreu em 2014.
- A assinatura do contrato O&M, prevista para 2014, ainda não se verificou.
- No que respeita à reestruturação/fusão, estas continuaram a ser temporalmente prejudicadas pela incerteza quanto ao modelo de organização da mobilidade na Área Metropolitana do Porto.



Plano de Atividades e Orçamento 2014

Plano Redução de Custos (PRC)

PRC	UNID.	META	2014	2013	2012	2011	2010	Δ ABS.	VAR.	Δ	VAR.
									%	ABSOL.	%
								2014/2013	2014/2010		
EBITDA (a)	10³ €		1.406	5.774	4.432	7.335	1.489	-4.367	-76%	-83	-6%
(1) CMVMC	10³ €		1.078	1.341	1.260	1.545	1.421	-264	-20%	-343	-24%
(2) FSE	10³ €		22.096	24.847	31.021	32.622	32.611	-2.750	-11%	-10.515	-32%
Deslocações/Estadas	10 ³ €	em	1,7	2,3	1,9	9,3	15,16	-1	-26%	-14	-89%
Ajudas de custo	10 ³ €	linha	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comunicações	10 ³ €	com	160,8	197,1	360,7	425,2	441,1	-36	-18%	-280	-64%
		2013									
(3) Gastos com o pessoal	10³ €		30.647	31.638	30.954	36.934	39.999	-991	-3%	-9.352	-23%
(3.1) dos quais	10³ €	n.a.	1.333	211	1.820	2.872	954	1.122	531%	379	40%
Indemnizações											
(4) Total gastos =	10³ €		52.488	57.615	61.415	68.229	73.077	-5.126	-9%	-20.589	-28%
(1)+(2)+(3)-(3.1)											
(5) Volume de negócios (VN) (b)	10³ €		48.127	49.541	53.429	54.214	52.745	-1.414	-3%	-4.618	-9%
Peso dos Gastos / VN (4)/(5)	%		109%	116%	115%	126%	139%	-7 pp	-6%	-29 pp	-21%
Número de RH (c)	nº	-3%	1.173	1.231	1.262	1.318	n.a.	-58	-5%	n.a.	n.a.
		face a									
Número de efetivos (c)	nº	2012	1.173	1.231	1.262	1.318	n.a.	-58	-5%	n.a.	n.a.
Número de cargos de direção (c)	nº		8	12	13	14	n.a.	-4	-33%	n.a.	n.a.
Nº de efetivos / cargos de direção	nº		147	103	97	94	n.a.	44	43%	n.a.	n.a.
Viaturas											
Número de viaturas (d)	nº		52	55	n.a.	n.a.	n.a.	-3	-5%	n.a.	n.a.
Gastos com viaturas	10 ³ €		172	218	n.a.	n.a.	n.a.	-46	-21%	n.a.	n.a.

(a) Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, provisões, reversões, imparidades, variações de justo valor, indemnizações por cessação de contrato de trabalho e componente financeira das rendas de *leasing* operacional.

(b) Volume de negócios = vendas e serviços prestados + outros rendimentos e ganhos.

(c) A 31 de dezembro, sem órgãos sociais e trabalhadores requisitados. Inclui cedidos.

(d) Alienadas três viaturas em 2014.

No âmbito do cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais, conforme ofício-circular nº 7038, de 21 de novembro de 2013, relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2014, destaca-se:

- O somatório das rubricas custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC), fornecimentos e serviços externos (FSE) e gastos com pessoal deduzidos das indemnizações por cessação de contrato de trabalho (ICCT) atingiram em 2014 o montante de 52,5 milhões de euros, reduzindo 28%, 21 milhões de euros, face a 2010.
- O EBITDA atingiu o montante de 1,4 milhões de euros, apresentando no entanto uma redução em 4,4 milhões de euros relativamente a 2013.
- O total de gastos com comunicações, despesas com deslocações e ajudas de custo foram inferiores a 2013, em 19%.
- Os gastos com a frota automóvel reduziram 21%, cerca de 46 mil euros, e o número de viaturas reduziu 5%, face ao ano anterior.
- O efetivo a 31 de dezembro de 2014 era de 1.173 trabalhadores, tendo reduzido 7%, menos 89 trabalhadores, face a 31 de dezembro de 2012.

- Os cargos de direção a 31 de dezembro de 2014 apresentavam uma redução de 33% face a 2013. Evolução da política de redução de gastos com dirigentes, avaliada pelos seguintes rácios:
 - Nº de efetivos/Cargos de Direção – registou uma evolução positiva de 43% face a 2013; Em 2014 este rácio passou a 147 quando em 2013 era de apenas 104.
 - Gastos com Cargos de Direção/Gastos com pessoal – reduziram 0,3 p.p. face a 2013, passando de 2,7% em 2013 para 2,4% em 2014.
- Confirma-se a aplicação a todos os trabalhadores das orientações relativas às remunerações, vigentes em 2014.

Gestão do risco financeiro

ANOS	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos Financeiros (€) [1]	8.318.389	14.437.861	20.951.696	21.350.025	19.653.131
Taxa Média de Financiamento (%)	3,01%	3,90%	4,75%	4,48%	3,55%

[1] Juros de financiamento e de outros instrumentos financeiros e encargos com financiamentos.

Passivo remunerado

PASSIVO REMUNERADO (€)	2013	2014	VAR. ABSOL.	VAR. %
Financiamento obtidos	395.935.043	415.208.460	19.273.417	4,9%
.... dos quais concedidos pela DGTF	0	301.250.249	301.250.249	
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	
Aumentos de Capital por dotação de créditos	0	0	0	
Endividamento Ajustado	395.935.043	415.208.460	19.273.417	4,9%

A STCP terminou o ano de 2014 com uma dívida remunerada total de 415 milhões de euros, registando um aumento de 4,9% face a 31 de dezembro de 2013.

Foi excedido em 0,9 p.p. o limite de endividamento de 4% estipulado no nº 5 do artigo 61º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro.

O empréstimo concedido pela DGTF representa 73% da dívida remunerada (ver ponto 5.3).

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

De acordo com o previsto no artigo 123º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, a STCP submeteu à Secretaria de Estado do Tesouro (SET) o pedido de aplicação do regime de exceção ao Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE) para o ano de 2014.

Pelo Despacho nº 2585/14 da SET, de 19 de dezembro, foi autorizado o regime de exceção à UTE no que respeita a financiamentos e garantias bancárias.

De referir que no ano não se registaram quaisquer aplicações financeiras constituídas.

As disponibilidades movimentadas foram da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. e resultaram das necessidades da empresa no que diz respeito à sua gestão corrente.

A STCP procedeu à entrega dos juros líquidos recebidos, já em 2015, auferidos em resultado de disponibilidades financeiras existentes em incumprimento com o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

Evolução do prazo médio de pagamento a fornecedores (PMP)

Em 2014 o PMP foi de 68 dias, registando um aumento de 14,5 dias face a 2013.

O PMP obtém-se dividindo o montante da dívida a fornecedores e credores diversos pelo montante de aquisições de bens e serviços, que registaram uma variação em 2014 de +14% e -10%, respetivamente. Assim, o PMP aumentou em cerca de 14,5 dias (+27%).

PMP [1]	2013	2014	VAR. 2014/2013
Prazo (dias)	53,9	68,4	14,5

[1] Em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril.

Atrasos nos pagamentos ("arrears")

As dívidas vencidas ascendem a 225 mil euros, sendo que cerca de 79 mil euros (34%) respeitam a transações entre o TIP, empresa participada da STCP que é simultaneamente devedora e credora da empresa. O restante montante refere-se a faturas em conferência e a regularização de faturas.

DÍVIDAS VENCIDAS (EUROS)	DÍVIDAS VENCIDAS DE ACORDO COM O ART.1º DL 65-A/2011				
	0-90 DIAS	90-120 DIAS	120-240 DIAS	240-360 DIAS	> 360 DIAS
Aquisições de Bens e Serviços	1.447.242	481	9.591	186.773	28.323
Aquisições de Capital	104.169	0	0	0	0
Total	1.551.412	481	9.591	186.773	28.323

4.5 REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS

A STCP rege-se pelos seus estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei nº 202/94, de 23 de julho, retificados pela Declaração nº 101/94, complementados e clarificados no que se refere às linhas por si exploradas em modo de trolecarro ou carro elétrico, pelo Decreto-Lei nº 379/98, de 27 de novembro e pelo Código das Sociedades Comerciais.

Pelo facto de o Estado ser o acionista único da Sociedade, a empresa está sujeita, naquilo que lhe é aplicável, aos princípios e regras do sector público empresarial, publicado no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro (RJSPE), Acórdão do Tribunal Constitucional nº 413/2014, de 26 de junho e Lei nº 75/2014, de 12 de setembro.

A STCP cumpre ainda o estabelecido no Despacho nº 14.277/2008 de 23 de maio, relativo aos deveres especiais de informação, reportando regularmente à Direção Geral de Tesouro e Finanças e à Inspeção Geral de Finanças, através dos Sistemas de Recolha de informação Económica e Financeira (SIRIEF), os planos de atividades anuais e plurianuais, os orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado, os planos de investimentos anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento, os relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, e as cópias das atas das Assembleias Gerais (AG).

Importa ressaltar a RCM nº 47/2014, de 22 de julho que determinou o início do processo de abertura à iniciativa privada dos serviços de transporte de passageiros prestado pela STCP e Metro do Porto, através da subconcessão de serviços, incumbindo os Conselhos de Administração das empresas de preparar e aprovar as relevantes peças concursais do procedimento, bem como a condução do mesmo, delegando na Ministra de Estado e das Finanças e no Ministro da Economia, com a faculdade de subdelegação, os poderes para proceder à contratualização das obrigações de serviço público com as empresas, assegurando a inexistência de despesas daí decorrente, de acordo com os princípios estabelecidos no documento de Estratégia Orçamental 2014-2018.

A empresa calcula o prazo médio de pagamentos a fornecedores em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas), alterado pelo Despacho nº 9870/2009 do Ministério das Finanças e da Administração Pública, de 6 de abril e o Decreto-Lei n.º 65 -A/2011, de 17 de maio (Programa Pagar a Tempo e Horas – reporte de dívidas vencidas).

Dentro do enquadramento legislativo do SEE, são ainda de referir os seguintes instrumentos legais: o Estatuto do Gestor Público, republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro, a RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, que estabelece os critérios de vencimento dos gestores públicos e a Lei n.º 59/2013 de 23 de agosto, que estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação de medidas adequadas de política remuneratória.

A RCM n.º 8/2011, 25 de janeiro – acordo ortográfico – determinou a aplicação do acordo ortográfico a partir de 1 de janeiro de 2012 ao Governo e a todos os serviços, organismos e entidades sujeitos aos poderes de direção, superintendência e tutela do Governo.

Como empresa do setor do transporte público rodoviário de passageiros, está sujeita, entre outros, ao cumprimento do disposto nos seguintes diplomas:

- Decreto n.º 37272, de 31 de dezembro de 1948, Regulamento de Transportes em Automóveis e alterações posteriormente introduzidas.
- Decreto-Lei n.º 3/2001, de 10 de janeiro, Regime jurídico de acesso à atividade de transportes rodoviários de passageiros por meio de veículo com mais de nove lugares.
- Lei n.º 72/2013 de 3 de setembro - décima terceira alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro.
- Lei n.º 28/2006, de 4 de julho, Regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros, com as alterações introduzidas pelos Decretos-lei n.º 14/2009 de 14 de janeiro, 114/2011 de 30 de novembro e 83-C/2013 de 31 de dezembro.
- RCM n.º 45/2011 que aprova o Plano Estratégico dos Transportes (PET) para o horizonte 2011-2015, atualizado pelo Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+), de abril de 2014.

Está, ainda, abrangida por diplomas diversos sobre regimes específicos:

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, Código da Contratação Pública, para as aquisições de bens, serviços e empreitadas, com as alterações a que entretanto foi sujeito.
- Em matéria laboral a empresa rege-se, basicamente, pelos Acordos de Empresa outorgados com as diferentes organizações sindicais, pelas Ordenações emanadas do Conselho de Administração e pelos Avisos internos da Empresa. Subsidiariamente aplicam-se nestas matérias as

normas constantes do Código do Trabalho, Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, com as alterações a que entretanto foi sujeito, e respetiva regulamentação.

Em tudo o mais, a empresa obriga-se ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor.

A empresa respeita o seu Manual de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho, com a respetiva matriz de processos e os correspondentes procedimentos e procedimentos internos, rege-se pelo Código de Ética e de Conduta e cumpre o Plano de Prevenções de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.



4.6 INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS A ENTIDADES RELACIONADAS

ENTIDADE	DESCRIÇÃO	MONTANTE [1]
TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE		1.276.198
	Comissão de venda do tarifário monomodal e intermodal	1.062.221
	Aquisição de títulos de transporte	84.634
	Fee de validação do tarifário monomodal	71.876
	Contrato de fornecimento assinaturas anuais a trabalhadores e familiares da STCP	46.221
	Débito serviços de reparação de equipamentos e alterações de software	11.246
METRO DO PORTO, SA		65.534
	Contrato de prestação de serviços jurídicos	44.280
	Protocolo Interface Casa Musica - Ocupação lugares estacionamento	21.254
OPT-Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.		127.281
	Manutenção de software	93.456
	Produção e alterações a softwares	33.825

VENDA DE BENS E SERVIÇOS A ENTIDADES RELACIONADAS

ENTIDADE	DESCRIÇÃO	MONTANTE [1]
Metro do Porto, S.A.		248.649
	Arrendamento e cedência de instalações e serviços conexos	248.649
TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE		36.933.820
	Receita do tarifário Intermodal e quota parte receita título Euro	32.173.433
	Receita do tarifário monomodal STCP	4.401.917
	Prestação de serviços de conferência da receita intermodal	156.577
	Arrendamento e cedência de instalações e serviços conexos	121.153
	Cedência de trabalhadores e despesas associadas	61.892
	Comissão de venda do tarifário intermodal nos postos STCP	18.847

[1] valores em euros e com IVA incluído

4.7 INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

4.7.1 Contratação pública

Foi dado cumprimento às instruções da Direção Geral do Tesouro e Finanças (Ofício Circular n.º 6132 de 6 de agosto de 2010) sobre a contratação pela STCP da prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000 euros, segundo as quais a adoção de qualquer procedimento de contratação deve expressamente conter as seguintes referências: justificação da necessidade de contratar do ponto de vista económico; ausência de soluções internas que permitam assegurar o serviço em causa; explicitação dos objetivos que se pretende alcançar; no termo dos contratos, decorrentes de adjudicações de valor igual ou superior ao referido montante, deve ser elaborado um relatório com os resultados obtidos e respetiva avaliação e os desvios quanto à realização temporal e financeira e sua justificação.

De acordo com os procedimentos em vigor na empresa, as aquisições de bens e serviços são efetuadas mediante consulta a, no mínimo, três fornecedores. Excecionalmente, por questões técnicas específicas sempre devidamente fundamentadas, poderá haver recurso ao ajuste direto. Também de acordo com os referidos procedimentos e sempre que a Lei o determine procede-se à abertura de concursos públicos.

A STCP tem em vigor desde 2010 o Regulamento para Fornecedores, onde especifica os critérios mínimos de exigência, legais e de boas práticas, que devem ser observados pelos prestadores de serviços e de fornecimentos de bens à empresa, ao nível das condições de segurança e higiene do trabalho. O processo de seleção, avaliação e qualificação de fornecedores está definido em procedimento interno, mediante a utilização de critérios que permitam, de forma objetiva aferir o cumprimento dos compromissos propostos, cuja última atualização data de novembro de 2014.

Os procedimentos em vigor na empresa relativos à aquisição de bens e serviços encontram-se regulamentados na matriz de processos integrada no Manual de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho, cuja última revisão data de outubro de 2014, sendo objeto de revisão sempre que necessário.

No exercício de 2014 foram celebrados três contratos com valor superior a 5 milhões de euros, e conforme determina o artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (TC), dois contratos foram sujeitos a visto prévio desse Tribunal, tendo recebido o respetivo visto, para o restante contrato não foi solicitado o visto prévio, por se encontrar isento:

- contrato para o fornecimento de combustíveis para a frota da STCP, de valor previsível, incluindo prorrogação, de 10,4 milhões de euros;
- aditamento aos contratos de fornecimento permanente de autocarros standard para serviço urbano da Marca MAN (Gás Natural Comprimido) e aos contratos de prestação de serviços de manutenção, reparação e cedência de instalações (77 + 51 + 51 autocarros), de valor global de 6,2 milhões de euros;
- contrato para o fornecimento contínuo de gás natural para a frota da STCP e manutenção do equipamento da estação de enchimento, de valor previsível, incluindo prorrogação, de 8,9 milhões de euros – isento de visto do TC por força do consagrado no n.º 1 alínea c) do artigo 47º da lei n.º 98/97, com as alterações a que foi sujeita.

Em 2014 foram lançados os seguintes concursos públicos:

Concursos da STCP, S.A.

- *Anúncio de procedimento n.º 2664/2014* - Concurso Público Internacional para o Fornecimento de Combustíveis – adjudicado.
- *Anúncio de procedimento n.º 2665/2014* – Concurso Público Internacional para o Fornecimento, Gestão e Manutenção de Pneus para Viaturas de Serviço Público Urbano de Passageiros – adjudicado.
- *Anúncio de procedimento n.º 3087/2014* – Concurso Público para o Fornecimento de Peças de Reserva para Autocarros – adjudicado.
- *Anúncio de procedimento n.º 3700/2014* – Concurso Público para a Empreitada de Manutenção dos Edifícios do Museu do Carro Eléctrico – Naves 1 e 2 – adjudicado.
- *Anúncio de procedimento n.º 6017/2014* – Concurso Público Para o Fornecimento e Montagem de Equipamentos Para Venda e Gestão de Títulos de Transporte – anulado.
- *Anúncio de procedimento n.º 6018/2014* - Concurso Para o Fornecimento e Montagem de Gravadores de Vídeo e Fornecimento de Câmaras de Videovigilância Para Autocarros de Transporte Público de Passageiros – em curso.
- *Anúncio de procedimento n.º 6016/2014* - Concurso Público Para o Fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão e em Baixa Tensão Especial – adjudicado.

Concursos lançados conjuntamente com a Metro do Porto, S.A.:

- *Anúncio de procedimento n.º 4505/2014* - Concurso Público para as Subconcessões dos Sistemas de Transporte da Metro do Porto, S.A. e da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. – em curso.
- *Anúncio de procedimento n.º 6126/2014* – Prestação de Serviços de Vigilância, Fiscalização e Controlo de Títulos de Transporte – em curso.

4.7.2 Universo de transações fora das condições de mercado

Não ocorreram situações neste âmbito.

4.7.3 Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE

NOME	LOCALIDADE	MORADA	MONTANTE [1]
MAN TRUCK & BUS PORTUGAL, SOCIEDADE UNIPessoAL LDA	ALGÉS	ALAMEDA FERNÃO LOPES, 16 9º PISO	6.178.722
PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL, SA	LISBOA	RUA TOMÁS DA FONSECA, TORRE C	5.939.495
GOLD ENERGY - COMERCIALIZADORA DE ENERGIA, S.A.	VILA REAL	RUA 31 DE AGOSTO, Nº 12	3.371.555
GALP GÁS NATURAL,S.A.	LISBOA	RUA TOMÁS DA FONSECA, TORRE C	2.160.062
BANCO BPI, S.A.	PORTO	RUA TENENTE VALADIM	1.669.375
TIP-TRANSPORTES INTERMODAIS PORTO, ACE	PORTO	AVª FERNÃO DE MAGALHÃES 1862-9º	1.276.319
VADECA - AMBIENTE PRESERVAÇÃO E CONTROLE, SA	PORTO	AV D AFONSO HENRIQUES, 1345/73	1.134.025
TOTAL			21.729.554
5% FSE 2014 = 22.096.394 x 5% =			1.104.820

[1] valores em euros e com IVA incluído

4.7.4 Racionalização da política de aprovisionamentos

No âmbito das Grandes Opções do Plano para 2014, previstas na Lei n.º 83-B/2013 de 31 de dezembro, no que respeita a:

- Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)
A STCP aderiu ao SNCP, em março de 2011, através da celebração de contrato com a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP). Em 2014 não se procedeu a qualquer adjudicação ao abrigo deste Sistema.
- Parque de Veículos do Estado
Durante o ano de 2014 a STCP não procedeu à aquisição de veículos novos. Verificou-se a alienação de 3 viaturas, o que se traduziu na redução de 5% à frota não afeta ao serviço público, sendo de 52 o total de viaturas em 31 de dezembro, incluindo viaturas ligeiras, comerciais e pesadas.

EM 31 DEZEMBRO	2011	2012	2013	2014
Nº de Viaturas [1]	66	56	55	52
Varição absoluta		-10	-1	-3
Varição %		-15%	-2%	-5%

[1] Inclui viaturas ligeiras, comerciais e pesadas. Em 2013 e 2014, inclui uma viatura cedida à Metro do Porto em regime de contrato de aluguer.

4.7.5 Publicidade institucional

Nos termos do nº 10 da RCM nº 47/2010 apresenta-se informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional em 2014, de acordo com o Anexo 1 ao Despacho nº 1246/2011 do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, tendo as respetivas normas e especificações técnicas sido definidas através da Portaria da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e Administração Pública nº 1297/2010.

O Relatório e Contas da Empresa não foi incluído neste âmbito, de acordo com a definição de publicidade institucional incluída no ponto 2 da RCM nº 47/2010, de 25 de junho.

Síntese das ações de publicidade institucional desenvolvidas em 2014

1- Montantes anuais gastos em Publicidade, discriminados por trimestres:

(valores em euros, sem IVA)				
1T2014	2T2014	3T2014	4T2014	2014
177	2.868	430	838	4.314

Notas: Considerando o protocolo com a FAP no valor de 2.500 euros.
Considerando o valor de publicações obrigatórias por lei.

2- No ano de 2014 não houve nenhuma ação de valor superior a 15 mil euros.

3- Montante anual por órgão de comunicação social:

(valores em euros, sem IVA)	
Boletim de Cotações Euronext	79
Jornal de Notícias	286
Imprensa Nacional Casa da Moeda	1.449
Total por órgão de comunicação social	1.814

4.8 RECOMENDAÇÕES

4.8.1 Recomendações do acionista

Na reunião da Assembleia-Geral da STCP, realizada no dia 27 de maio de 2014, foram aprovados os documentos de prestação de contas da STCP, referentes ao exercício de 2013, com a seguinte declaração de voto da representante da totalidade do capital:

"O acionista Estado regista com apreço os esforços desenvolvidos pelo Conselho de Administração da STCP, tendo em vista o cumprimento das determinações legais a que a empresa se encontra vinculada enquanto entidade do setor empresarial do Estado e as orientações que lhe tem dirigido, bem como os resultados que foram alcançados em vários domínios.

i. Recomenda-se, no entanto, uma intensificação das diligências necessárias com vista ao cumprimento do objetivo de redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, de acordo com o previsto na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro."

No quinto ponto da ordem dos trabalhos, a representante do acionista Estado emitiu ainda a seguinte recomendação:

ii. "O plano de atividades e de investimentos e o respetivo orçamento para 2014 deverá dar continuidade à política de contenção de gastos operacionais e deverão ser envidados os esforços tendentes à minimização do endividamento remunerado, conforme o determinado no artigo 61.º da Lei do Orçamento de Estado para 2014 (4%)."

No que respeita à recomendação i), a falta de meios financeiros não permitiu o seu cumprimento. A Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores e dívidas vencidas, encontra-se detalhadamente esplanada no ponto 4.4 deste relatório.

Relativamente à recomendação ii), o plano de atividades e de investimentos e respetivo orçamento para 2014, deu continuidade à política de contenção de gastos, conforme se poderá apreciar no ponto 4.4 deste relatório. No entanto devido aos compromissos assumidos anteriormente e respetiva dívida histórica, não foi cumprido o limite do endividamento remunerado.

4.8.2 Recomendações do Tribunal de Contas

Em 2009 o Tribunal de Contas concluiu a auditoria à STCP "Transportes Públicos Urbanos na Cidade do Porto", cujo relatório (23/2009) se poderá encontrar em:

http://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2009/audit-dgtc-rel023-2009-2s.pdf.

Neste relatório foram emitidas várias recomendações, cujo processo evolutivo vem sendo seguido pelo referido Tribunal.

Em 2013, entre outubro e dezembro, foi realizada pelo Tribunal de Contas uma auditoria de seguimento às recomendações formuladas em relatórios de auditoria a empresas do setor dos transportes públicos, onde se inclui a STCP, resultando o relatório final (14/2014) que está disponível em:

http://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2014/2s/audit-dgtc-rel014-2014-2s.pdf. Tendo em atenção o conteúdo e as conclusões deste relatório, bem como as respostas em sede de contraditório, o Tribunal de Contas, formulou a seguinte recomendação à STCP:

A empresa deverá "Concluir os trabalhos em curso e adotar as medidas necessárias para que sejam totalmente acolhidas as recomendações 10, 14 e 17 formuladas no relatório n.º 23/2009-2ª Secção, de 9 de julho."

Apresenta-se resumo do conteúdo das recomendações formuladas, medidas tomadas para a sua adoção e respetivo resultado:

Recomendação 10 - relatório n.º 23/2009 – "Promova a conceção de um modelo de comunicação empresarial comum e partilhado com as restantes empresas operadoras que integram o sistema de intermodalidade da área metropolitana do Porto, no que respeita ao serviço intermodal por elas prestado."

Foram tomadas várias iniciativas neste âmbito, nomeadamente:

- A STCP em 2014 participou no grupo de trabalho liderado pelo TIP, com vista à especificação de cartografia a usar na informação ao público de todos os operadores, em

quaisquer suportes. Esse projeto será a base de outro, que terá novamente a liderança do TIP, com vista à produção de nova cartografia impressa intermodal para os operadores Metro, STCP e CP, bem como para os respetivos *sítes*, com imagem e conteúdos integrados;

- Em 2014 a STCP tomou a iniciativa de editar o Mapa de Transportes do Grande Porto, que foi colocado à venda nas lojas andante e posto STCP do Bom Sucesso em maio. Para além da rede de autocarros e elétricos, este mapa inclui a rede da Metro do Porto e da CP, permitindo a consulta rápida e simples das redes dos 3 operadores públicos, inseridas nas zonas Andante, constituindo assim uma importante ajuda para o planeamento de transportes;
- A empresa mantém um *site* de cálculo de percursos intermodais, que permite obter os melhores percursos e o custo, em tarifário Andante, mesmo com vários transbordos. Inclui todos os serviços da Metro do Porto, STCP e CP urbanos do Porto;
- A STCP está integrada no projeto Move-me, fornecendo nesse âmbito informação de todos os percursos e horários planeados e em tempo real para uma plataforma de informação intermodal, que inclui serviços de operadores públicos e privados. Esta plataforma alimenta:
 - uma app móvel para telemóveis – move-me
 - o *site* move-me.mobi
 - um novo *site* de cálculo de rotas desenvolvido pela Área Metropolitana do Porto - mobilidade.amp.pt/pt/

Recomendação 14 - relatório nº 23/2009- "Diligencie para que o número de serviços não realizados pela Empresa se reduza significativamente, aumentando, conseqüentemente, a taxa de cumprimento da regularidade prevista."

- A empresa tem sido confrontada, nos últimos anos, com a saída de vários motoristas, por motivo de reforma por velhice ou invalidez. A categoria de motorista de serviço público, no que se refere a reforma por velhice, está excepcionada, continuando a verificar-se aos 65 anos, uma vez a carta de condução do motorista de serviço público de passageiros caduca no dia anterior ao dia em que completa 65 anos, não sendo passível de renovação. Para fazer face à saída de pessoal tripulante da empresa, a STCP solicitou em 2014 à Tutela, autorização para a admissão de 60 novos motoristas de serviço público, o que não foi autorizado.

Recomendação 17- relatório nº 23/2009 – "Pondere sobre a possibilidade de desenvolver o sistema SAEIP - Sistema de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros-, no sentido de contribuir para disponibilizar mais e melhor informação aos passageiros".

- Em termos dos Painéis Informativos nas paragens (PIP), estes estão desativados há cerca de dois anos, pelo facto de ter havido alteração ao processo de comunicações com os mesmos, o que implicou uma intervenção em termos de *hardware* e *software* bastante onerosa, ao

que acresceu a mudança de *software* e *hardware* para cumprimento das alterações de legislação em termos de abastecimento elétrico.

- Em 2014 foi adjudicada a solução tecnológica para a resolução dos problemas identificados, estando a decorrer o processo de definição do protótipo de todas essas alterações, estimando-se a reativação de todos os equipamentos ao longo de 2015 e ainda a colocação de alguns novos equipamentos.
- Em termos de informação sobre o horário das próximas passagens de autocarros em determinada paragem, foram disponibilizadas pela STCP outras formas de consulta, tendo por base o sistema SAEIP: SMSBUS, MOVE-ME e ainda a informação no *site* da STCP.

4.9 GESTÃO DE RISCOS E SISTEMAS DE CONTROLO

Gestão de riscos

A STCP não possui um sistema global de gestão de riscos, encontrando-se a gestão de riscos implementada na empresa de uma forma transversal, consoante a tipologia de risco, através da sua política de gestão integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho e cabendo a todos os colaboradores a responsabilidade de reduzir os fatores de risco, minimizando o seu impacto e identificando, sempre que possível, oportunidades de melhoria.

A empresa dispõe assim de Planos de Prevenção de Risco específicos, bem como a respetiva contratação de apólices com várias seguradoras, para cobertura de vários riscos operacionais.

Principais riscos estratégicos identificados:

- Aumento do regime concorrencial nas linhas de transporte
- Ineficácia do regime de fiscalização relativamente à exclusividade de exploração do transporte público pela STCP, na cidade do Porto
- Permanência do desequilíbrio económico-financeiro
A gestão de riscos tem como objetivo garantir o crescimento sustentado do negócio e salvaguardar o valor da STCP através da adoção das melhores práticas.

Sistemas de controlo

Em dezembro de 2008 a empresa obteve a certificação do seu Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, do Ambiente e da Segurança e Saúde do Trabalho (SIG-QAS), que em 2014 foi renovada na sequência da auditoria efetuada pela APCER.

Está definido e amplamente divulgado o seu Manual de Processos, Procedimentos e Procedimentos Internos, revisto sempre que se considera necessário.

A empresa está dotada de um sistema de controlo interno adequado à sua dimensão e complexidade: anualmente são fixados objetivos globais que são mensalmente avaliados em sede de informação de gestão mensal, objeto de reflexão pelo Conselho de Administração. Periodicamente são elaborados relatórios de controlo de execução orçamental.

As funções de fiscalização, devidamente segregadas das funções de administração executiva, são asseguradas pelo Conselho Fiscal, que acompanha a atividade da empresa e emite os respetivos relatórios de controlo e fiscalização.

Os administradores não executivos acompanham e avaliam continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores.

A função administração é supervisionada pela Tutela, bem como pelo Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas que, entre as suas muitas atribuições, pode assistir às reuniões do Conselho de Administração. O controlo financeiro da Empresa está submetido à jurisdição e controlo do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças (IGF), por determinação do Ministro de Estado e das Finanças.

4.10 CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

A STCP dispõe, desde o final de 2008, de um código de ética e de conduta próprio, que se encontra amplamente divulgado no *site* da empresa para consulta generalizada e na *intranet* para consulta dos trabalhadores.

Este código é um instrumento fundamental na definição normativa a ser respeitada a todos os níveis da organização constituindo em simultâneo o patamar de exigência perante fornecedores e prestadores de serviços nas suas relações com a STCP.

4.11 PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES

Na sequência da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009, a STCP elaborou em dezembro de 2009 o seu Plano de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. O Plano foi remetido àquele Conselho, ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, divulgado aos trabalhadores da empresa através da publicação na *intranet* da empresa, e encontra-se publicado no *site* da empresa.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da STCP foi revisto, em junho de 2012.



4.12 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A STCP deu cumprimento à divulgação da informação, conforme previsto no artigo 53º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro:

INFORMAÇÃO DIVULGADA A 31 DEZEMBRO 2014 SÍTIO DO SEE PORTAL DA DGTF	DIVULGAÇÃO		
	S/N/N.A.	DATA ATUALIZAÇÃO	COMENTÁRIOS
Estatutos	S	29/set/12	
Caraterização da Empresa	S	08/mai/12	
Função de tutela e acionista	S	21/ago/13	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
Identificação dos órgãos sociais	S	26/ago/14	
Estatuto remuneratório fixado	S	26/ago/14	
Divulgação das remunerações auferidas pelos órgãos sociais	S	26/ago/14	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros dos órgãos sociais	S	26/ago/14	
Esforço financeiro público	S	16/abr/14	
Ficha síntese	S	26/ago/14	
Informação financeira histórica e atual	S	26/ago/14	
Princípios de bom governo			
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	26/ago/14	
Transações relevantes com entidades relacionadas	S	26/ago/14	
Outras transações	S	26/ago/14	
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios			
Económico	S	26/ago/14	
Social	S	26/ago/14	
Ambiental	S	26/ago/14	
Avaliação do cumprimento dos princípios de bom governo	S	26/ago/14	
Código de ética	S	26/ago/14	

4.13 QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Objetivos de Gestão / Planos de Atividades e Orçamento

Gestão do Risco Financeiro

Limites de Crescimento do Endividamento

Evolução do PMP a fornecedores

Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")

Recomendações do acionista na aprovação de contas:

"(...) intensificação das diligências necessárias com vista ao cumprimento do objetivo de redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, de acordo com o previsto na RCM nº 34/2008 (...)"

"O plano de atividades e de investimentos e o respetivo orçamento para 2014 deverá dar continuidade à política de contenção de gastos operacionais e deverão ser envidados os esforços tendentes à minimização do endividamento remunerado, conforme o determinado no artigo 61º da Lei do Orçamento de Estado para 2014 (4%)."

Remunerações:

Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41º da Lei 83-C/2013

Órgãos sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2014

Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 73º da Lei 83-C/2013

Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2014

Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art. 39º da Lei 83-C/2013

Artigo 32º do Estatuto de Gestor Público

Utilização de cartões de crédito

Reembolso de despesas de representação pessoal

Contratação Pública

Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa

Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas

Contratos submetidos a visto prévio do TC

Auditorias do Tribunal de Contas

Recomendação 10 - relatório nº 23/2009

Recomendação 14 - relatório nº 23/2009

Recomendação 17 - relatório nº 23/2009

Parque Automóvel

Nº de viaturas

Gastos com Viaturas

Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61º da Lei nº 83-C/2013)

Redução de Trabalhadores (artigo 60º da Lei nº 83-C/2013)

Nº de trabalhadores

Nº de cargos dirigentes

Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123º da Lei 83-C/2013)

Disponibilidades centralizadas no IGCP

Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em receita do Estado

CUMPRIMENTO		
S/N/N.A.	QUANTIFICAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO/REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
		Ponto 4.4 (foram propostos objetivos de gestão, ainda não aprovados)
N.A.	Taxa média de financiamento de 3,55%	Ponto 4.4
N	Varição de +4,9% face a 2013	Ponto 4.4
N	Varição de mais 14,5 dias face a 2013	Ponto 4.4
S	Total de 225.169 €	Ponto 4.4
N	Varição de mais 14,5 dias face a 2013	Ponto 4.8.1. Foi dado seguimento às recomendações, embora os objetivos não tenham sido atingidos
N		
S		Pontos 4.3.1 e 4.3.2
S	Total de 19.104 euros	Ponto 4.3.2
N.A.		
S	Total de 636.526 euros	Ponto 4.4
S		Ponto 4.4 Embora a STCP tenha suspenso a aplicação do sistema de evolução profissional publicado em BTE, bem como a aplicação da progressão de diuturnidades, desde 1 de Janeiro de 2011, por efeito da aplicação das Leis do O.E. para 2011, 2012, 2013 e 2014 não é possível quantificar essa redução remuneratória dada a complexidade da sua valorização.
S		Ponto 4.3
S		Ponto 4.3
S		Ponto 4.7.1
N.A.		Ponto 4.7.1
S		Ponto 4.7.1
S		Ponto 4.8.2
N		Ponto 4.8.2
S		Ponto 4.8.2
S	-3 veículos, -5%	Ponto 4.4
S	- 46 mil euros, -21%	Ponto 4.4
S	Redução de 7 p.p. do peso dos gastos operacionais no volume de negócios	Ponto 4.4
S	-7% que em 31.dez.12	Ponto 4.4
S	-38% que em 31.dez.12	Ponto 4.4
S	99% disponibilidades	Ponto 4.4
S	247,25 euros, entregue em 18.mar.15	Ponto 4.4



05

RELATÓRIO DE GESTÃO



5.1 BALANÇO DO ANO

A STCP manteve em 2014 o estatuto de maior operador de transportes da Área Metropolitana do Porto, com um total de 74 milhões de passageiros transportados, menos 5,4% do que em 2013.

Em janeiro as tarifas registaram um aumento médio ponderado nos tarifários monomodal e intermodal de 0,94% e de 0,26%, respetivamente. A receita atingiu os 45,4 milhões de euros, +0,5% face a 2013.

Foram percorridos 21,8 milhões de veículos km, uma redução de 3,7% relativamente a 2013.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 47/2014, de 22 de julho determinou o início do processo de abertura à iniciativa privada dos serviços de transporte de passageiros prestado pela STCP e Metro do Porto, através da subconcessão de serviços, incumbindo os Conselhos de Administração das empresas de preparar e aprovar as relevantes peças concursais do procedimento, bem como a condução do mesmo, delegando na Ministra de Estado e das Finanças e no Ministro da Economia, com a faculdade de subdelegação, os poderes para proceder à contratualização das obrigações de serviço público com as empresas, assegurando a inexistência de despesas daí decorrente de acordo com os princípios estabelecidos no Documento de Estratégia Orçamental 2014-2018.

Assim,

- A 8 de agosto, foi publicado o Concurso Público para as Subconcessões dos Sistemas de Transporte da Metro do Porto, S.A. e da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., e a entrega de propostas ocorreu até 30 de dezembro.
- Também a 8 de agosto, o Estado contratualizou com a STCP a prestação do serviço de transporte público de passageiros, por modo autocarro, na Área Metropolitana do Porto, com efeitos a 1 de janeiro de 2015.

5.2 INVESTIMENTO

O investimento em 2014 foi de 376 mil euros, destacando-se a verba de 150 mil euros para a musealização do edifício da Central Termo Elétrica de Massarelos, cofinanciada pelo QREN – ON2.O Novo Norte. O restante resultou no essencial de substituição de equipamento informático e oficial.

	UNID.	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Material circulante	10 ³ €	116	18	0	8	8	
Infraestruturas	10 ³ €	650	1.057	0	150	150	
Outros	10 ³ €	183	1.266	67	219	152	225%
Investimento	10³ €	949	2.341	67	376	309	458%



5.3 FINANCIAMENTO

A STCP terminou o ano de 2014 com uma dívida total remunerada de 415 milhões de euros, que compara com 396 milhões de euros de 2013.

	UNID.	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Dívida Remunerada Não Corrente	10 ³ €	242.346	237.826	113.461	410.341	296.880	262%
Dívida Remunerada Corrente	10 ³ €	110.624	132.839	282.474	4.868	-277.606	-98%
Dívida Remunerada	10³ €	352.970	370.665	395.935	415.208	19.273	4,9%

O aumento de 4,9% do endividamento face a 2013 foi com recurso, essencialmente, à utilização de novos montantes de financiamentos de curto prazo que foram ocorrendo ao longo do ano.

Foi excedido em 0,9 p.p. o limite de endividamento de 4% estipulado no n.º 5 do artigo 61.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

5.3.1 Conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.

Na sequência das orientações recebidas através do Ofício Circular 844, de 3 de fevereiro de 2011, a STCP procedeu em 2011 à abertura de conta junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, E.P.E., onde passou a receber as participações e fundos, provenientes de Organismos Públicos.

Nos termos do artigo n.º 123 da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, toda a movimentação de fundos deve ser efetuada por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP, E.P.E., salvo disposição legal em contrário, ou nas situações como tal reconhecidas por Despacho do membro do governo responsável pela área das finanças, em casos excecionais e devidamente fundamentados, após parecer prévio do IGCP, E.P.E..

Em 2014 a STCP dirigiu à Secretaria de Estado do Tesouro novo pedido de regime de exceção ao Princípio da Unidade de Tesouraria, tendo por base as relações com a banca comercial no que concerne a operações de médio/longo prazo, a operações de *leasing* financeiro ou de aluguer operacional, a operação de cobertura de risco de taxa de juro, a emissão de garantias bancárias, as transações por meio de cheque, ao uso de equipamentos ATM, entre outras. Pelo Despacho n.º 2585/14, da Secretaria de Estado do Tesouro, de 19 de dezembro, foi autorizado o

regime de exceção ao cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria, no que respeita a financiamentos e garantias bancárias, para o ano de 2014.

5.3.2 Operações de financiamento do ano

Determina o n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que "as empresas públicas não financeiras do setor empresarial do Estado, não abrangidas pelo disposto no n.º 1, que numa base anual, apresentem capital próprio negativo, só podem aceder a financiamento junto de instituições de crédito com prévia autorização da DGTF, a qual solicita parecer do IGCP, EPE, quanto às condições financeiras aplicáveis".

Até abril de 2014 a STCP, em cumprimento com o estipulado, continuou a solicitar previamente à DTGF autorização para celebração de contratos com as instituições financeiras.

De abril a julho, de acordo com as orientações recebidas, a STCP foi procedendo à denúncia dos contratos existentes para as operações de crédito de curto prazo celebrados com a banca comercial.

Estas operações passaram a ser concedidas pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, E.P.E. com a designação de Antecipações de Fundos, por períodos variáveis e sucessivos renovados, até ao final do mês de novembro.

Em outubro venceu-se um empréstimo obrigacionista de 120 milhões de euros, liquidado mediante a disponibilização de fundos, por parte do IGCP, na data de vencimento.

No final de novembro, foi englobado o valor total das operações acima indicadas, através da celebração de um contrato de empréstimo com termo a 30 de novembro de 2021 com o Estado Português, representado pela DGTF, realizado em 3 *tranches*,

num total de 301.250.249 euros:

- a) 122.166.600 euros, que tinham sido disponibilizados para a liquidação do empréstimo obrigacionista;
- b) 177.083.649 euros, total dos montantes relativos à antecipação de fundos acima referida;
- c) 2.000.000 euros, disponibilizados em dezembro de 2014.

5.3.3 Instrumentos de gestão de risco financeiro

A empresa detém desde 2007 uma operação de cobertura de risco de taxa de juro, correspondendo a 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros, emitido no mesmo ano, celebrada com o Banco Santander Totta, com maturidade em junho de 2022.

Em 31 de dezembro de 2013 o justo valor de mercado foi determinado pela contraparte, o Banco Santander Totta, enquanto que em 31 de dezembro de 2014 o justo valor de mercado foi determinado pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. e, de acordo com informação transmitida por aquela entidade, foi de -120.124.380,31 euros.

Esta operação foi objeto de uma ação judicial interposta pela instituição de crédito, através do Tribunal de Comércio de Londres, em 10 de maio de 2013, com o objetivo de pedir o

reconhecimento da legalidade do contrato de derivado celebrado com a STCP, S.A..

Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, o Conselho de Administração, com autorização da tutela, deliberou a desvinculação do cumprimento das obrigações que do contrato decorrem. Assim, a STCP suspendeu o pagamento de todas as obrigações decorrentes do contrato em litígio.

5.4 RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Resultados líquidos

Em 2014 o resultado líquido do exercício foi negativo, em 54,8 milhões de euros, mais 39,6 milhões de euros que em 2013. Esta evolução resulta do agravamento dos resultados financeiros em 38,2 milhões de euros e dos resultados operacionais em 1,4 milhões de euros.

Expurgado da variação de justo valor de *swap*, o resultado líquido de 2014, apesar de negativo em 27,5 milhões de euros, apresenta uma variação positiva face a 2013, de 292 mil euros, +1,1%.

O resultado líquido sem variação de justo valor de *swap* e sem indemnizações compensatórias apresenta uma variação positiva de 15%, +5,8 milhões de euros, quando comparado com o ano de 2013.

RESULTADOS	UNID.	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Rendimentos operacionais	10 ³ €	73.738	64.396	61.374	53.004	-8.369	-14%
Gastos operacionais	10 ³ €	80.122	74.566	67.799	60.863	-6.936	-10%
Resultados operacionais	10³ €	-6.383	-10.170	-6.425	-7.858	-1.433	-22%
Rendimentos financeiros	10 ³ €	341	6	12.592	1	-12.591	-100%
Gastos financeiros	10 ³ €	48.469	63.221	21.350	46.977	25.627	120%
Resultados financeiros	10³ €	-48.128	-63.215	-8.758	-46.976	-38.218	-436%
Imposto do exercício	10 ³ €	34	53	41	13	-28	-68%
Resultado líquido (RL)	10³ €	-54.545	-73.439	-15.224	-54.847	-39.623	-260%
RL sem indemnizações compensatórias	10 ³ €	-72.416	-83.650	-25.435	-59.564	-34.129	-134%
RL sem variação justo valor <i>swap</i>	10 ³ €	-20.514	-31.169	-27.815	-27.523	292	1,1%
RL sem variação justo valor <i>swap</i> e sem IC	10 ³ €	-38.385	-41.380	-38.027	-32.240	5.787	15%



Resultados financeiros

Os resultados financeiros em 2014 foram negativos, de 47 milhões de euros, registando um agravamento face a 2013 de 38,2 milhões de euros. Esta evolução deveu-se à variação da perda de justo valor de *swap*, de 40 milhões de euros, e aos respetivos juros, que agravaram em 50%.

Os juros e encargos de financiamento tiveram uma redução combinada de 3,9 milhões de euros (-23%), devido a uma melhoria de condições de financiamento de curto prazo ao nível de *spreads*, em resultado do contrato de empréstimo celebrado com o Estado Português, e aos níveis historicamente baixos da *Euribor*, que permitiram uma diminuição significativa do serviço da dívida nas operações de médio e longo prazo.

	UNID.	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Juros de financiamento	10 ³ €	11.605	15.008	14.442	11.987	-2.455	-17%
Encargos de financiamento	10 ³ €	1.278	1.918	2.456	984	-1.472	-60%
Juros de outros instrumentos financeiros	10 ³ €	1.554	4.025	4.452	6.682	2.230	50%
Encargos financeiros	10³ €	14.438	20.952	21.350	19.653	-1.697	-7,9%
Perda de justo valor <i>swap</i>	10³ €	34.031	42.269	-12.592	27.324	39.916	317%
Taxa média de financiamento	%	3,90%	4,75%	4,48%	3,55%	-0,9 pp	-21%
Dívida remunerada	10³ €	352.970	370.665	395.935	415.208	19.273	4,9%

Resultados operacionais

Os resultados operacionais foram negativos em 7,9 milhões de euros, representando um agravamento de 1,4 milhões de euros face a 2013. Os gastos operacionais registaram uma redução de 10%, menos 7,0 milhões de euros, mas não compensaram a redução de 8,4 milhões de euros, verificada nos rendimentos operacionais, devido à redução das indemnizações compensatórias de 11,8 milhões de euros em 2013, para 4,9 milhões de euros em 2014.

Rendimentos operacionais

Os rendimentos operacionais foram de 53,0 milhões de euros em 2014, registando uma diminuição de 8,4 milhões de euros (-14%), para o que contribuiu essencialmente a redução dos subsídios à exploração em 59%, cerca de 7 milhões de euros.

	unid.	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Prestação de serviços	10 ³ €	50.783	50.072	46.321	45.511	-810	-1,7%
Subsídios à exploração	10 ³ €	18.869	10.729	11.832	4.862	-6.971	-59%
Outros rendimentos operacionais	10 ³ €	3.471	3.421	3.220	2.616	-604	-19%
Reversões	10 ³ €	616	175	0	16	16	
Rendimentos operacionais	10³ €	73.738	64.396	61.374	53.004	-8.369	-14%

A prestação de serviços reduziu 810 mil euros devido à redução da procura, atenuada pela contabilização de 1,6 milhões de euros da alteração da participação andante.

Os subsídios à exploração foram em 2014, de 4,9 milhões de euros, quando em 2013 atingiram 11,8 milhões de euros,

sendo inferiores em 7,0 milhões de euros: as indemnizações compensatórias reduziram 5,5 milhões de euros e o subsídio do programa de apoio integrado a idosos (PAII) diminuiu 1,5 milhões de euros.

Gastos operacionais

Os gastos operacionais foram de 60,9 milhões de euros, menos 7,0 milhões de euros que em 2013 (-10%).

	UNID.	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
FSE+CMVMC	10³ €	34.167	32.281	26.188	23.174	-3.014	-12%
Subcontratos linhas	10 ³ €	6.607	4.732	1.019	0	-1.019	-100%
Combustíveis (gás + gasóleo)	10 ³ €	10.164	10.302	9.458	8.971	-487	-5,1%
Gastos com pessoal	10³ €	36.934	30.954	31.638	30.647	-991	-3,1%
Gastos pessoal sem indemnizações	10 ³ €	34.062	29.134	31.427	29.314	-2.113	-6,7%
Indemnizações cessação contrato trabalho (ICCT)	10 ³ €	2.872	1.820	211	1.333	1.122	531%
Outros gastos e perdas	10³ €	790	1.616	906	966	60	6,6%
Amortizações, provisões, imparidades e var. jv operacional	10³ €	8.231	9.715	9.067	6.075	-2.991	-33%
Gastos operacionais	10³ €	80.122	74.566	67.799	60.863	-6.936	-10%

Destaca-se a diminuição dos fornecimentos e serviços externos e custo dos materiais vendidos e matérias consumidas, em 3,0 milhões de euros (-12%) que se explica pela redução de 1,0 milhão de euros na rubrica subcontratos; 1,0 milhão de euros em rendas e alugueres (componente financeira das rendas de locação operacional) e 0,5 milhões de euros em combustíveis.

Os gastos com pessoal sem indemnizações diminuíram 2,1 milhões de euros (-6,7%) face a 2013, uma vez que o ano de 2013 contém o agravamento de 1,65 milhões de euros relativos ao reconhecimento do gasto adicional de subsídios de férias do ano anterior. A redução dos gastos com pessoal reflete também o impacto da diminuição do número de trabalhadores.

Foram consideradas as medidas de contenção e redução remuneratória aplicadas às empresas do SEE, decorrentes da

LOE 2014. A partir de 30 de maio foi aplicada a decisão do acórdão n.º 413/2014, do Tribunal Constitucional, respeitante às reduções remuneratórias. A partir de 16 de setembro de 2014, foram retomadas as reduções remuneratórias definidas na lei n.º 75/2014.

O montante das indemnizações por cessação foi de 1,3 milhões de euros, em sequência do aumento do número de cessações de contrato de trabalho por mútuo acordo.

Em 2014 a STCP procedeu à revisão da vida útil dos autocarros *standard* e articulados, de 13 para 16 anos, e dos autocarros minis de 13 para 10 anos. Esta alteração na estimativa da vida útil da frota de autocarros contribuiu para a redução de 1,1 milhões de euros nos gastos de depreciação e de amortização de 2014.

EBITDA

O EBITDA cifrou-se em 1,4 milhões de euros, representando uma variação negativa face a 2013 de 4,4 milhões de euros (-76%).

	UNID.	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Resultados operacionais	10³ €	-6.383	-10.170	-6.425	-7.858	-1.433	-22%
+ Amortizações + impar. + var. justo valor oper. - reversões	10 ³ €	7.615	9.541	9.067	6.059	-3.007	-33%
+ Componente financeira rendas <i>leasing</i>	10 ³ €	3.231	3.241	2.921	1.872	-1.049	-36%
+ Indemnizações cessação contrato trabalho (ICCT)	10 ³ €	2.872	1.820	211	1.333	1.122	531%
EBITDA	10³ €	7.335	4.432	5.774	1.406	-4.367	-76%

5.5 EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

O ativo atingiu o montante de 92,6 milhões de euros, registando um aumento de 1,7 milhões de euros (1,8%) em 2014 face a 2013. O ativo corrente aumentou 5,8 milhões de euros, devido à variação das disponibilidades na conta aberta no IGCP, na sequência da assinatura do empréstimo com o Estado Português, e o ativo não corrente diminuiu 4,2 milhões de euros.

O passivo registou um aumento em 2014 de 56,3 milhões de euros (+11%), sendo que 34 milhões, 60% do aumento, respeitam ao instrumento de gestão de risco financeiro.

Em 2014 o capital próprio atingiu 478 milhões de euros negativos.

ESTRUTURA DO BALANÇO	UNID.	2011	2012	2013	2014	14-13	14/13
Ativo não corrente	10³ €	95.881	87.070	80.541	76.388	-4.153	-5,2%
Ativo corrente	10³ €	13.735	6.889	10.408	16.178	5.770	55%
Ativo	10³ €	109.617	93.958	90.949	92.566	1.617	1,8%
Capital próprio	10³ €	-330.719	-407.639	-422.997	-477.720	-54.723	-13%
Passivo	10³ €	440.336	501.598	513.946	570.285	56.340	11%
Capital próprio e passivo	10³ €	109.617	93.958	90.949	92.566	1.617	1,8%

Não existem dívidas em mora ao Estado nem a outros entes públicos, incluindo à Segurança Social.

5.6 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no valor negativo de 54.846.993,72 euros, seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 24 de abril de 2015

O Conselho de Administração

Presidente não executivo:

(João Velez Carvalho)

Vogais executivos:

(André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira)

(Alfredo César Vasconcellos Navio)

Vogal não executivo:

(António José Lopes)

5.7 ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Acionistas em 31 de dezembro de 2014

Relação a que se refere o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais.

ACIONISTA	NÚMERO DE AÇÕES	% DO CAPITAL SOCIAL
Estado Português	15.929.800	100%

Porto, 24 de abril de 2015

O Conselho de Administração

Presidente não executivo:

(João Velez Carvalho)

Vogais executivos:

(André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira)

(Alfredo César Vasconcellos Navio)

Vogal não executivo:

(António José Lopes)





movido a gás natural

508

STCP

TP

MAN

01-04-PX



Perspetivas para 2015

A 8 de agosto de 2014 foi assinado, entre o Estado Português e a STCP, S.A., o Contrato de Serviço Público para a prestação do serviço de transporte público de passageiros, por modo autocarro, na Área Metropolitana do Porto, nos termos do Regulamento (CE) nº 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, do artigo 5º do Decreto-Lei nº 167/2008, de 26 de agosto e do artigo 48º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que entrará em vigor a 1 de janeiro de 2015.

Em 2015 proceder-se-á a avaliação do contrato, nomeadamente através da monitorização dos indicadores para avaliar o desempenho do serviço prestado relativamente à operação do modo autocarro, que nele se encontram definidos.

Também a 8 de agosto, foi publicado na 2ª série do Diário da República, o anúncio de procedimento n.º 4505/2014, do Concurso Público para as Subconcessões dos Sistemas de Transporte da Metro do Porto, S.A. e da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.. As propostas foram entregues a 30 de dezembro, estimando-se o início do contrato de subconcessão, para o modo autocarro, durante o ano de 2015.

Está também prevista a reabertura do Museu do Carro Eléctrico, em Junho de 2015, momento em que se cumpre o primeiro centenário da conclusão do edifício de Massarelos, classificado como Património de Interesse Municipal, após vários meses de encerramento para obras de requalificação do edifício, cofinanciadas no âmbito do QREN/ON.2 O Novo Norte.

A reinauguração do Museu terá uma nova exposição sobre os carros eléctricos e contará com uma sala inédita, "a Sala das Máquinas da antiga Central Termo Eléctrica de Massarelos".





CONTAS DO EXERCÍCIO 2014



7. CONTAS DO EXERCÍCIO 2014

Balço de 31 de dezembro de 2014		(montantes expressos em euros)	
ATIVO	NOTAS	2014	2013
Ativo não corrente		76.387.870,77	80.540.636,41
Ativos fixos tangíveis	8	58.139.849,13	74.069.749,39
Propriedades de investimento	12	17.280.026,00	5.253.226,00
Ativos intangíveis	7	764.384,51	1.020.512,89
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	14	131.092,00	125.217,40
Participações financeiras - Outros métodos	15	25.000,00	25.000,00
Outros ativos financeiros	28.1.2	47.519,13	46.930,73
Ativo corrente		16.177.965,28	10.408.350,22
Inventários	19	437.026,38	528.442,63
Clientes	28.2.3	2.789.929,79	2.110.957,37
Estado e outros entes públicos	32	1.305.138,79	1.424.446,55
Outras contas a receber	33	3.385.187,68	5.898.638,80
Diferimentos	34	336.416,10	305.898,23
Caixa e depósitos bancários	4	7.924.266,54	139.966,64
Total do ativo		92.565.836,05	90.948.986,63

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	2014	2013
Capital próprio			
Capital realizado	28.4.1	79.649.000,00	79.649.000,00
Reservas legais	28.4.2	74.907,42	74.907,42
Outras reservas	28.4.2	25.727,80	25.727,80
Resultados transitados		-542.672.309,53	-528.216.966,77
Ajustamentos em ativos financeiros	28.4.4	122.236,59	122.236,59
Excedentes de revalorização	28.4.3	38.701.163,50	39.867.800,83
Outras variações no capital próprio	28.4.5	1.226.636,31	704.529,03
Resultado líquido do período	28.4.6	-54.846.993,72	-15.223.813,01
Total do capital próprio		-477.719.631,63	-422.996.578,11
PASSIVO			
Passivo não corrente		540.759.570,85	215.150.861,23
Provisões	22	10.423.030,46	9.084.975,68
Financiamentos obtidos	28.1.1	410.340.513,79	113.460.608,13
Responsabilidade por benefícios pós-reforma	29	464.032,00	397.187,00
Outros passivos financeiros	28.1.3	119.531.994,60	92.208.090,42
Passivo corrente		29.525.896,83	298.794.703,51
Fornecedores	31	4.735.124,75	3.875.164,02
Estado e outros entes públicos	32	919.450,58	906.459,44
Financiamentos obtidos	28.1.1	4.867.946,49	282.474.434,92
Outras contas a pagar	33	7.495.573,70	6.364.129,03
Diferimentos	34	1.964.232,63	2.312.987,27
Outros passivos financeiros	28.1.3	9.543.568,68	2.861.528,83
Total do passivo		570.285.467,68	513.945.564,74
Total do capital próprio e do passivo		92.565.836,05	90.948.986,63

Demonstração dos resultados por naturezas Período findo em 31 de dezembro de 2014		(montantes expressos em euros)	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2014	2013
Vendas e serviços prestados	21	45.511.137,04	46.321.490,66
Subsídios à exploração	23	4.861.805,41	11.832.310,39
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	14	5.874,60	-10.448,60
Variação nos inventários da produção	19	-1.360,87	581,58
Trabalhos para a própria entidade	7,8		47,54
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	19	-1.077.856,77	-1.341.481,92
Fornecimentos e serviços externos	35	-22.096.393,66	-24.846.569,13
Gastos com o pessoal	36	-30.647.166,98	-31.638.133,17
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	19	9.277,76	-439.857,82
Imparidade das dívidas a receber (perdas / reversões)	28.2.3	-4.898,61	-6.865,28
Provisões (aumentos / reduções)	22	-1.338.054,78	-2.564.137,99
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	28.1.2	588,40	-17.598,85
Aumentos/ reduções de justo valor	12	-339.108,80	-236.570,00
Outros rendimentos e ganhos	38	2.615.751,24	3.219.107,19
Outros gastos e perdas	37	-964.721,44	-905.999,30
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-3.465.127,46	-634.124,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7, 8	-4.393.148,88	-5.791.033,87
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		-7.858.276,34	-6.425.158,57
Juros e rendimentos similares obtidos	11	1.405,58	12.592.292,26
Juros e gastos similares suportados	11	-46.977.035,38	-21.350.025,02
Resultados antes de impostos		-54.833.906,14	-15.182.891,33
Imposto sobre o rendimento do período	26	-13.087,58	-40.921,68
Resultado líquido do período		-54.846.993,72	-15.223.813,01

Demonstração dos resultados por funções Período findo em 31 de dezembro de 2014		(montantes expressos em euros)	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2014	2013
Vendas e serviços prestados		50.372.942,45	58.153.801,05
Custo das vendas e dos serviços prestados		-50.165.229,30	-56.340.407,30
Resultado bruto		207.713,15	1.813.393,75
Outros rendimentos		2.632.119,00	3.321.143,35
Gastos de distribuição		-2.022.684,50	-2.018.931,34
Gastos de administrativos		-5.665.645,66	-4.664.397,71
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		-3.008.702,42	-4.875.718,86
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		-7.857.200,43	-6.424.510,81
Gastos de financiamento (líquidos)		-46.976.705,71	-8.758.380,52
Resultados antes de impostos		-54.833.906,14	-15.182.891,33
Imposto sobre o rendimento do período		-13.087,58	-40.921,68
Resultado líquido do período		-54.846.993,72	-15.223.813,01

(montantes expressos em euros)

Demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2014

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS
POSIÇÃO NO INICIO DO PERÍODO DE 2014	6	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	28.4			
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	28.4			
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8			
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO				
	10			
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2014	6+7+8+10	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80

(montantes expressos em euros)

Demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2013

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS
POSIÇÃO NO INICIO DO PERÍODO DE 2013	1	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	28.4			
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	28.4			
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3			
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO				
	5			
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2013	6=1+2+3+5	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80

RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
-528.216.966,77	122.236,59	39.867.800,83	704.529,03	-15.223.813,01	-422.996.578,11
768.470,25		-768.470,25			
		-398.167,08			-398.167,08
-15.223.813,01			522.107,28	15.223.813,01	522.107,28
-14.455.342,76		-1.166.637,33	522.107,28	15.223.813,01	123.940,20
				-54.846.993,72	-54.846.993,72
				-39.623.180,71	-54.723.053,52
-542.672.309,53	122.236,59	38.701.163,50	1.226.636,31	-54.846.993,72	-477.719.631,63
RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
-455.693.621,83	122.236,59	40.808.346,13	812.649,32	-73.438.560,24	-407.639.314,81
915.215,30		-915.215,30			
		-25.330,00			-25.330,00
-73.438.560,24			-108.120,29	73.438.560,24	-108.120,29
-72.523.344,94		-940.545,30	-108.120,29	73.438.560,24	-133.450,29
				-15.223.813,01	-15.223.813,01
				58.214.747,23	15.090.362,72
-528.216.966,77	122.236,59	39.867.800,83	704.529,03	-15.223.813,01	-422.996.578,11

Demonstração dos fluxos de caixa Período findo em 31 de dezembro de 2014	(montantes expressos em euros)		
	NOTAS	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método direto			
Recebimentos de clientes		49.270.228,44	48.665.256,59
Pagamentos a fornecedores		-26.230.079,57	-30.252.877,21
Pagamentos ao pessoal		-24.953.502,83	-25.015.601,44
Caixa gerada pelas operações		-1.913.353,96	-6.603.222,06
Pag./Rec. do imposto sobre o rendimento		-49.314,00	-73.393,94
Outros recebimentos/pagamentos		4.764.552,69	8.708.418,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2.801.884,73	2.031.802,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-107.875,15	-74.807,01
Ativos intangíveis		-101.665,20	-54.271,65
Outros ativos		-105.052,88	-35.059,01
		-314.593,23	-164.137,67
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		116.831,14	17.700,69
Investimento financeiros			112.520,67
Juros e rendimentos similares		188.591,12	237.823,44
		305.422,26	368.044,80
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-9.170,97	203.907,13
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		960.388.128,52	443.524.898,40
		960.388.128,52	443.524.898,40
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-927.683.742,10	-414.423.036,10
Juros e gastos similares		-14.453.010,30	-26.536.724,99
Outras operações de financiamento		-5.394.862,09	-5.276.725,96
		-947.531.614,49	-446.236.487,05
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		12.856.514,03	-2.711.588,65
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		15.649.227,79	-475.879,52
Caixa e seus equivalentes no início do período		-7.724.961,25	-7.249.081,73
Caixa e seus equivalentes no final do período	4	7.924.266,54	-7.724.961,25

NOTAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período findo em 31 de dezembro de 2014
(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. foi instituída pelo decreto-lei n.º 202/94 de 23 de julho, como sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sucedido à empresa Serviço de Transportes Colectivos do Porto, criada pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de dezembro de 1950. A sua sede é na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 13º piso, no Porto.

Tem como principal atividade o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes - Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia – integrados na Área Metropolitana do Porto. Explora preponderantemente o modo autocarro e, residualmente, o modo carro elétrico.

Em outubro de 2013, foi publicado o decreto-lei n.º 133/2013, que veio proceder a uma reestruturação do quadro normativo aplicável às empresas públicas de forma a torná-lo mais coerente e abrangente, com vista a submeter a um mesmo regime as matérias nucleares referentes a todas as organizações empresariais direta ou indiretamente detidas pelo Estado, de natureza administrativa ou empresarial, independentemente da forma jurídica que assumam. Foi assim alargado o âmbito sectorial de aplicação do sector público empresarial e densificado o conceito de empresa pública, ficando a STCP, por força deste normativo, abrangida pelos princípios e regras preconizadas neste diploma.

Durante o exercício de 2014 a empresa cumpriu as orientações preconizadas na lei n.º 83-C/2013 e lei n.º 75/2014, designadamente quanto à redução remuneratória dos trabalhadores e à contenção da despesa e do investimento.

Em 8 de agosto de 2014 foi assinado o contrato de serviço público entre o Estado Português e a STCP. Em 10 de dezembro de 2014, foi efetuado um aditamento ao referido contrato.

Pelo despacho n.º 2585/14-SET foi atribuída à STCP a autorização para a exceção ao cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, atenta a relevância da banca comercial na sua atividade.

Em 2014 foi realizada a auditoria de renovação das certificações em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, na sequência da qual foi confirmada a certificação nos três requisitos por mais três anos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros. As operações em moeda estrangeira são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com as políticas descritas no ponto 3.8..

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Normativo contabilístico adotado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (retificado), e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de agosto.

2.2. Derrogações ao referencial contabilístico adotado

Não aplicável.

2.3. Conteúdos das contas não comparáveis

Não aplicável.

2.4. Adoção pela primeira vez das NCRF: Divulgações transitórias

Não aplicável.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas nas demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da STCP, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites.

3.2. Investimentos financeiros

Os investimentos em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da participação nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados incluem a parte que lhe corresponde no resultado dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida, na data de aquisição, é reconhecido como *goodwill* e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

Anualmente, é feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existirem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos, na demonstração dos resultados, as perdas de imparidade que se demonstre existirem. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando o montante da participação da empresa nos prejuízos acumulados da participante excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da participante nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento na participada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

3.3. Concentração de atividades empresariais

As aquisições de subsidiárias e de negócios são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo é determinado como o agregado, na data da aquisição, de:

- Justo valor dos ativos entregues ou a entregar;
- Justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas;
- Justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa em troca da obtenção de controlo sobre a subsidiária; e
- Custos diretamente atribuíveis à aquisição.

Quando aplicáveis, o custo da concentração ou da aquisição inclui o efeito de pagamentos contingentes acordados no âmbito da transação. As alterações subsequentes em tais pagamentos são registadas por contrapartida do correspondente *goodwill*.

Na eventualidade da contabilização inicial de uma aquisição não estar concluída no final do período de relato em que a mesma ocorreu, a empresa relata montantes provisórios para os itens cuja contabilização não está concluída. Tais montantes provisórios são passíveis de ajustamento durante um prazo de 12 meses a contar da data da aquisição.

3.4. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupos para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano, a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a empresa está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a empresa retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação detidos para venda não devem ser objeto de depreciação ou amortização.

3.5. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação, à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação, à data de relato, pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de *royalties* é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da empresa receber o correspondente montante.

3.6. Contratos de construção

Não aplicável.

3.7. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; ou como,
- Locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.8. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas inicialmente às taxas de câmbio das datas das transações.

Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

O volume de transações da empresa em moeda diferente da moeda funcional (euro) são praticamente inexistentes e imateriais.

3.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como tal (ativos fixos tangíveis em curso) são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e quando estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. A capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido.

Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos, antecipadamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.10. Subsídios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do governo relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica Outras variações no capital próprio – subsídios, sendo posteriormente imputados de forma sistemática para resultados como rendimentos, durante o período de vida útil dos respetivos ativos.

Outros subsídios do governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do governo, que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados, são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

A STCP está submetida a um regime de preços administrativos, o que implica a atribuição pelo governo de indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, para financiar parcialmente as suas operações no cumprimento das suas obrigações de serviço público. A STCP segue o critério de registar como subsídios à exploração as indemnizações compensatórias no exercício em que as mesmas são atribuídas.

3.11. Benefícios pós-reforma

As responsabilidades com o pagamento de complementos de reforma, reconhecidas à data de balanço, representam o valor presente das obrigações por planos de benefícios definidos, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões, constituído para o efeito.

No que diz respeito aos planos de benefícios definidos, o montante da responsabilidade assumida é determinado anualmente, à data de 31 de dezembro, de acordo com o método da Unidade de Crédito Projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas pelo BPI PENSÕES.

Os custos com responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados, na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

3.12. Pagamentos com base em ações

Não aplicável.

3.13. Imposto sobre rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. No entanto, dado que a empresa não tem previsibilidade de lucros futuros não prevê a recuperação dos prejuízos acumulados até à data. Desta forma, não procede ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

3.14. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra (quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para

colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida) e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação que a STCP espera incorrer.

Os terrenos e edifícios são subsequentemente registados segundo o modelo de revalorização. Segundo este modelo, o ativo fixo tangível é apresentado pelo seu justo valor à data da revalorização deduzido das respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O justo valor dos edifícios e terrenos foi determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes (CPU Consultores de Avaliação, Lda.) à data de 31 de dezembro de 2012 (a avaliação anterior reportava-se a 31 de dezembro de 2009) e será periodicamente revisto ou sempre que existam indícios de que o seu justo valor difere significativamente do valor por que se encontram escriturados os ativos.

As diferenças resultantes das revalorizações são registadas no capital próprio na rubrica Excedentes de revalorização de ativos fixos, exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica Excedentes de revalorização até ao limite de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização, incluído no capital próprio associado ao ativo, não é reclassificado para resultados.

Anualmente procede-se à transferência do excedente de valorização de ativos fixos para resultados acumulados na medida do seu uso, abate ou alienação. Desta forma, o montante do excedente a transferir será a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada revalorizada do ativo e a depreciação baseada no custo original do ativo.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método de linha reta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubricas do ativo fixo tangível	(anos de vida útil)				
	Até 1988	1989 e 90	1991 a 01	2002 a 11	2012 a 14
Edifícios e outras construções	8 a 100	10 a 100	10 a 50	10 a 50	10 a 50
Equipamento básico	5 a 56	5 a 12	5 a 12	3 a 20	3 a 30
Equipamento de transporte	7 a 25	5 a 12	5 a 12	4 a 12	4 a 12
Equipamento administrativo	6 a 10	3 a 10	3 a 10	3 a 16	3 a 16
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	10	4 a 10	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação, sendo registadas na demonstração dos resultados como Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros ou Gastos e perdas em investimentos não financeiros.

3.15. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente registadas ao custo de aquisição, incluindo todas as despesas imputáveis à compra e, subsequentemente, é utilizado o modelo de justo valor.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes (CPU Consultores de Avaliação, Lda). As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de Ganhos/perdas por aumentos/reduções de justo valor.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento.

3.16. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa e se a empresa os puder controlar e medir razoavelmente o seu valor. Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

É reconhecido um ativo intangível gerado internamente, resultante de dispêndios de desenvolvimento de um projeto, apenas se forem cumpridas e demonstradas todas as seguintes condições:

- Existe viabilidade técnica para concluir o intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou para venda;
- Existe intenção de concluir o intangível e de o usar ou vender;
- Existe capacidade para usar ou vender o intangível;
- O intangível é suscetível de gerar benefícios económicos futuros;
- Existe disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento do intangível e para o usar ou vender;
- É possível mensurar com fiabilidade os dispêndios associados ao intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido do ativo intangível, gerado internamente, consiste na soma dos dispêndios incorridos após a data em que são cumpridas as condições atrás descritas. Quando não são cumpridas tais condições, os dispêndios incorridos na fase de desenvolvimento são registados como gastos do período.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, despesas de desenvolvimento, cujos critérios para o reconhecimento de um ativo sejam cumpridos, despesas com propriedade industrial e outros direitos e trespasses comerciais.

Os ativos intangíveis gerados internamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo antes sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual ou sempre que haja uma indicação de que possa estar em imparidade.

3.17. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis excluindo *goodwill*

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa, com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior entre:

- O justo valor deduzido de custos para vender, e
- O valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são atualizados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e, quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa, relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, na rubrica de Perdas por imparidade, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de

perdas por imparidade. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.18. Inventários

Os inventários são registados ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

3.19. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado. É provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada, tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data.

As obrigações presentes, que resultam de contratos onerosos, são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos, que não é possível evitar, que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a STCP desenvolve um plano formal detalhado de reestruturação, inicia a implementação do mesmo e anuncia as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as atividades correntes da empresa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de haver uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for

provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.20. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados da seguinte forma:

- ao custo ou custo amortizado; ou
- ao justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

São mensurados ao custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características simultaneamente:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros).

São ainda classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro, na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são classificados na categoria ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados

nas rubricas Perdas por reduções de justo valor e Ganhos por aumentos de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros:

- Os ativos financeiros classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.
- Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.
- As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica Perdas por imparidade, no período em que são determinadas.
- Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados, na rubrica Reversões de perdas por imparidade. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

- A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.
- A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos compostos:

- Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente, de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.

- A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.
- No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

3.21. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

A STCP utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos financeiros derivados com o objetivo de especulação.

Os instrumentos derivados utilizados pela empresa dizem respeito a *swap's* de taxa de juro para cobertura do risco de variação de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são substancialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. No entanto, não se encontram cumpridos os requisitos necessários para a qualificação da contabilização de cobertura.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro, na rubrica Outros instrumentos financeiros – Derivados. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro, na rubrica Outros instrumentos financeiros – Derivados.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação nesse limite de prazo.

Os critérios para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura são os seguintes:

- Adequada documentação da operação de cobertura;
- O risco a cobrir é um dos riscos descritos na NCRF 27 – Instrumentos financeiros;
- É esperado que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa do item coberto, atribuíveis ao risco a cobrir, sejam praticamente compensadas pelas alterações no justo valor do instrumento de cobertura.

No início da operação de cobertura, a empresa documenta:

- a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto;
- os seus objetivos e estratégia de gestão do risco; e
- a sua avaliação da eficácia do instrumento de cobertura a compensar variações nos justos valores e fluxos de caixa do item coberto.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como instrumento de cobertura no âmbito de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias, no âmbito de um compromisso ou de uma transação futura de elevada probabilidade, e risco de investimento líquido numa operação estrangeira, são registadas no capital próprio, na rubrica Outras reservas. Tais ganhos ou perdas registados em Outras reservas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afetar resultados, sendo apresentados na linha afetada pelo item coberto.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando a empresa revoga a relação de cobertura, quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, ou é exercido, ou quando o instrumento de cobertura deixa de se qualificar para a contabilidade de cobertura. Qualquer montante registado em Outras reservas apenas é reclassificado para resultados quando a posição coberta afetar resultados. Quando a posição coberta consistir numa transação futura e não for expectável que a mesma ocorra, qualquer montante registado em Outras reservas é de imediato reclassificado para resultados.

3.22. Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

3.23. Agricultura

Não aplicável.

3.24. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram

efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis;
- Análises de imparidade de ativos tangíveis e intangíveis;
- Registo de imparidade aos valores do ativo, nomeadamente inventários e contas a receber;
- Provisões;
- Cálculo da responsabilidade associada aos fundos de pensões;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- Apuramento do justo valor das propriedades de investimentos e dos terrenos e edifícios incluídos nos ativos fixos tangíveis.

3.25. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes inclui para além de numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, os descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	2014	2013
Numerário	46.316,89	71.516,32
Depósitos bancários	7.877.949,65	68.450,32
Caixa e equivalentes de caixa no Balanço	7.924.266,54	139.966,64
Descobertos bancários		-7.864.927,89
Caixa e equivalentes na Demonstração de Fluxos de Caixa	7.924.266,54	-7.724.961,25

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou correção de erros materiais de períodos anteriores.

Em 2014, procedeu-se à revisão da estimativa da vida útil dos autocarros, passando de 13 para 16 anos. No caso da série de autocarros mini, a sua vida útil passou de 13 para 10 anos.

Em 2014, decorrente da alteração da estimativa de vida útil, o gasto com a depreciação do equipamento básico foi menor em 1.066 mil euros.

6. PARTES RELACIONADAS

Participações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Designação Social	Sede	% Part.	Atividade
Subsidiárias			
STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda.	Porto	100%	Atividades de operador turístico e transporte terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros.
Associadas			
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Porto	33,3%	Gestão de bilhética de transportes.
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Oeiras	20%	Exploração de toda e qualquer publicidade em veículos e instalações.
Outras participadas			
Metro do Porto, S.A.	Porto	16,6%	Transporte urbano e local de passageiros por metropolitano.
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA	Porto	8,33%	Desenvolvimento de projetos de I&D na área dos transportes coletivos, desenvolvendo soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes.

As remunerações do pessoal-chave de gestão da empresa, nos exercícios findos em 2014 e 2013, encontram-se descritos no ponto 4.3. deste relatório e contas.

No decurso dos exercícios findos em 2014 e 2013, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2014					
Descrição das transações	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Compras de ativos				27.500,00	27.500,00
Serviços obtidos		1.066.751,56		130.032,96	1.196.784,52
Serviços prestados		34.828.995,15		224.665,02	35.053.660,17

2013					
Descrição das transações	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Compras de ativos				41.250,00	41.250,00
Serviços obtidos	-499,06	1.141.511,85		144.719,96	1.285.732,75
Serviços prestados	132,68	37.416.441,76		252.833,65	37.669.408,09

Saldos com partes relacionadas em 2014 e 2013:

2014					
Saldos	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Contas a receber correntes	369,31	3.306.725,06		112.459,81	3.419.554,18
Contas a pagar correntes		853.645,21		47.481,50	901.126,71

2013					
Saldos	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Contas a receber correntes	163,19	2.469.119,50		62.577,50	2.531.860,19
Contas a pagar correntes	3.395,10	620.646,37		85.884,90	709.926,37

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Ativos intangíveis	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor líquido a 01.01.2014		180.394,24	1.498,70	756.119,95	82.500,00	1.020.512,89
Ativo bruto						
Saldo a 01.01.2014	88.749,10	5.022.563,50	98.439,49	1.106.517,00	82.500,00	6.398.769,09
Movimentos de 2014						
Adições		98.355,00				98.355,00
Abates/vendas						
Regularizações e transferências		82.500,00			-82.500,00	
Saldo a 31.12.2014	88.749,10	5.203.418,50	98.439,49	1.106.517,00		6.497.124,09
Amortizações acumuladas						
Saldo a 01.01.2014	-88.749,10	-4.842.169,26	-96.940,79	-350.397,05		-5.378.256,20
Movimentos de 2014						
Gastos de amortização		-132.902,18	-277,80	-221.303,40		-354.483,38
Saldo a 31.12.2014	-88.749,10	-4.975.071,44	-97.218,59	-571.700,45		-5.732.739,58
Valor líquido a 31.12.2014		228.347,06	1.220,90	534.816,55		764.384,51

Ativos intangíveis	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor líquido a 01.01.2013		318.243,10	1.776,50	977.423,35	41.250,00	1.338.692,95
Ativo bruto						
Saldo a 01.01.2013	88.749,10	5.022.563,50	98.439,49	1.106.517,00	41.250,00	6.357.519,09
Movimentos de 2013						
Adições					41.250,00	41.250,00
Abates/vendas						
Regularizações e transferências						
Saldo a 31.12.2013	88.749,10	5.022.563,50	98.439,49	1.106.517,00	82.500,00	6.398.769,09
Amortizações acumuladas						
Saldo a 01.01.2013	-88.749,10	-4.704.320,40	-96.662,99	-129.093,65		-5.018.826,14
Movimentos de 2013						
Gastos de amortização		-137.848,86	-277,80	-221.303,40		-359.430,06
Saldo a 31.12.2013	-88.749,10	-4.842.169,26	-96.940,79	-350.397,05		-5.378.256,20
Valor líquido a 31.12.2013		180.394,24	1.498,70	756.119,95	82.500,00	1.020.512,89

A empresa não procede à capitalização das despesas de investigação. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas apenas quando cumprem os critérios de reconhecimento definidos nas NCRF.

Após análise dos ativos intangíveis foi determinado que não existem bens com vida útil indefinida. As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Rubricas do ativo fixo intangível	anos de vida útil
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	2 a 5
Propriedade industrial	3 a 7
Outros ativos intangíveis	5

Movimentos ocorridos nos exercícios de 2014 e de 2013 nos ativos intangíveis em curso:

	Saldo 01.01.2014	Aquisições	TPPE(*)	Regularizações e Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2014
Programas de computador	82.500,00			-82.500,00		
	82.500,00			-82.500,00		

	Saldo 01.01.2013	Aquisições	TPPE(*)	Regularizações e Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2013
Programas de computador	41.250,00	41.250,00				82.500,00
	41.250,00	41.250,00				82.500,00

(*) TPPE - Trabalhos para a própria entidade

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
Valor líquido a 01.01.2014	30.583.461,00	18.517.041,81	23.606.480,93
Ativo bruto			
Saldo a 01.01.2014	30.687.145,98	32.790.997,54	84.321.806,34
Movimentos de 2014			
Revalorizações			
Adições			653.732,99
Abates/vendas			-6.052.585,07
Regular. e transferências	-9.016.838,20	-5.820.030,33	
Saldo a 31.12.2014	21.670.307,78	26.970.967,21	78.922.954,26
Depreciações acumuladas			
Saldo a 01.01.2014		-14.142.459,87	-60.715.325,41
Movimentos de 2014			
Gastos de depreciação e amortização		-1.141.519,61	-2.825.330,03
Revalorizações			
Abates/vendas			6.052.497,71
Regular. e transferências		2.019.025,25	
Saldo a 31.12.2014		-13.264.954,23	-57.488.157,73
Perdas por imparidade acumuladas			
Saldo a 01.01.2014	-103.684,98	-131.495,86	
Transferências	24.938,20		
Reversões			
Saldo a 31.12.2014	-78.746,78	-131.495,86	
Valor líquido a 31.12.2014	21.591.561,00	13.574.517,12	21.434.796,53

Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Total de ativos fixos tangíveis
51.448,46	135.765,96	1.090.926,65	84.624,58	74.069.749,39
1.541.724,05	4.266.045,32	1.845.410,51	84.624,58	155.537.754,32
	44.687,25		204.276,08	902.696,32
-89.999,92	-98.493,30	-6,32		-6.241.084,61
				-14.836.868,53
1.451.724,13	4.212.239,27	1.845.404,19	288.900,66	135.362.497,50
-1.490.275,59	-4.130.279,36	-754.483,86		-81.232.824,09
-21.120,52	-50.520,73	-174,61		-4.038.665,50
89.999,92	97.554,66	6,32		6.240.058,61
				2.019.025,25
-1.421.396,19	-4.083.245,43	-754.652,15		-77.012.405,73
				-235.180,84
				24.938,20
				-210.242,64
30.327,94	128.993,84	1.090.752,04	288.900,66	58.139.849,13

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
Valor líquido a 01.01.2013	32.509.561,00	19.819.174,92	27.588.488,00
Ativo bruto			
Saldo a 01.01.2013	35.091.899,83	32.772.573,46	85.693.951,41
Movimentos de 2013			
Revalorizações			
Adições		47,54	3.608,65
Abates/vendas		-36.027,44	-1.378.723,89
Regular. e transferências	-4.404.753,85	54.403,98	2.970,17
Saldo a 31.12.2013	30.687.145,98	32.790.997,54	84.321.806,34
Depreciações acumuladas			
Saldo a 01.01.2013		-12.821.902,68	-58.105.463,41
Movimentos de 2013			
Gastos de depreciação e amortização		-1.340.264,19	-3.981.567,67
Revalorizações			
Abates/vendas		19.707,00	1.371.705,67
Regular. e transferências			
Saldo a 31.12.2013		-14.142.459,87	-60.715.325,41
Perdas por imparidade acumuladas			
Saldo a 01.01.2013	-2.582.338,83	-131.495,86	
Transferências	2.478.653,85		
Reversões			
Saldo a 31.12.2013	-103.684,98	-131.495,86	
Valor líquido a 31.12.2013	30.583.461,00	18.517.041,81	23.606.480,93

A coluna das adições de 2013, inclui 47,54 euros de trabalhos para a própria empresa em edifícios e outras construções

Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Total de ativos fixos tangíveis
103.847,11	170.702,73	1.091.193,11	523.791,70	81.806.758,57
1.541.724,05	4.278.439,09	1.845.410,51	523.791,70	161.747.790,05
	22.527,89			26.184,08
	-34.921,66		-51.552,91	-1.501.225,90
			-387.614,21	-4.734.993,91
1.541.724,05	4.266.045,32	1.845.410,51	84.624,58	155.537.754,32
-1.437.876,94	-4.107.736,36	-754.217,40		-77.227.196,79
-52.398,65	-57.106,84	-266,46		-5.431.603,81
	34.563,84			1.425.976,51
-1.490.275,59	-4.130.279,36	-754.483,86		-81.232.824,09
				-2.713.834,69
				2.478.653,85
				-235.180,84
51.448,46	135.765,96	1.090.926,65	84.624,58	74.069.749,39

À data de 31 de dezembro de 2012, a empresa solicitou uma avaliação independente (CPU Consultores de Avaliação, Lda.) dos seus terrenos e edifícios (todos eles localizados no grande Porto) classificados como ativos fixos tangíveis e procedeu à sua revalorização.

O trabalho consistiu na determinação do valor de mercado dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 7 e os termos de referência indicados pela empresa. A data de referência da avaliação é 31 de dezembro de 2012.

No âmbito da avaliação, o Justo Valor foi calculado através dos Critérios de Comparação Direta de Mercado, de Custos e do Rendimento - Método de Capitalização Direta e tendo em consideração valores correntes praticados para usos semelhantes e comparáveis ao uso em avaliação, dando cumprimento ao estipulado na NCRF 7.

O “Justo Valor” pode ser definido como “A quantia pela qual um ativo poderia ser trocado (...), entre entidades conhecedoras e a isso dispostas, numa transação em que nenhum relacionamento exista entre elas”. O Justo Valor é geralmente o “Valor de Mercado” determinado por peritos avaliadores qualificados.

Em determinadas circunstâncias, designadamente quando devido à natureza especializada do imóvel e se este for raramente vendido exceto como parte integrante de um “negócio em continuidade”, pode-se atribuir o “Justo Valor” usando uma abordagem pelo “rendimento” ou pelo “Custo de Reposição Depreciado”.

Importa realçar que neste processo de avaliação - para os ativos fixos tangíveis e, portanto, na sua avaliação considerando o seu uso continuado, não foram tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios ou atividades a exercer nas instalações, sendo os imóveis avaliados tal como se encontram e com os usos atuais.

Para os restantes ativos fixos tangíveis, foram utilizados os critérios de custos de construção depreciado, conforme já referido.

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- O trabalho de reavaliação teve por base uma visita realizada ao exterior de alguns dos imóveis e visitas a dois imóveis (Franco e Massarelos) em que houve alteração das premissas; para a totalidade dos imóveis foi atualizada a informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis. O relatório foi realizado com base no relatório de avaliação anterior.

- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual.
- Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes.
- As áreas de construção são as consideradas no trabalho anterior e foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa, os quais tomamos como corretos.
- Partiu-se do pressuposto de que todos os imóveis se encontram livres de ónus e encargos.
- A valorização das infraestruturas afetas a cada imóvel - pavimentos, redes de abastecimento e distribuição de água, redes de drenagem de águas residuais e pluviais, rede de distribuição de eletricidade, etc. - foi considerada e incluída na valorização global de cada imóvel.

Caso os “terrenos e recursos naturais” e “edifícios e outras construções” tivessem sido reconhecidos de acordo com o modelo do custo, a quantia escriturada seria, respetivamente, de:

Rubrica	2014	2013
Terrenos e recursos naturais	2.152.422,84	2.416.292,84
Edifícios e outras construções	5.891.518,75	7.188.812,79
	8.043.941,59	9.605.105,63

Não se procedeu à divulgação das restrições de titularidade de ativos, nem de ativos fixos dados como garantias de passivos, dado que não existem situações que se enquadrem neste âmbito. Desta forma a alínea a) do parágrafo 73 da NCRF 7 não é aplicável.

Movimentos ocorridos, nos exercícios de 2014 e de 2013, nos ativos tangíveis em curso:

	Saldo 01.01.2014	Aquisições	TPPE(*)	Regularizações e Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2014
Edifícios e outras construções		149.562,10				149.562,10
Equipamento básico	84.624,58	54.713,98				139.338,56
	84.624,58	204.276,08				288.900,66

	Saldo 01.01.2013	Aquisições	TPPE(*)	Regularizações e Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2013
Edifícios e outras construções	64.539,15			-64.539,15		
Equipamento básico	459.252,55			-323.075,06	-51.552,91	84.624,58
	523.791,70			-387.614,21	-51.552,91	84.624,58

(*) Trabalhos para a própria entidade

Nos exercícios de 2014 e 2013 não se verificaram movimentos nos adiantamentos para ativos fixos tangíveis.

No ano de 2014, foram assumidos compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis no montante de 637.864,26 euros (divulgação ao abrigo da alínea c) do parágrafo 73 da NCRF 7).

9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

A empresa não possui ativos nestas condições.

10. LOCAÇÕES

10.1. Locações financeiras – locatários

Nos exercícios de 2014 e 2013, a empresa pagou rendas de locação financeira no montante de 5.941.571,99 euros (inclui 419.085,83 euros de juros) e de 5.823.486,02 euros (inclui 546.760,06 euros de juros), respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a empresa mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas de contratos de locação financeira, no montante de 13.969.910,27 euros e 18.751.917,96 euros, respetivamente (com IVA incluído quando este não é dedutível), a vencer nos próximos exercícios segundo o mapa abaixo:

2014			
Anos	Valor descontado pag. mínimos	Juros	Total
2014			
2015	4.366.959,46	208.131,95	4.575.091,41
2016	2.309.102,27	110.676,97	2.419.779,24
2017	1.884.177,45	79.274,55	1.963.452,00
2018	1.909.447,55	54.004,45	1.963.452,00
2019	1.935.056,57	28.395,43	1.963.452,00
Após 2019	1.079.900,74	4.782,87	1.084.683,61
Total	13.484.644,05	485.266,22	13.969.910,27

2013			
Anos	Valor descontado pag. mínimos	Juros	Total
2014	4.392.918,14	337.438,15	4.730.356,29
2015	4.819.214,31	229.413,66	5.048.627,97
2016	1.855.598,35	115.414,65	1.971.013,00
2017	1.883.154,19	87.858,81	1.971.013,00
2018	1.911.119,29	59.893,72	1.971.013,01
2019	1.939.499,67	31.513,35	1.971.013,02
Após 2019	1.083.570,68	5.310,99	1.088.881,67
Total	17.885.074,63	866.843,33	18.751.917,96

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo em regime de locação financeira era a seguinte:

Descrição	2014			2013		
	Valor aquisição	Amortizações acumuladas/ Perdas por imparidade	Valor líquido	Valor aquisição	Amortizações acumuladas/ Perdas por imparidade	Valor líquido
Propriedades de investimento						
Terrenos e recursos naturais	2.391.521,21	1.423.521,21	968.000,00	2.460.351,85	1.429.851,85	1.030.500,00
Ativos fixos tangíveis						
Equipamento Básico	33.858.200,00	16.078.217,30	17.779.982,70	33.858.200,00	14.233.241,18	19.624.958,82
Total	36.249.721,21	17.501.738,51	18.747.982,70	36.318.551,85	15.663.093,03	20.655.458,82

10.2 Locação operacional

Nos exercícios de 2014 e 2013, foram reconhecidos gastos de rendas de contratos de locação operacional no montante de 3.446.871,16 euros e 5.436.621,31 euros, respetivamente.

As rendas de contratos de locação operacional, a 31 de dezembro de 2014 e de 2013, apresentam os seguintes vencimentos:

Anos	2014	2013
2014		3.091.673,14
2015	1.635.337,37	1.610.802,07
Total	1.635.337,37	4.702.475,21

11. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito a taxa de juro efetiva dos mesmos.

Juros e gastos similares suportados e reconhecidos, nos exercícios de 2014 e de 2013:

	2014	2013
Juros de financiamentos obtidos	11.986.861,84	14.442.268,64
Juros instituições de crédito e instituições financeiras	3.948.403,24	9.777.903,36
Empréstimos bancários	3.501.001,49	8.992.356,39
Descobertos bancários	113.166,24	346.500,39
Locação financeira	334.235,51	439.046,58
Juros de financiamentos por valores mobiliários - obrigações	3.707.467,12	4.664.365,28
Juros de financiamentos de participantes no capital	4.330.991,48	
Juros de outros instrumentos financeiros	6.682.039,85	4.452.006,61
Outros gastos e perdas de financiamento – relativos a financiamentos obtidos	984.229,51	2.455.749,77
Despesas e descontos d'emissão financiamentos	28.129,17	34.419,93
Taxa de aval	388.052,56	442.777,66
Comissões e outros encargos	279.531,44	1.259.792,27
Imposto selo sobre utilização capital	288.516,34	718.759,91
Juros e gastos similares suportados	19.653.131,20	21.350.025,02
Perdas por reduções de justo valor - Em instrumentos financeiros	27.323.904,18	
Juros e gastos similares suportados na demonstração resultados	46.977.035,38	21.350.025,02

Juros e rendimentos similares obtidos, reconhecidos nos exercícios de 2014 e de 2013:

	2014	2013
Juros obtidos – de depósitos	329,67	5,22
Juros obtidos - de outros financiamentos concedidos	1.075,91	647,76
Juros e rendimentos similares obtidos propriamente ditos	1.405,58	652,98
Ganhos por aumentos de justo valor - em instrumentos financeiros (*)		12.591.639,28
Juros e rendimentos similares obtidos na demonstração resultados	1.405,58	12.592.292,26

(*) Em 2013, os ganhos por aumentos de justo valor com instrumentos financeiros derivados incluem o montante de 7.717 mil euros relativos ao gasto com a liquidação antecipada de uma das operações.

A empresa não procedeu à capitalização no custo de ativos de encargos financeiros por não ter ativos qualificáveis para tal.

12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A empresa procedeu, a 31 de dezembro de 2014 e a 31 de dezembro de 2013, a aplicação do justo valor nas propriedades de investimento, tendo sido determinado através de uma avaliação efetuada por uma entidade especializada, independente e com qualificação profissional reconhecida (CPU Consultores de Avaliação, Lda).

O trabalho consistiu na determinação do valor de mercado dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 11 e os termos de referência indicados pela empresa. A data de referência da avaliação foi de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respetivamente para o ano de 2014 e ano de 2013.

O valor de mercado a determinar para efeitos de reporte contabilístico, poderá ser equiparado ao definido no SNC como "Justo Valor". No âmbito da avaliação, o Justo Valor será calculado através dos Critérios de Comparação Direta de Mercado, de Custos e do Rendimento - Método de Capitalização Direta ou Método de "Discounted Cash Flows" e tendo em consideração valores correntes praticados para usos semelhantes e comparáveis ao uso em avaliação, dando cumprimento ao estipulado na NCRF 11.

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- O trabalho teve por base os relatórios de avaliação anteriores, tendo sido realizada uma visita ao exterior de alguns dos imóveis;
- Para a totalidade dos imóveis foi atualizada a informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis;
- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual. Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes;
- As áreas de construção são as consideradas no trabalho anterior e foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa, os quais tomamos como corretos;
- Partiu-se do pressuposto que todos os imóveis se encontram livres de ónus e encargos.

A avaliação das propriedades de investimento foi feita numa ótica do uso alternativo. Foi determinado o seu valor de mercado, considerado livre e disponível – correspondendo este valor ao seu valor em uso alternativo.

No princípio do melhor uso alternativo, o valor de mercado da propriedade é baseado numa análise de rentabilidade do projeto de desenvolvimento consentâneo com a melhor utilização possível ou, caso existam, de acordo com os projetos de desenvolvimento existentes. O melhor uso alternativo é definido como o uso provável e razoável que à data da avaliação gera o valor atual mais elevado.

Neste sentido, foram utilizados para a valorização dos imóveis os critérios de comparação de mercado e critério do rendimento, nuns casos pelo método de capitalização direta e, noutros, pelo método do valor residual.

O justo valor é definido na NCRF 11, parágrafo 38, como “o preço pelo qual a propriedade poderia ser trocada entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre as mesmas.”

Foram assim cumpridos os requisitos exigidos na NCRF 11 para a determinação do valor de mercado dos imóveis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos na rubrica das propriedades de investimento, foram os seguintes:

2014				
Propriedades investimento	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Adiantamentos por conta prop. Investimento	Total
Saldo a 01.01.2014	4.238.710,00	989.790,00	24.726,00	5.253.226,00
Varição justo valor por contrapartida de resultados	-301.518,80	-37.590,00		-339.108,80
Varição justo valor por reversão excedente revalorização	-308.788,00	-89.379,08		-398.167,08
Transferências	8.991.900,00	3.801.005,08		12.792.905,08
Abates/Vendas	-28.829,20			-28.829,20
Saldo a 31.12.2014	12.591.474,00	4.663.826,00	24.726,00	17.280.026,00

2013				
Propriedades investimento	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Adiantamentos por conta prop. Investimento	Total
Saldo a 01.01.2013	2.542.210,00	1.022.090,00	24.726,00	3.589.026,00
Varição justo valor por contrapartida de resultados	-216.200,00	-20.370,00		-236.570,00
Varição justo valor por reversão excedente revalorização	-13.400,00	-11.930,00		-25.330,00
Transferências	1.926.100,00			1.926.100,00
Abates/Vendas				
Saldo a 31.12.2013	4.238.710,00	989.790,00	24.726,00	5.253.226,00

Em 2013 e 2014, foram transferidos para propriedades de investimento imóveis que se encontravam catalogadas em ativos fixos tangíveis, conforme decisão do Conselho de Administração, tendo por base a alteração do seu uso.

A empresa não assumiu nenhuma obrigação contratual relativamente à construção, desenvolvimento, reparação e manutenção de propriedades de investimento.

No decurso do exercício de 2014 e 2013, foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

Propriedades investimento	2014		2013	
	Arrendados	Para valorização	Arrendados	Para valorização
Rendimentos				
Rendimentos de Rendas	249.266,28	14.625,12	247.442,64	
Gastos				
Gastos diretos	-30.723,29	-103.550,19	-29.832,02	-5.005,97
Resultado	218.542,99	-88.925,07	217.610,62	-5.005,97

13. IMPARIDADE DE ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sendo a STCP uma empresa de capitais exclusivamente públicos, que presta um serviço social de transporte sem qualquer justificação comercial, deveria ser financeiramente compensada pela quota de serviço não comercial que lhe é imposto assegurar.

Neste contexto, entende-se que a situação histórica de geração de prejuízos sucessivos não reflete um indício de imparidade, mas sim um défice de cumprimento da obrigação por parte do Estado no financiamento das atividades sociais que impõe.

Para qualquer ativo em que existam indícios de imparidade, sejam eles de obsolescência técnica ou material, é feita uma análise de imparidade e reconhecidas as perdas decorrentes da mesma.

Adicionalmente, chama-se a atenção que para a classe de Edifícios e terrenos se obteve avaliações de mercado, efetuadas por avaliadores independentes, nos exercícios de 2012 a 2014, para a classe de ativos catalogada como propriedades de investimento e, no exercício de 2012, para a classe de ativos catalogados como ativos fixos tangíveis, tendo sido, nos casos identificados, registada a correspondente perda por imparidade.

Em 2014 e 2013 não se registaram movimentos nas perdas por imparidade dos ativos fixos tangíveis.

O detalhe das perdas por imparidade acumuladas de ativos fixos tangíveis, à data de 31 de dezembro de 2014 e 2013, encontra-se na nota 8.

14. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS VALORIZADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Participações financeiras em subsidiárias e associadas, valorizadas pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Ano de 2014	Ativo	Passivo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido	% Detenção
Subsidiárias						
STCP Serviços	53.504,53	5.985,40	47.519,13	1.432,40	588,40	100,00%
Empresas associadas						
TIP, ACE	8.240.597,00	13.154.745,00	-4.914.147,00	6.411.642,00	231.879,00	33,33%
Transpublicidade, S.A.	946.421,00	290.962,00	655.460,00	559.696,00	4.294,00	20,00%

Ano de 2013	Ativo	Passivo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido	% Detenção
Subsidiárias						
STCP Serviços	74.994,80	28.064,07	46.930,73	39,43	-17.598,85	100,00%
Empresas associadas						
TIP, ACE	11.020.656,00	15.643.594,00	-4.622.938,00	6.217.568,00	236.103,00	33,33%
Transpublicidade, S.A.	916.059,00	264.893,00	651.166,00	499.895,00	-27.103,00	20,00%

Foram usadas as demonstrações financeiras das associadas e subsidiárias, à data de 31 de dezembro de cada exercício, ainda que provisórias.

Em virtude de a proporção da empresa nos resultados negativos da STCP Serviços e TIP ter excedido a quantia escriturada do correspondente investimento, a aplicação do método de equivalência patrimonial foi interrompida em exercícios anteriores.

Movimentos nas demonstrações financeiras da STCP relativos às participações financeiras em subsidiárias e associadas nos exercícios de 2014 e de 2013:

	2014	2013
Participações financeiras		
Saldo inicial	125.217,40	135.666,00
Regularizações – método da equivalência patrimonial	5.874,60	-10.448,60
Outras variações		
Saldo final	131.092,00	125.217,40
Perdas por imparidade		
Ativos líquidos	131.092,00	125.217,40

15. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS VALORIZADAS POR OUTROS MÉTODOS

As participações financeiras em outras empresas encontram-se registadas ao custo por não se encontrarem cotadas num mercado ativo, pelo que o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

Não ocorreram movimentos nestas participações, como se pode constatar pelo mapa abaixo, e o valor escriturado diz respeito apenas à participação na OPT, atendendo a que a participação na Metro do Porto é nula (por ter sido até 2007 valorizada ao método da equivalência patrimonial - a participação até essa data era de 25% - e apresentar capitais próprios negativos):

	2014		2013	
	Justo valor	Ao custo	Justo valor	Ao custo
Participações financeiras:				
Saldo inicial		25.000,00	25.000,00	
Saldo final		25.000,00	25.000,00	
Perdas por imparidade:				
Ativos líquidos		25.000,00	25.000,00	

16. CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Não aplicável.

17. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Não aplicável.

18. AGRICULTURA

Não aplicável.

19. INVENTÁRIOS

Rubrica de inventários em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	2014		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	1.629.233,00	-1.192.206,62	437.026,38
Produtos e trabalhos em curso			
	1.629.233,00	-1.192.206,62	437.026,38

	2013		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	1.728.566,14	-1.201.484,38	527.081,76
Produtos e trabalhos em curso	1.360,87		1.360,87
	1.729.927,01	-1.201.484,38	528.442,63

Custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo, nos exercícios de 2014 e de 2013:

	2014	2013
Inventário Inicial	1.728.566,14	1.198.301,83
Compras	969.643,55	1.252.001,72
Regularizações (*)	8.880,08	619.744,51
Custo das matérias consumidas	-1.077.856,77	-1.341.481,92
Inventário final	1.629.233,00	1.728.566,14

(*) Em 2013, o montante de 572.768,76 euros diz respeito à transferência de materiais, da via e rede e acessórios do carro elétrico, dos ativos tangíveis em curso para inventários, por já não serem necessários nas obras.

Varição dos Produtos e trabalhos em curso, nos exercícios de 2014 e de 2013:

	2014	2013
Saldo Inicial	1.360,87	779,29
Varição dos inventários da produção	-1.360,87	581,58
Saldo final	1.360,87	

Evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários, nos exercícios de 2014 e de 2013:

Ano de 2014	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	1.201.484,38		9.277,76	1.192.206,62

Ano de 2013	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Matérias-Primas, subsidiária e de consumo (*)	761.626,56	439.857,82		1.201.484,38

(*) Em 2013, o aumento das imparidades de inventários deve-se essencialmente a perdas por imparidade verificadas em materiais relativos à via e rede, cujo valor realizável líquido é inferior ao seu custo de aquisição.

20. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável.

21. RÉDITOS

Detalhe do rédito reconhecido, a 31 de dezembro de 2014 e 2013, todo realizado em território nacional:

	2014	2013
Prestação de Serviços	45.511.137,04	46.321.490,66
Transporte público de passageiros (*)	45.408.952,19	46.201.982,11
Aluguer de viaturas	105.644,32	121.459,25
Descontos e abatimentos	-3.459,47	-1.950,70
Rendimentos suplementares	1.383.710,13	1.941.082,46
Aluguer de equipamento	1.800,00	2.650,00
Royalties	350,00	170,73
Desempenho de cargos sociais noutras empresas		12.325,00
Outros rendimentos suplementares	1.381.560,13	1.925.936,73
Serviços de manutenção	441.392,73	679.082,21
Publicidade	220.181,77	432.769,94
Cedências de trabalhadores	52.192,26	54.867,32
Renda e cedência espaço	137.459,20	212.614,25
Prestação de serviços de assessoria e outros	215.214,99	152.194,05
Venda sucata e outros bens	35.144,29	87.991,09
Vendas e serviços do museu	14.953,35	19.383,37
Outros	265.021,54	287.034,50
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	263.891,40	247.442,64
Juros obtidos	1.405,58	652,98
	47.160.144,15	48.510.668,74

(*) As subvenções públicas estão definidas no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, que estabelece dois tipos de subvenções: indemnizações compensatórias e outros tipos de subvenção.

As indemnizações compensatórias caracterizam-se por pagamentos efetuados com verbas do Orçamento do Estado a entidades públicas e privadas, que se destinam a compensar custos de exploração resultantes de prestação de serviços de interesse geral (art.º 3º do Decreto-Lei n.º 167/2008). O conceito de interesse geral exige, entre outras, obrigações de praticar serviços que tenham uma natureza universal e garantam a acessibilidade em termos de preços à generalidade dos cidadãos (art.º 4º).

Por outro lado, o mencionado decreto-lei admite outros tipos de subvenção através de acordos ou contratos com o Estado, mas exclui as subvenções de carácter social concedidas a pessoas singulares. Obriga, contudo, o Estado à publicitação das importâncias concedidas ao abrigo de tais acordos ou contratos realizados com as Entidades.

A STCP celebrou três acordos com o Estado que não contemplam indemnizações compensatórias, porquanto não cumprem a definição de indemnização compensatória acima mencionada.

Esses acordos têm em vista a prestação de serviços por tarifas mais económicas a pessoas singulares com determinadas condicionantes de ordem social. O Estado reembolsa a STCP por parte do desconto de preço praticado nestas tarifas cuja responsabilidade assume.

O acordo para a implementação do tarifário social no sistema intermodal Andante foi assinado em 29 de junho de 2006, o acordo para o tarifário 4_18@escola.tp foi celebrado em 29 de janeiro de 2009 e o acordo para o tarifário sub23@superior.tp foi celebrado em 1 de setembro de 2010.

Para além destes três acordos, e por via da Portaria n.º 272/2011 de 23 de setembro, foi criado ainda o título de transporte intermodal "Passe Social+", destinado a pessoas singulares cujo agregado familiar aufera rendimentos comprovadamente reduzidos.

A empresa reconhece estas subvenções, ao abrigo desses contratos com influência tarifária, na rubrica Rédito das vendas e dos serviços prestados - transporte público de passageiros.

Em 17 de dezembro de 2014, foi assinado um aditamento ao acordo para a implementação do tarifário social no sistema intermodal Andante que prevê a alteração da comparticipação do Estado de 40% para 68% da percentagem de desconto praticada neste tarifário, com efeitos a 1 de fevereiro de 2012. Decorrente desta alteração contratual, no exercício de 2014 a rubrica de Rédito dos serviços prestados inclui 953 milhares de euros relativos ao recebimento dos acertos da comparticipação dos anos de 2012 e 2013.

22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Foram constituídas as seguintes provisões:

- Processos judiciais em curso: de acordo com os encargos que a empresa poderá vir a suportar por processos pendentes em Tribunal no final de cada exercício e correspondendo ao valor previsível global.
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: conforme os encargos que a STCP deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 31 de dezembro de 2014. Até fevereiro de 1998, a empresa foi auto seguradora relativamente a estes acidentes, existindo no entanto um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de março de 1998, a empresa transferiu para uma seguradora a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquia de 30 dias. A partir de 1 de março de 2009, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquia.
- Outros riscos e encargos: segundo os encargos que a STCP poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos, da sua responsabilidade, pendentes em 31 de dezembro de 2014, bem como por encargos decorrentes de outros riscos existentes nessa mesma data, nomeadamente para fazer face aos compromissos assumidos com prejuízos em associadas.

Movimento ocorrido nas provisões, nos anos de 2014 e de 2013:

	2014			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	5.394.778,14	833.147,17		6.227.925,31
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	463.885,99		329,96	463.556,03
Outras Provisões	3.226.311,55	505.237,57		3.731.549,12
	9.084.975,68	1.338.384,74	329,96	10.423.030,46
(Aumentos) e reduções de provisões			-1.338.054,78	

2013				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	2.838.551,87	2.556.226,27		5.394.778,14
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	475.294,01		11.408,02	463.885,99
Outras Provisões	3.206.991,81	104.541,00	85.221,26	3.226.311,55
	6.520.837,69	2.660.767,27	96.629,28	9.084.975,68
(Aumentos) e reduções de provisões			-2.564.137,99	

A empresa tem pendentes contra si dois processos judiciais cujos valores são materialmente relevantes, mas não provisionados:

- Processo judicial em que é autor o Município do Porto, proposto também contra o Estado Português, no qual é reivindicado parte do património imobiliário da empresa.
- Processo judicial, instaurado pela ANTROP, contra o Estado Português, sendo contra interessadas a STCP, S.A. e a CARRIS, no qual se pede a anulação da decisão do Conselho de Ministros n.º 52/2003, de 27 de março, que atribui àqueles operadores, nesse ano, determinados montantes de Indemnizações Compensatórias.

Trata-se, nestes dois casos, de processos cuja responsabilidade é do Estado Português, respetivamente na sua qualidade de acionista e de responsável pela compensação do serviço público prestado.

O facto de a STCP não ter efetuado o provisionamento de quaisquer valores no que respeita aos processos judiciais referidos decorre do seu entendimento sobre a efetiva e legítima titularidade dos imóveis e, em segunda linha, sobre a responsabilidade do Estado nas matérias em litígio:

- No processo intentado pelo Município do Porto contra a STCP e o Estado Português acerca da propriedade dos terrenos e outros ativos imobiliários integrados no património da empresa aquando da sua transformação em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos em 1994, por transformação do então designado Serviço de Transportes Colectivos do Porto, tem a empresa a convicção que o desfecho deste processo judicial será a confirmação de que os ativos em causa lhe pertencem e que, na hipótese de diferente resultado, é ao Estado e não à empresa que incumbe a solução prevista também na petição inicial: eventual pagamento de uma indemnização ao Município equivalente ao valor que for atribuído ao(s) imóvel (imóveis) que eventualmente a sentença final viesse a decidir pertencer(em) a este último. Esta ação encontra-se ainda numa fase de avaliação sobre se o Tribunal tem competência para julgar este processo, não sendo expetável desfecho definitivo nos próximos anos.
- No processo movido pela ANTROP contra o Estado Português e contra a STCP e Carris sobre a atribuição, em 2003, dos montantes das Indemnizações Compensatórias às duas empresas, o Estado já dispõe dos dados necessários para comprovar que a verba atribuída à STCP (única que nos compete saber) não foi sequer suficiente para cobrir os custos a mais suportados com o serviço de natureza social que lhe é imposto nas obrigações de serviço público cumpridas nesse ano. O montante que pudesse eventualmente ser objeto de devolução ao Estado Português deveria ser atribuído à STCP como aumento de capital, na sua qualidade de acionista único.

Do acima exposto, podemos concluir que estes passivos são contingentes porque a possibilidade de ocorrência de qualquer reembolso futuro é inferior a 50% e porque não é possível estimar o montante dos eventuais reembolsos futuros nem o seu prazo de ocorrência. Desta forma não é possível calcular uma estimativa do seu efeito financeiro.

23. SUBSÍDIOS

Movimentos mais relevantes em subsídios nos exercícios de 2014 e de 2013:

Subsídios	2014				
	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rébito do período	Rébito acumulado
Subsídios à exploração:	4.861.805,41	4.861.805,41		4.861.805,41	
Orçamento do estado	4.716.981,13			4.716.981,13	
Inst.Gest.Fin.Seg.Soc.- PAII	144.824,28	2.283.104,97		144.824,28	
Subsídios relacionados com ativos	6.203.467,41			102.522,72	5.882.509,73
Ativos tangíveis	6.082.257,31			102.522,72	5.785.044,98
- Edifícios e outras construções	297.389,85			3.584,40	234.169,27
- Equipamento básico	5.601.598,74			98.470,77	5.439.458,50
- Equipamento administrativo	56.631,66			467,55	56.282,20
- Outros ativos fixos tangíveis	55.135,01				55.135,01
- Ativos tangíveis em curso	71.502,05				
Propriedades investimento	48.538,68				24.793,33
- Edifícios	48.538,68				24.793,33
Ativos intangíveis	72.671,42				72.671,42
- Programas de computador	72.671,42				72.671,42
	11.065.272,82	4.861.805,41		4.964.328,13	5.882.509,73

2013					
Subsídios	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios à exploração:	11.832.310,39	10.211.320,80	2.138.280,69	11.832.310,39	
Orçamento do estado	10.211.320,80	10.211.320,80		10.211.320,80	
Inst. Gest. Fin. Seg. Soc. - PAII	1.620.989,59		2.138.280,69	1.620.989,59	
Subsídios relacionados com ativos	6.859.378,57			108.120,29	6.435.898,17
Ativos tangíveis	6.771.309,63			107.963,62	6.355.990,37
- Edifícios e outras construções	330.531,01			4.245,24	248.141,82
- Equipamento básico	6.240.585,54			102.859,72	5.979.974,53
- Equipamento administrativo	73.556,02			858,66	72.739,01
- Outros ativos fixos tangíveis	55.135,01				55.135,01
- Ativos tangíveis em curso	71.502,05				
Propriedades investimento	15.397,52				7.236,38
- Edifícios	15.397,52				7.236,38
Ativos intangíveis	72.671,42			156,67	72.671,42
- Programas de computador	72.671,42			156,67	72.671,42
	18.691.688,96	10.211.320,80	2.138.280,69	11.940.430,68	6.435.898,17

A STCP está submetida a um regime de preços administrativos, o que implica a atribuição pelo Governo de indemnizações compensatórias não reembolsáveis para financiar parcialmente as suas operações no cumprimento das obrigações de serviço público. A STCP segue o critério de registar como subsídios à exploração as indemnizações compensatórias no exercício em que as mesmas são atribuídas.

24. ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO

Nos exercícios de 2014 e 2013 ocorreram operações em libras esterlinas mas de montantes irrelevantes.

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Nada a referir.

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa está sujeita ao regime geral de IRC. Dada a sua situação deficitária, suporta apenas os encargos decorrentes da tributação autónoma e efetua o pagamento especial por conta a que se encontra obrigada.

Face ao exposto, não se procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

A 31 de dezembro de 2014, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 101.592.882,26 euros, conforme detalhe abaixo:

Anos	Prejuízos fiscais
2008	22.643.194,03
2009	19.864.827,20
2010	6.223.946,09
2011	18.614.042,09
2012	27.068.620,58
2013	7.178.252,27
	101.592.882,26

27. MATÉRIAS AMBIENTAIS

No exercício de 2014 e 2013 não temos informação relevante a relatar.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Identificação dos ativos e passivos financeiros

Categorias de ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Ativos Financeiros - Ano de 2014	Empréstimos concedidos e Contas a receber	Disponíveis para venda	Não abrangidos IFRS7	Total
Ativos não correntes	47.519,13	25.000,00		72.519,13
Participações financeiras pelo método do custo		25.000,00		25.000,00
Outros ativos financeiros	47.519,13			47.519,13
Ativos correntes	12.241.764,43		1.857.619,58	14.099.384,01
Clientes	2.789.929,79			2.789.929,79
Outras contas a receber	1.527.568,10		1.857.619,58	3.385.187,68
Caixa e depósitos bancários	7.924.266,54			7.924.266,54
	12.289.283,56	25.000,00	1.857.619,58	14.171.903,14

Passivos financeiros - Ano de 2014	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7	Total
Passivos não correntes	401.222.829,24	119.531.994,60	9.117.684,55	529.872.508,39
Financiamentos obtidos	401.222.829,24		9.117.684,55	410.340.513,79
Outros passivos financeiros		119.531.994,60		119.531.994,60
Passivos correntes	6.538.708,12	9.543.568,68	10.559.936,82	26.642.213,62
Fornecedores	4.735.124,75			4.735.124,75
Financiamentos obtidos	492.032,31		4.375.914,18	4.867.946,49
Outras contas a pagar	1.311.551,06		6.184.022,64	7.495.573,70
Outros passivos financeiros		9.543.568,68		9.543.568,68
	407.761.537,36	129.075.563,28	19.677.621,37	556.514.722,01

Ativos Financeiros - Ano de 2013	Empréstimos concedidos e Contas a receber	Disponíveis para venda	Não abrangidos IFRS7	Total
Ativos não correntes	46.930,73	25.000,00		71.930,73
Participações financeiras pelo método do custo		25.000,00		25.000,00
Outros ativos financeiros	46.930,73			46.930,73
Ativos correntes	3.874.526,92		4.275.035,89	8.149.562,81
Clientes	2.110.957,37			2.110.957,37
Outras contas a receber	1.623.602,91		4.275.035,89	5.898.638,80
Caixa e depósitos bancários	139.966,64			139.966,64
	3.921.457,65	25.000,00	4.275.035,89	8.221.493,54
Passivos financeiros - Ano de 2013	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7	Total
Passivos não correntes	99.968.451,64	92.208.090,42	13.492.156,49	205.668.698,55
Financiamentos obtidos	99.968.451,64		13.492.156,49	113.460.608,13
Outros passivos financeiros		92.208.090,42		92.208.090,42
Passivos correntes	282.325.713,33	2.861.528,83	10.388.014,64	295.575.256,80
Fornecedores	3.875.164,02			3.875.164,02
Financiamentos obtidos	278.066.072,43		4.408.362,49	282.474.434,92
Outras contas a pagar	384.476,88		5.979.652,15	6.364.129,03
Outros passivos financeiros		2.861.528,83		2.861.528,83
	382.294.164,97	95.069.619,25	23.880.171,13	501.243.955,35

Em 2014 e 2013, a STCP apenas dispunha de ativos e passivos financeiros classificados como:

- Empréstimos concedidos e contas a receber;
- Disponíveis para venda;
- Passivos financeiros valorizados ao custo amortizado;
- Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

De acordo com o ponto 29 da IFRS7, alínea a), quando a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor, como para os instrumentos financeiros tais como contas comerciais a receber ou a pagar a curto prazo, não é necessária a divulgação do seu justo valor. Em 2014 e 2013, encontram-se nesta situação as rubricas de clientes, outras contas a receber, caixa e depósitos bancários e outras contas a pagar.

A rubrica Participações financeiras pelo método do custo, encontra-se mensurada ao custo, e refere-se a uma participação numa empresa não cotada num mercado ativo, pelo que o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade (exceção prevista no ponto 29 alínea b) da IFRS7). Assim, não procedemos à sua divulgação.

Restam os instrumentos financeiros derivados, incluídos na rubrica Outros passivos financeiros, já escriturados ao justo valor.

28.1.1. Financiamentos obtidos

Detalhe do financiamento em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Financiamentos obtidos	Ano de 2014					
	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Instituições de crédito e sociedades financeiras	13.493.598,73	4.375.914,18	9.117.684,55	13.484.639,19	4.366.954,64	9.117.684,55
Loações financeiras	13.493.598,73	4.375.914,18	9.117.684,55	13.484.639,19	4.366.954,64	9.117.684,55
Mercado de valores mobiliários	99.996.000,69	23.420,17	99.972.580,52	100.000.000,00		100.000.000,00
Empréstimos obrigacionistas não convertíveis – Obrig. 2007	99.996.000,69	23.420,17	99.972.580,52	100.000.000,00		100.000.000,00
Participantes de capital	301.718.860,86	468.612,14	301.250.248,72	301.250.248,72		301.250.248,72
Empresa-mãe -Suprimentos e outros mútuos	301.718.860,86	468.612,14	301.250.248,72	301.250.248,72		301.250.248,72
	415.208.460,28	4.867.946,49	410.340.513,79	414.734.887,91	4.366.954,64	410.367.933,27

Financiamentos obtidos	Ano de 2013					
	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Instituições de crédito e sociedades financeiras	174.811.448,14	161.319.291,65	13.492.156,49	174.295.864,82	160.803.708,33	13.492.156,49
Emprést. Bancários	149.046.001,27	149.046.001,27		148.545.862,30	148.545.862,30	
Emprést. Descobertos bancários	7.864.927,89	7.864.927,89		7.864.927,89	7.864.927,89	
Locações financeiras	17.900.518,98	4.408.362,49	13.492.156,49	17.885.074,63	4.392.918,14	13.492.156,49
Mercado de valores mobiliários	221.123.594,91	121.155.143,27	99.968.451,64	220.000.000,00	120.000.000,00	100.000.000,00
Empréstimos obrigacionistas não convertíveis	221.123.594,91	121.155.143,27	99.968.451,64	220.000.000,00	120.000.000,00	100.000.000,00
Emp. obrigacionista 07	100.104.865,41	136.413,77	99.968.451,64	100.000.000,00		100.000.000,00
Emp. obrigacionista 09	121.018.729,50	121.018.729,50		120.000.000,00	120.000.000,00	
	395.935.043,05	282.474.434,92	113.460.608,13	394.295.864,82	280.803.708,33	113.492.156,49

Todos os empréstimos estão denominados em euros.

A partir de dezembro de 2013 e por aplicação do disposto no n.º 3 do artigo 29.º do decreto-lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, que determinou que as empresas públicas não financeiras do setor empresarial do Estado, não abrangidas pelo disposto no n.º 1 do mesmo diploma, que numa base anual apresentassem capital próprio negativo, só podiam aceder a financiamento junto de instituições de crédito com prévia autorização da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a qual solicitava parecer da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, E.P.E., quanto às condições financeiras aplicáveis.

No período, a STCP, enquadrada no regime previsto no referido diploma, continuou a apresentar previamente o pedido formal de autorização de cada uma das operações em renovação, ou contratação, com a banca comercial, até à denúncia integral dos contratos de empréstimo de operações de curto prazo.

Em outubro de 2014 procedeu-se ao reembolso do empréstimo obrigacionista no montante de 120 milhões de euros, cuja emissão teve lugar em 2009, com garantia pessoal do Estado Português.

Os empréstimos não correntes, em vigor a 31 de dezembro de 2014, caracterizam-se como se segue:

- Em junho de 2007, foi emitido um empréstimo obrigacionista

no montante de 100 milhões de euros, por 15 anos. A subscrição foi privada e direta. A taxa é variável, indexada à Euribor a 6 meses. Existe *Call-Option*, a partir do 5º ano, total ou parcial. As obrigações foram admitidas à negociação em mercado regulamentado no início do ano de 2011. Tem a Garantia do Estado Português. Pelo contrato de Garantia, a República Portuguesa garante incondicional e irrevogavelmente o pagamento dos montantes correspondentes ao capital e juros exigíveis nos termos e condições dos contratos.

- Em outubro de 2014, o Estado Português concedeu à STCP um empréstimo de mútuo no valor de 301.250.248,72 euros destinado a satisfazer as necessidades de financiamento desta sociedade no período compreendido entre outubro e dezembro de 2014. O empréstimo vence juros semestralmente e será reembolsado em doze prestações de capital iguais e sucessivas, com início em maio de 2016 e termo em 30 de novembro de 2021. O capital mutuado foi disponibilizado em três tranches:

1. De 122.166.600 euros, em 6 de outubro de 2014 a taxa fixa;
2. De 177.083.648,72 euros, em 27 de novembro de 2014 a taxa fixa;
3. De 2.000.000 euros, em 15 de dezembro de 2014 a taxa fixa.

A 31 de dezembro de 2014 a empresa não regista situações de incumprimento em nenhum dos empréstimos contraídos.

28.1.2. Outros ativos financeiros

28.1.2.1. Não corrente

A rubrica Outros ativos financeiros não correntes, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, inclui os empréstimos concedidos, sob a forma de prestações acessórias, à participada STCP Serviços.

Outros ativos financeiros	2014	2013
Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias	1.400.000,00	1.400.000,00
Quantia bruta	1.400.000,00	1.400.000,00
Perdas por Imparidade acumuladas	-1.352.480,87	-1.353.069,27
Quantia escriturada	47.519,13	46.930,73
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (Perdas/reversões)	588,40	-17.598,85

Em final de 2013 foram restituídos 110.000 euros de prestações acessórias pela participada.

Esta rubrica encontra-se em imparidade atendendo à situação deficitária dos capitais próprios da subsidiária.

28.1.2.2. Corrente

Nada a referir.

28.1.3. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o justo valor destes instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

2014					
Financiamento coberto	Montante nominal	Maturidade	Justo valor	Corrente	Não corrente
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-jun-22	-129.075.563,28	-9.543.568,68	-119.531.994,60
Outros passivos financeiros			-129.075.563,28	-9.543.568,68	-119.531.994,60
2013					
Financiamento coberto	Montante nominal	Maturidade	Justo valor	Corrente	Não corrente
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-jun-22	-95.069.619,25	-2.861.528,83	-92.208.090,42
Outros passivos financeiros			-95.069.619,25	-2.861.528,83	-92.208.090,42

Em 31 de dezembro de 2014, a empresa detém em carteira, uma operação de cobertura do risco de taxa de juro que replica 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista emitido no mesmo ano. A maturidade desta operação atinge-se em 2022.

A operação referenciada foi objeto de uma ação judicial proposta pela Instituição de Crédito perante o Tribunal de Comércio Inglês, requerendo a apreciação da validade do contrato, tendo a empresa contestado e pugnado a improcedência da ação. Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, a STCP desvinculou-se do cumprimento de obrigações que dele decorra.

Na pendência do litígio, a STCP informou a Instituição que suspendeu o pagamento do cupão devido no dia 5 de dezembro

de 2013, bem como qualquer outro alegadamente devido ao abrigo do contrato da mesma operação.

No seguimento desta decisão, e no que se refere a 2014, manteve-se suspensa a liquidação dos cupões semestrais cujo vencimento ocorreu em 5 de junho e 5 de dezembro. Do exposto, em 31 de dezembro de 2014, encontra-se suspenso o montante de 8.951.182,97 euros relativo a 3 cupões vencidos.

A empresa não procedeu à constituição de nenhuma provisão por eventuais juros de mora face à incerteza na sua determinação. Apenas foi constituída provisão para os encargos judiciais com o processo.

Detalhe das variações de justo valor, em 2014 e 2013:

Financiamento coberto	Montante nocional	Maturidade	2014	2013
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-jun-22	-27.323.904,18	8.959.921,30
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-jun-22		3.631.717,98
			-27.323.904,18	12.591.639,28

A 31 de dezembro de 2014, o justo valor do instrumento financeiro derivado foi determinado pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P. enquanto que em 31 de dezembro de 2013 este valor foi determinado pela contraparte.

Embora estes instrumentos derivados tenham sido contratados no âmbito de uma política de cobertura do risco da variação da taxa de juro, não se encontram reunidas todas as condições necessárias para o enquadramento contabilístico das operações como contabilidade de cobertura.

Assim, as variações no justo valor, ocorridas nos exercícios de 2014 e 2013, foram reconhecidas diretamente em resultados, nas rubricas Ganhos por aumentos de justo valor em instrumentos financeiros/Perdas por redução de justo valor em instrumentos financeiros (nota 11), enquadradas na demonstração dos resultados por natureza na rubrica Juros e rendimentos similares recebidos/obtidos.

De referir ainda que as variações de justo valor de 2013 incluem o montante de 7.717 mil euros relativos ao gasto com a liquidação antecipada, por acordo das partes em 9 de maio de 2013, de uma das operação de cobertura de risco de taxa de juro que a empresa detinha.

28.2. Gestão dos riscos financeiros

A Sociedade está exposta a riscos financeiros, essencialmente ao risco de variações da taxa de juro de mercado.

28.2.1. Risco de taxa de câmbio

Pela sua natureza a empresa tem uma exposição reduzida ao risco cambial, uma vez que as operações financeiras estão denominadas em euros e é moderada a componente de compras em moeda diversa.

28.2.2 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez é de importância capital numa empresa que gera um cash-flow de tesouraria insuficiente para a sua atividade.

Em 2014, o modelo de financiamento passou a ser garantido por fundos provenientes do Acionista, assegurando a liquidez para funcionamento da empresa.

28.2.3 Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito tem por objetivo garantir a cobrança do crédito sobre terceiros concedido no âmbito da sua atividade principal e atividades acessórias, a cuja exposição a empresa está sujeita, pretendendo-se que o crédito seja liquidado em conformidade com as condições acordadas. Para mitigar este risco a empresa analisa e acompanha a carteira de crédito concedido, implementando procedimentos tendentes a diminuir as situações de incumprimento.

Detalhe da rubrica de Clientes e Outros devedores, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

	2014	2013
Sem registo de imparidade		
Clientes c/c	2.789.929,79	2.110.957,37
Não vencido	2.725.950,69	2.027.786,78
Vencido	63.979,10	83.170,59
<30	3.434,74	1.594,50
<60	9.720,25	2.492,95
<90	1.145,12	2.096,58
<120	192,84	3.429,70
<180	12,80	4.312,95
>=180	49.473,35	69.243,91
Com registo de imparidade		
Clientes c/c	14.348,51	10.315,12
Vencido	14.348,51	10.315,12
<120	12,80	
>=180	14.335,71	10.315,12

	2014	2013
Sem registo de imparidade		
Outros devedores	1.242.076,50	1.238.832,25
Não vencido	283.161,90	216.417,57
Vencido	915.814,69	982.307,57
<30	58.979,90	174.559,98
<60	107.995,28	110.560,18
<90	81.297,78	94.600,36
<120	33.695,44	174.807,23
<180	159.313,72	32.662,81
>=180	474.532,57	395.117,01
Depósitos e cauições pagas	43.099,91	40.107,11
Com registo de imparidade		
Outros devedores	917.647,92	916.782,70
Não vencido		384,37
Vencido	917.647,92	916.398,33
<90		307,50
<180		230,62
>=180	917.647,92	915.860,21

As análises do risco de incobrabilidade foram efetuadas, tendo sido reforçadas as imparidades para dívidas de clientes e outros devedores em 4.898,61 euros e 6.865,28 euros, no exercício de 2014 e 2013, respetivamente.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2014, as imparidades de clientes e outros devedores ascendem a 931.996,43 euros, refletindo a realidade do risco de incobrabilidade assumido. A imparidade acumulada mais relevante que transita de exercícios anteriores refere-se à dívida a seguir indicada:

- 910 milhares de euros relativos à indemnização, debitada ao Município do Porto, pelos custos diretos sofridos pela STCP com a remoção da via férrea de tração elétrica nos troços compreendidos entre a Praça Cidade S. Salvador e a Praça Gonçalves Zarco.

28.2.4. Risco de taxa de juro

Como já referido, os empréstimos contraídos vencem juros a taxas fixas e variáveis.

O instrumento financeiro derivado contratado teve por finalidade reduzir a exposição ao risco de taxa de juro.

Os financiamentos de médio e longo prazo contratados pela STCP estão essencialmente expostos à variação da Euribor 3 meses, no que diz respeito a operações de locação financeira, e, Euribor 6 meses no que respeita ao empréstimo obrigacionista em vigor.

Em 31 de dezembro de 2014, a STCP não tinha operações de financiamento de curto prazo contratadas.

Análise de sensibilidade

Efetuada uma análise de sensibilidade para um incremento de 1% nas taxas de juro do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros e das operações de leasing financeiro, estima-se que em 2015 as rendas e encargos apresentariam um aumento de 510 mil euros face ao serviço da dívida em 31 de dezembro de 2014.

As responsabilidades com os *cash flows* futuros relativos aos empréstimos não correntes, são os seguintes:

Anos	Juros	Reembolso	Cash-flow
2015	5.573.852,78		5.573.852,78
2016	5.036.961,52	50.208.374,78	55.245.336,30
2017	4.181.602,59	50.208.374,78	54.389.977,37
2018	3.340.076,96	50.208.374,78	53.548.451,74
2019	2.498.551,33	50.208.374,78	52.706.926,11
2020	1.661.636,80	50.208.374,79	51.870.011,59
2021	815.500,05	50.208.374,79	51.023.874,84
2022	92.466,11	100.000.000,00	100.092.466,11

28.2.5. Covenants

Na contratação das operações financeiras a empresa diligencia no sentido de aceitar menores restrições contratuais possíveis no que diz respeito nomeadamente à livre disponibilização do seu património e à titularidade do seu capital. A empresa tem como política negociar e aceitar apenas as cláusulas contratuais que correspondam ao standard de mercado, limitada sempre à sua capacidade de negociação.

A generalidade dos contratos de financiamento em vigor têm, no seu clausulado, um conjunto de “*covenants*” habitual, e que prevê as situações habitualmente designadas de *default*, *cross default*, *negative pledge* e *pari passu*, acordadas e aceites pelas contrapartes.

Há a assinalar também a existência de cláusulas de *ownership* do Estado Português.

Os “*covenants*” acordados não têm, na generalidade, correspondência em termos de indicadores, com exceção das cláusulas de *ownership* que obrigam à detenção do capital de empresa integralmente pelo Estado Português, ou noutros casos, à maioria de detenção, ou seja, mais de 50% do mesmo capital.

28.3. Gastos, rendimentos, perdas e ganhos

Os gastos e perdas, bem como os ganhos e rendimentos, relativos aos empréstimos obtidos e aos instrumentos financeiros derivados encontram-se detalhados na nota 11.

28.4. Instrumentos de capital próprio

28.4.1. Capital social

Em 2014 e 2013, a quantia escriturada do capital social emitido pela empresa corresponde apenas à rubrica Capital social, no montante de 79.649 milhares de euros, e encontra-se totalmente realizada. O capital social é representado por 15.929.800 ações em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros cada.

Nos dois exercícios não ocorreram quaisquer movimentos no capital social da empresa, de que o Estado Português é detentor de 100%.

28.4.2. Reservas

Rubrica de Reservas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Reservas	2014	2013
Reservas legais	74.907,42	74.907,42
Outras reservas	25.727,80	25.727,80
Outras reservas - Reservas livres	25.256,95	25.256,95
Outras reservas - Fundo de auxílio ao pessoal	470,85	470,85

28.4.3. Excedente de revalorização

Movimento do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis, em 2014 e 2013:

Ativos fixos tangíveis	
Saldo a 01.01.2013	40.808.346,13
Utilização da reserva de revalorização	-915.215,30
Reversão da Revalorização (*)	-25.330,00
Saldo a 31.12.2013	39.867.800,83
Saldo a 01.01.2014	39.867.800,83
Utilização da reserva de revalorização	-768.470,25
Reversão da Revalorização (*)	-398.167,08
Saldo a 31.12.2014	38.701.163,50

(*) Em 2014 e 2013, os montantes da reversão da reserva de revalorização dizem respeito a perdas de imparidade de propriedades de investimento que transitaram de ativos fixos tangíveis com reserva de revalorização constituída.

28.4.4. Ajustamentos em ativos financeiros

Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	2014	2013
Ajustamentos de transição	-32.560,03	-32.560,03
STCP Serviços	-5.000,00	-5.000,00
Transpublicidade	-27.560,03	-27.560,03
Lucros não atribuídos	154.796,62	154.796,62
Transpublicidade	154.796,62	154.796,62
Ajust. em ativos financeiros - relativos ao método de equiv. patrimonial	122.236,59	122.236,59

28.4.5. Outras variações nos capitais próprios

Outras variações nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	2014	2013
Subsídios relacionados com ativos	320.957,68	423.480,40
Bens amortizáveis - Valor atribuído	6.203.467,41	6.859.378,57
Bens amortizáveis - Transferido para resultados	-5.882.509,73	-6.435.898,17
Doações	281.048,63	281.048,63
Outras variações no capital próprio (*)	624.630,00	
	1.226.636,31	704.529,03

(*) O movimento de 2014 em outras variações nos capitais próprios deve-se ao reconhecimento no equipamento básico das instalações e equipamentos relativos ao posto de compressão e enchimento de gás natural, localizado em Francos, que foram entregues pela Galp Gás Natural à STCP a custo zero, em 30 de abril de 2014.

28.4.6. Resultado por ação

Resultado por ação nos anos de 2014 e de 2013:

	2014	2013
Resultados líquidos do período	-54.846.993,72	-15.223.813,01
N.º médio ponderado de ações	15.929.800	15.929.800
Resultado por ação básico	-3,44	-0,96

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

29. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A empresa possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores, conforme previsto nos acordos da empresa e legislação em vigor, calculado com base numa fórmula fixada e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros (valor em vigor desde 2007).

A lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, no seu artigo 75º, veio consagrar novas regras a aplicar ao pagamento de complementos de pensões por parte das empresas do sector público empresarial que tenham apresentado resultados líquidos negativos nos três últimos exercícios, apurados a 1 de janeiro do corrente ano. Estas novas regras impõem que unicamente poderão continuar a ser pagos os complementos de reforma que somados às pensões auferidas pelo beneficiário (da Segurança Social ou da Caixa Geral de Aposentações ou de outro sistema de proteção social) sejam iguais ou inferiores a 600 euros, e apenas será admissível o pagamento de complementos de pensão em relação a situações já constituídas a 31 de dezembro de 2013.

Por força do seu capital ser exclusivamente público, a STCP é considerada uma empresa pública do sector público empresarial, de acordo com o disposto nos artigos 2º, 5º e 9º do decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Cumulativamente tem vindo a apresentar resultados líquidos negativos nos últimos 3 anos. Assim, o regime previsto no art.º 75 da lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, aplica-se à STCP.

Em 31 de dezembro de 2014 foi publicada a lei n.º 82-B/2014 que no seu art.º 78º mantém a redação do regime previsto no art.º 75 da lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Pelos motivos expostos, à data de 31 de dezembro de 2014, o cálculo das responsabilidades assumidas pela empresa com o plano de benefícios definidos foi ajustado tendo por base as alterações impostas pela lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e lei n.º 82-B/2014.

Em dezembro de 1998 a empresa transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões BPI – Aberto Valorização, procedendo com a assinatura do contrato de adesão a uma dotação inicial de 3.042.667 euros, correspondente a 304.158,66 unidades de participação.

A 31 de dezembro de 2014 e de 2013, de acordo com o estudo atuarial levado a efeito pelo BPI PENSÕES, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez era o seguinte:

	2014	2013
Custo com serviços passados de reformados	1.887.064,00	1.983.302,00
Custo com serviços passados ativos		
Responsabilidade do fundo	1.887.064,00	1.983.302,00

A avaliação atuarial das responsabilidades, em 2014 e 2013, utilizou o método da unidade de crédito projetada e teve por base os seguintes pressupostos atuariais:

Principais pressupostos	2014	2013
Pressupostos financeiros		
Taxa de desconto	1,00%	2,50%
Taxa de rendimento	2,50%	5,10%
Taxa de inflação	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento dos salários	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de crescimento das pensões da Segurança Social (*)	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento das pensões da STCP	Igual à taxa de crescimento das pensões da Seg. Social com limite da diferença entre o valor do teto e a pensão da Seg. Social	Igual à taxa de crescimento das pensões da Seg. Social com limite da diferença entre o valor do teto e a pensão da Seg. Social
Taxa de crescimento do teto (**)	Sem crescimento, valor fixo de 600,00 Euros	Sem crescimento, valor fixo de 600,00 Euros
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	Tábua francesa TV 73/77	Tábua francesa TV 73/77
Tábua de invalidez	Não aplicável	Não aplicável

(*) Nos anos anteriores a 2001 era de 1%, no longo prazo.

(**) Nos anos anteriores a 2001 o teto era de 548,68 Euros. De 2001 até 2006 inclusive, passou a 598,56 Euros. Em 31-12-2013, pelo art.º 75º da lei 83-C/2013, passou a 600€, mantendo-se em vigor este valor pelo art.º 78 da lei 82-B/2014 de 31-12-2014.

Movimentos no Fundo de Pensões a 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	2014	2013
Valor dos ativos no fundo no início do exercício	1.586.115,00	2.002.655,00
Contribuições empresa	103.157,00	
Pensões pagas	-345.607,00	-478.415,00
Rendimento efetivo	79.367,00	61.875,00
Valor dos ativos no fundo no final do exercício	1.423.032,00	1.586.115,00

À data do encerramento das contas, de acordo com o atual nível de financiamento, prevê-se que em 2015 seja necessário contribuições para o fundo na ordem dos 150.000 euros.

Alterações verificadas nas responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez a 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	2014	2013
Responsabilidades no início do exercício	1.983.302,00	2.989.571,00
Custo com serviços correntes		
Custo dos juros sobre as responsabilidades	45.105,00	68.578,00
Pensões pagas	-345.607,00	-478.415,00
Perdas e (Ganhos) atuarias de experiência	54.119,00	152.251,00
Perdas e (Ganhos) alteração taxa de desconto	150.145,00	
Perdas e (Ganhos) de cortes/alterações no plano		-748.683,00
Responsabilidades no final do exercício	1.887.064,00	1.983.302,00

No decurso dos exercícios de 2014 e de 2013, as responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez, reconhecidas na rubrica Gastos com o pessoal foram as seguintes:

	2014	2013
Custos com serviços correntes		
Custo dos juros	45.105,00	68.578,00
Rentabilidade esperada	-35.176,00	-89.567,00
Perdas e (Ganhos) de alterações no plano de benefícios definidos		-748.683,00
Perdas e (Ganhos) atuarias:		
Perdas e (Ganhos) atuarias de experiência	54.119,00	152.251,00
Perdas e (Ganhos) de rendimento	-44.191,00	27.692,00
Perdas e (Ganhos) alteração taxa desconto	150.145,00	
	170.002,00	-589.729,00

Evolução dos ganhos e perdas decorrentes dos ajustamentos de experiência:

	2014	2013	2012	2011	2010
Passivos do plano					
Ganhos / (Perdas) de experiência	66.687,00	166.705,00	-124.143,00	-130.925,00	139.713,00
% Resp. por serviços passados	3,5%	8,4%	-4,2%	-6,2%	4,3%
Ativos do plano					
Ganhos / (Perdas) de rendimento	-44.191,00	27.692,00	53.817,00	-84.271,00	-63.731,00
% Ativos do plano	-3,1%	1,7%	2,7%	-2,9%	-2,7%

Taxas de rendimento efetivo do Fundo de Pensões nos últimos 5 anos:

	2014	2013	2012	2011	2010
Taxa de rendimento efetiva	5,90%	4,30%	9,06%	-0,71%	2,8%

Evolução do valor presente da obrigação de benefícios definidos, nos últimos 5 anos, no justo valor de ativos do plano e do excedente ou défice do plano:

Ano	Responsabilidades do fundo	Valor dos ativos no fundo	Défice/Superavit do fundo	Taxa de cobertura do fundo
2010	3.267.798,00	2.338.541,00	-929.257,00	72%
2011	2.932.811,00	2.110.582,00	-822.229,00	72%
2012	2.989.571,00	2.002.655,00	-986.916,00	67%
2013	1.983.302,00	1.586.115,00	-397.187,00	80%
2014	1.887.064,00	1.423.032,00	-464.032,00	75%

Composição do Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização a 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Composição	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Ações	455.370	32,0%	571.001	36,0%
Imobiliário	597.673	42,0%	682.029	43,0%
Obrigações Taxa Indexada	71.152	5,0%	95.167	6,0%
Obrigações Taxa Fixa	85.382	6,0%	31.722	2,0%
Retorno Absoluto	14.230	1,0%	31.722	2,0%
Liquidez	199.224	14,0%	174.473	11,0%
	1.423.032		1.586.115	

A 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o valor patrimonial da adesão da STCP ao Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização era respetivamente de 1.423.032 euros e de 1.586.115 euros, representando 1,0 % e 1,1% do valor total do Fundo de Pensões.

O Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização não tem, na sua composição, ativos da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto.

30. DIVULGAÇÃO EXIGIDA POR DIPLOMAS LEGAIS

Nada a relatar.

31. FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

Dívidas a fornecedores, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	2014	2013
Fornecedores c/c	4.735.124,75	3.875.164,02
Não vencido	2.574.556,41	2.727.077,54
Vencido	1.672.411,26	781.163,56
<30	287.796,71	192.348,83
<60	1.058.531,08	53.311,25
<90	100.914,70	18.308,33
<120	481,20	17.328,03
<180	9.590,93	58.292,66
>=180	215.096,64	441.574,46
Em recepção e conferência	488.157,08	366.922,92

	2014	2013
Fornecedores de investimento	265.230,66	28.801,74
Não vencido	161.061,43	12.207,36
Vencido	104.169,23	16.594,38
<30	101.123,20	16.594,38
<60	3.046,03	

	2014	2013
Outros credores	910.061,88	232.245,92
Não vencido	715.962,75	109.696,10
Vencido	191.710,55	121.961,24
<30	172.618,00	94.278,20
<60	186,65	354,47
<90	6,65	12.566,47
<120	2,82	66,47
<180	5,64	132,94
>=180	18.890,79	14.562,69
Depósitos e cauções recebidas	2.388,58	588,58

As dívidas de fornecedores e contas a pagar foram registadas ao seu valor nominal porque não vencem juros e, por outro lado, porque o efeito do seu desconto financeiro não é material, tendo em conta o prazo médio de pagamento aplicável, que é puramente comercial: 60 dias.

32. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Rubrica de Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento	662.491,84		579.899,58	
IRC - pagamento por conta	630.000,00		560.000,00	
IRC - A recuperar	32.491,84		19.899,58	
Retenção de impostos sobre rendimentos		279.073,20		286.176,27
Imposto sobre o valor acrescentado	642.646,95		844.546,97	
IVA - A recuperar/ reembolsos pedidos	642.646,95		844.546,97	
Contribuições para a Segurança Social		588.061,38		608.014,37
Outras tributações		52.316,00		12.268,80
Estado e outros entes públicos	1.305.138,79	919.450,58	1.424.446,55	906.459,44

33. OUTRAS CONTAS A PAGAR E A RECEBER

Detalhe das outras contas a pagar em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Outras contas a pagar	2014	2013
Fornecedores de investimento c/c	265.230,66	28.801,74
Credores por acréscimos de gastos	6.184.022,64	5.979.652,15
Pessoal	134.374,24	121.012,15
Clientes e outros devedores - saldos credores	1.884,28	2.417,07
Credores diversos	910.061,88	232.245,92
	7.495.573,70	6.364.129,03
Credores por acréscimos de gastos	2014	2013
Fornecimento e serviços externos	2.623.620,64	2.383.917,69
Subcontratos	48.639,27	72.737,99
Trabalhos especializados	1.966.131,60	1.371.291,61
Energia e outros fluidos	19.332,10	67.069,18
Serviços diversos	589.517,67	872.818,91
Custos com pessoal	3.383.570,21	3.481.740,31
Outros gastos e perdas	157.537,90	113.994,15
Encargos financeiros	19.293,89	
	6.184.022,64	5.979.652,15

Detalhe das outras contas a receber em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Outras contas a receber	2014	2013
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.857.619,58	4.275.035,89
Pessoal	264.669,51	380.431,01
Fornecedores e outros credores - saldos devedores	20.822,09	4.339,65
Devedores diversos	2.159.724,42	2.155.614,95
Quantia bruta	4.302.835,60	6.815.421,50
Perdas por Imparidade acumuladas	-917.647,92	-916.782,70
Quantia escriturada	3.385.187,68	5.898.638,80

Devedores por acréscimos de rendimentos	2014	2013
Prestações de serviços	374.118,16	1.535.653,70
Subsídios à exploração		2.138.281,29
Outros rendimentos e ganhos - Proveitos suplementares	213.542,18	97.793,98
Outros rendimentos e ganhos - Outros	1.025.725,65	503.292,04
Juros a receber	244.233,59	14,88
	1.857.619,58	4.275.035,89

34. DIFERIMENTOS

Rubrica de Diferimentos, no Ativo corrente e no Passivo corrente, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Diferimentos	2014	2013
Ativo - Gastos a reconhecer	336.416,10	305.898,23
Fornecimento e serviços externos	150.694,76	270.596,79
Outros gastos e perdas	185.721,34	35.301,44
Passivo - Rendimentos a reconhecer	1.964.232,63	2.312.987,27
Prestações de serviços	273.043,94	401.476,87
Subsídios à exploração	1.016.703,71	1.032.931,06
Outros rendimentos e ganhos	674.484,98	878.579,34

35. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Rubrica de Fornecimentos e serviços externos, nos exercícios de 2014 e de 2013:

	2014	2013
Subcontratos	805,66	1.018.689,22
Serviços especializados	7.022.378,56	6.231.223,28
Trabalhos especializados	399.719,29	320.374,97
Publicidade e propaganda	12.266,70	13.593,56
Vigilância e segurança	194.183,08	259.394,02
Honorários	55.660,00	76.405,03
Comissões	1.851.938,48	1.939.998,02
Conservação e reparação	4.125.347,24	3.218.566,73
Comunicação e informação Público	11.681,32	18.281,66
Fiscalização da receita	366.159,07	380.160,00
Outros	5.423,38	4.449,29
Materiais	39.760,01	44.820,11
Energia e fluidos	9.501.613,71	10.026.036,05
Eletricidade	478.309,41	520.133,65
Combustíveis	8.994.202,68	9.479.264,93
Outros	29.101,62	26.637,47
Deslocações, estadas e transportes	1.694,32	2.281,16
Serviços diversos	5.530.141,40	7.523.519,31
Rendas e alugueres	3.518.914,18	5.513.331,27
Comunicação	160.761,28	197.148,37
Seguros	489.412,68	493.847,54
Royalties	131.664,73	130.482,03
Contencioso e notariado	13.684,15	11.508,57
Despesas de representação	2.428,85	2.705,83
Limpeza, higiene e conforto	1.030.502,61	1.015.151,84
Outros serviços	182.772,92	159.343,86
Fornecimento e serviços externos	22.096.393,66	24.846.569,13

36. GASTOS COM PESSOAL

Gastos com pessoal a 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	160.552,15	166.973,70
Remunerações do pessoal	23.177.853,45	25.462.607,47
Benefícios pós emprego	220.578,42	-541.606,73
Indemnizações	1.332.924,30	211.222,77
Encargos com remunerações	5.232.712,61	5.770.092,81
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	283.038,43	262.061,72
Gastos com acção social	171.266,64	229.085,97
Outros gastos com o pessoal	68.240,98	77.695,46
Gastos com pessoal	30.647.166,98	31.638.133,17

Mantêm-se as medidas de contenção remuneratória aplicadas às empresas do setor empresarial do Estado, que se verifica desde o início de 2011, decorrentes da aplicação das leis n.º 55-A/2010, n.º 64-B/2011 e n.º 66-B/2012, que obrigam e regulamentam a redução remuneratória a todos os trabalhadores cuja remuneração mensal líquida seja superior a 1.500 euros, o congelamento das progressões na carreira em termos remuneratórios, e a redução do efetivo, e lei n.º 83-C/2013 que impôs uma redução remuneratória a todos os trabalhadores cuja remuneração mensal líquida fosse superior a 675 euros.

No entanto, a redução remuneratória prevista na lei n.º 83-C/2013 só vigorou até 30 de maio de 2014, tendo sido declarada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional, conforme acórdão n.º 413/2014 de 30 de maio de 2014.

A partir de 16 de setembro de 2014, pela lei n.º 75/2014, são retomadas as reduções remuneratórias a todos os trabalhadores cuja remuneração mensal líquida seja superior a 1.500 euros.

O exercício de 2013 tem um agravamento no montante de 1.651 milhares euros, relativos ao reconhecimento do gasto adicional com o subsídio de férias do ano de 2012, relativo ao impacto do reconhecimento em 2013 dos efeitos da aplicação do acórdão n.º 187/2013, de 5 de abril, do Tribunal Constitucional, que declarou, com força obrigatória geral, inconstitucional a norma do artigo 29º da lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, e determinou o pagamento pela Empresa, do subsídio de férias ou quaisquer prestações correspondentes ao 14º mês.

37. OUTROS GASTOS E PERDAS

Outros gastos e perdas operacionais, a 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	2014	2013
Outros gastos e perdas	946.241,63	890.203,45
Impostos	214.100,02	170.373,59
Impostos diretos	101.230,13	88.602,35
Impostos indiretos	32.657,39	29.765,96
Taxas	80.212,50	52.005,28
Perdas em inventários	38.705,73	5.629,59
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	150.356,58	110.087,38
Outros gastos e perdas	543.079,30	604.112,89
Donativos	74.560,00	74.734,00
Quotizações	21.559,63	9.869,00
Insuficiência estimativa para impostos	66,91	
Indemnizações por sinistros	435.357,43	454.393,97
Outros gastos e perdas operacionais	11.535,33	65.115,92
Ganhos e perdas de financiamento operacionais	18.479,81	15.795,85
Juros suportados - outros juros	14,55	538,53
Diferenças de câmbio desfavoráveis	243,20	
Outros gastos e perdas de financiamento - outros	18.222,06	15.257,32
Outros gastos e perdas operacionais	964.721,44	905.999,30

38. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Detalhe de outros rendimentos operacionais a 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	2014	2013
Rendimentos suplementares	1.383.710,13	1.941.082,46
Descontos de pronto pagamento obtidos	207,32	573,07
Ganhos em inventários	60.151,93	52.605,34
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	383.371,40	520.027,14
Outros rendimentos e ganhos	788.310,46	704.819,18
Excesso da estimativa para impostos		582,47
Imputação de subsídios para investimentos	102.522,72	108.120,29
Sinistros	288.045,71	233.898,19
Outros subsídios	99.869,48	12.850,46
Outros não especificados - benefícios e penalidades contratuais	232.219,64	242.144,38
Outros não especificados - outros	65.652,91	107.223,39
Outros rendimentos e ganhos	2.615.751,24	3.219.107,19

39. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

Responsabilidades assumidas com garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Beneficiário da Garantia	Descrição	2014	2013
Tribunais de Trabalho	Pensões de Acidentes de trabalho	447.473,97	447.430,41
		447.473,97	447.430,41

40. NÚMERO DE TRABALHADORES

Durante os exercícios de 2014 e de 2013 o efetivo médio ao serviço da empresa foi respetivamente de 1.206 e 1.245 trabalhadores.

Em 31 de dezembro de 2014 o efetivo era de 1.173 trabalhadores e de 1.231 em 31 de dezembro de 2013.

41. CAPITAL PRÓPRIO NEGATIVO

No exercício de 2014 a empresa incorreu num prejuízo de 54.846.993,72 euros verificando-se que, nessa data, o passivo total excede o ativo total em 477.719.631,63 euros.

Apesar de a empresa apresentar continuamente resultados negativos, é entendimento da STCP que, por desenvolver um serviço de interesse geral, com uma quota relevante de serviço social, desempenha um papel vital na mobilidade da Área Metropolitana do Porto, garantindo dessa forma o empenhamento do Acionista para a manutenção da atividade da empresa.

Porto, 24 de abril de 2015

O técnico oficial de contas n.º 6622

O Conselho de Administração

Presidente não executivo

Vogais executivos

Vogal não executivo



ZR ALFANDEGA

CAETANO

59-MQ-61

EDIFICIO ALFANDEGA STICK



CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53
Registada na CMVM com o nº.1975
Contribuinte nº.502 138 394*

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da “**SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A.**” (Empresa), as quais compreendem: o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 92 566 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 477 720 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 54 847 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

- a) a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
- b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados; e
- f) a informação financeira prospetiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º53
Registada na CMVM com o n.º.1975
Contribuinte n.º.502 138 394*

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da "SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A." em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

ÊNFASES

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo n.º 7 acima, chamamos a atenção para as situações seguintes:

9.1 -A Empresa mantém a situação de incumprimento do estipulado no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. O aviso convocatório da próxima Assembleia Geral Anual, preparado pelo Conselho de Administração, propõe, no ponto 4, da Ordem de Trabalhos deliberação sobre este assunto.

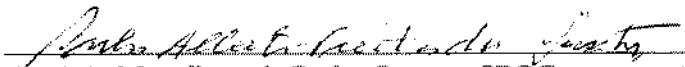


ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º53
Registada na CMVM com o n.º.1975
Contribuinte n.º.502 138 394*

9.2 - A Empresa mantém sucessivos resultados negativos de exercício, os quais contribuem para o crescente avolumar da situação de capitais próprios negativos. Não obstante essa circunstância, em nosso entendimento, a continuidade das operações não está em causa, atendendo ao facto de ter sido celebrado um contrato de serviço público entre o Estado Português e a STCP, SA, para prestação do serviço de transporte público de passageiros por modo autocarro, na Área Metropolitana do Porto. Na sequência desse contrato foi publicado na 2.ª série do Diário da República de 8 de agosto o anúncio de procedimento n.º 4505/2014, do Concurso Público para as Subconcessões dos Sistemas de Transporte da Metro do Porto, S.A. e da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.. As propostas foram entregues a 30 de dezembro, estimando-se o início do contrato de subconcessão, para o modo autocarro, durante o ano de 2015, conforme descrito no ponto 6 do Relatório de Gestão.

Porto, 14 de maio de 2015


António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada
por Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º 177



09

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL





RELATÓRIO ANUAL DO

CONSELHO FISCAL

SOBRE

O RELATÓRIO E CONTAS DE 2014

DA

STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.




1. Introdução

No cumprimento do estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de julho, que rege a STCP, S.A. e aprovou os respetivos Estatutos, e em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório anual, sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2014, o qual contempla, igualmente, nos termos do ofício circular da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças n.º 1211, de 27 de fevereiro de 2015:

- i) a aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE, designadamente o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, bem como, da exigência constante no n.º 1, do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece que as empresas públicas devem apresentar anualmente o relatório de boas práticas de governo societário.

O Revisor Oficial de Contas Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos, representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, em 14 de maio de 2015, que se anexa.

O Conselho Fiscal durante o exercício em análise efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas atribuições. Para o efeito obteve toda a cooperação por parte dos membros do Conselho de Administração da Sociedade e dos respetivos colaboradores, a qual foi indispensável à elaboração do presente Relatório.

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos (detida 100% pelo Estado Português), criada pelo Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de julho, cujo objeto principal é a exploração do transporte público rodoviário coletivo de passageiros na Área Metropolitana do Porto (AMP) e acessoriamente a exploração de atividades complementares ou subsidiárias daquele objeto.

2. Análise Económico-Financeira ao relatório de gestão e contas de 2014

Do relatório de Gestão e Contas de 2014, parece-nos de salientar o seguinte:

- Em termos da atividade constatou-se que o volume de negócios da STCP, em 2014, correspondeu a cerca de 48,1 milhões de euros, com um decréscimo de 3^o, face ao ano transato, devido à redução da procura e ao conseqüente impacto na receita de títulos de transporte;
- Em 2014, a STCP disponibilizou aos clientes uma Rede de transportes com 72 linhas de serviço público, 69 linhas em modo autocarro e 3 linhas em modo carro elétrico, e prestou serviço 24h por dia, nos 365 dias do ano;
- Em 2014 a procura foi de 74,4 milhões de passageiros, menos 4,2 milhões de passageiros (-5,4^o) face ao ano anterior.

Como principais justificações para a diminuição de procura apontam-se:

- os problemas verificados na oferta, com o incumprimento de horários por défice de motoristas;
 - o aumento de linhas de outros operadores com tarifário intermodal nos principais eixos em que a STCP opera;
 - o elevado nível de desemprego na região.
- Apesar da procura em 2014 ter apresentado uma diminuição de 5,4^o, a receita registou um ligeiro aumento de 0,5^o, explicado pelo impacto do ajustamento da compensação do tarifário social intermodal andante no início de 2014, e sobretudo pela consideração de 1 milhão de euros de compensação tarifária andante dos anos de 2012 a 2013;
 - A oferta da STCP atingiu em 2014 os 21,8 milhões veículos km, apresentando uma redução de 831 mil veículos km, -3,7^o face a 2013. A oferta em modo de carro elétrico foi de 111 mil veículos km e representou 0,5^o da oferta total;
 - A taxa de ocupação global, em 2014, foi de 13,7^o, apresentando uma diminuição de 0,2 p.p. face a 2013, em resultado da diminuição de 5,4^o do número de passageiros e de 3,4^o dos lugares Km;




- No final de 2014 a frota da STCP era constituída por 474 autocarros, com uma idade média de 12 anos e de 6 carros elétricos históricos que efetuam serviço público;
- Em 31 de dezembro de 2014 a STCP contava com 1.173 trabalhadores, tendo reduzido 58 efetivos (-4,7%), relativamente a igual período de 2013. O pessoal tripulante, motoristas de serviço público e guarda-freios representava no final do ano, 70,4% dos trabalhadores;
- O Resultado líquido do exercício obtido em 2014 foi negativo em 54,8 milhões de euros, o que significa uma degradação de 39,6 milhões de euros face a 2013, em resultado do agravamento verificado nos resultados financeiros (-38,2 M€) e dos resultados operacionais (-1,4 M€);
- Os resultados financeiros em 2014 foram negativos em cerca de 47 milhões de euros, registando um agravamento de 38,2 milhões de euros (-436%) face a 2013, devido à variação da perda de justo valor do SWAP, em 40 milhões de euros, e aos respetivos juros;

Em 31 de dezembro de 2013, a STCP detinha, em carteira a operação de cobertura de taxa de juro com o Banco Santander Totta, S.A. cujo justo valor de acordo com informação da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. era de -120.124.380,31 euros. Esta operação foi objeto de uma ação judicial interposta pela instituição de crédito através do Tribunal de Comércio de Londres, em 10 de maio de 2013, com o objetivo de pedir o reconhecimento da legalidade do contrato de derivado celebrado com a STCP, S.A.. Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, o Conselho de administração, com autorização da Tutela, deliberou a desvinculação do cumprimento das obrigações que do contrato decorrem;

- Os resultados operacionais foram negativos em cerca de 7,9 milhões de euros, representando um agravamento de 1,4 milhões de euros face a 2013 (-22%). De salientar que a diminuição dos gastos operacionais em cerca de 7 milhões de euros (-10%), não foi suficiente para compensar a redução de 8,4 milhões de euros, verificada nos rendimentos operacionais;

Handwritten initials/signature in blue ink.

- Os rendimentos operacionais foram de 53 milhões de euros em 2014, registando uma diminuição no montante de 8,4 milhões de euros (-14%), em resultado essencialmente da redução dos subsídios à exploração em cerca de 7 milhões de euros (-59%);
- Os Gastos Operacionais foram de 60,9 milhões de euros menos 7,0 milhões de euros que em 2013 (-10%). Destaca-se a diminuição dos fornecimentos e serviços externos e custo dos materiais vendidos e matérias consumidas, com -3 milhões de euros (-12%), a qual se explica pela redução de 1 milhão de euros na rubrica subcontratos, de 1 milhão de euros em rendas e alugueres e de 0,5 milhões de euros em combustíveis

Os Gastos com o Pessoal sem indemnizações diminuíram 2,1 milhões de euros (-6,7%) face a 2013, uma vez que o ano de 2013 contém o agravamento de 1,65 milhões relativos ao reconhecimento do gasto adicional de subsídios de férias do ano anterior. A redução dos gastos com pessoal reflete também o impacto da diminuição do número de trabalhadores.

Foram consideradas as medidas de contenção e redução remuneratória aplicadas às empresas do SEE, decorrentes da LOE 2014.

A partir de 30 de maio foi aplicada a decisão do acórdão n.º 413/2014, do Tribunal Constitucional, respeitante às reduções remuneratórias. A partir de 16 de setembro de 2014, foram retomadas as reduções remuneratórias definidas na Lei n.º 75/2014.

O montante das indemnizações por cessação foi de 1,3 milhões de euros, em sequência do aumento do número de cessações de contrato de trabalho por mútuo acordo.

- O EBITDA cifrou-se em cerca de 1,4 milhões de euros, apresentando uma variação negativa de 4,4 milhões de euros (-76%), face a 2013;
- À semelhança de anos anteriores, em 2014 deu-se um aumento de endividamento, o qual se fixou nos 415,2 milhões de euros, registando um aumento de 4,9% face a 31 de dezembro de 2013. Foi assim excedido em 0,9% o limite de endividamento de 4% fixado na Lei do OE 2014.
- No âmbito da política de financiamento a partir de dezembro de 2013 e por aplicação do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, sendo a STCP uma empresa pública não financeira do setor empresarial do Estado, que anualmente apresenta capital próprio




negativo, só pode aceder a financiamento junto de instituições de crédito com prévia autorização da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Em outubro de 2014, o Estado, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, concedeu à STCP um empréstimo, de cerca de 301 milhões de euros, destinado a satisfazer as necessidades da empresa entre outubro e dezembro desse ano.

Assim, em 2014 o modelo de financiamento passou a ser assegurado pelo acionista, reduzindo os encargos financeiros associados e assegurando a liquidez necessária para o funcionamento da empresa;

Os encargos financeiros em 2014 atingiram o montante de 19,7 milhões de euros, o que corresponde a uma diminuição de -7,9% (-1,7 milhões de euros), face a 2013.

Os encargos com swaps contabilizados na rubrica juros de outros instrumentos financeiros, apresentaram o montante de 6,7 milhões de euros, em 2014, aumentando cerca de 50%;

- O ativo atingiu o montante de 92,6 milhões de euros, registando um aumento de 1,7 milhões de euros (+1,8%) face a 2013. O ativo corrente aumentou 5,8 milhões de euros, devido à variação das disponibilidades na conta aberta no IGCP e o ativo não corrente diminuiu 4,2 milhões de euros;
- O passivo no montante de 570,3 milhões de euros registou um aumento de 56,3 milhões de euros (+11%) em relação a 31 de dezembro de 2013, explicado essencialmente pelo aumento de 34 milhões de euros respeitantes ao instrumento de gestão de risco financeiro;
- O capital próprio da STCP atingiu em 2014 os 477,7 milhões de euros negativos. O agravamento de 54,7 milhões de euros resulta dos resultados transitados negativos apresentado pela empresa;
- O investimento em 2014 foi de 376 mil euros, do qual se destaca a musealização do edifício da Central Termo Elétrica de Massarelos (150 m€). O restante resultou da substituição de equipamento informático e oficial;
- Por fim, reiteramos as ênfases assinaladas na certificação legal de contas, emitidas pelo ROC da sociedade, quanto à situação de incumprimento do estipulado no artigo 35.º do

Código das Sociedades Comerciais, bem como, quanto à manutenção de sucessivos resultados negativos do exercício, com o conseqüente avolumar da situação de capitais próprios negativos.

3. Aferição das orientações legais vigentes para o SEE, designadamente, as relativas às remunerações vigentes em 2014

- No âmbito do disposto no artigo 420.º do CSC, declaramos que, tanto quanto é do conhecimento deste Conselho Fiscal, a STCP deu cumprimento às orientações legais vigentes para o SEE, designadamente o cumprimento das reduções remuneratórias e não atribuição de prémios previstas na Lei n.º 83 C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, quer ao nível dos órgãos de gestão e fiscalização, quer ao dos trabalhadores.

Em relação ao cumprimento das demais orientações legais vigentes para o SEE, salientam-se as seguintes situações:

- A Lei n.º 83-C/013, de 31 de dezembro estabeleceu no n.º 5 do artigo 61.º, que o acréscimo do endividamento, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado, ficava limitado a 4º o. A STCP terminou o ano de 2014 com uma dívida remunerada total de 415 milhões de euros, registando um aumento de 4,9º o face a 31 de dezembro de 2013. Foi excedido em 0,9 p.p. o limite de endividamento de 4º o estipulado para o ano de 2014;
- Em 2014, o PMP foi de 68 dias, quando igual período de 2013 era de 54 dias, registando-se assim um aumento de 14 dias, face ao ano anterior.

O montante das dívidas em atrasos vencidas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, ascendem a 225 mil euros, sendo que cerca de 79 mil euros (34º o) respeitam a transações entre a TIP empresa participada da STCP que é simultaneamente devedora e credora da empresa.

O montante deste indicador ficou, assim, aquém do objetivo de 60 dias, devido ao aumento da dívida a fornecedores e credores diversos e à redução das aquisições de bens e serviços;

- Foi dado cumprimento ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, consubstanciado no facto de



que os membros do Conselho de Administração não têm cartões de crédito, nem foram efetuados reembolsos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

- Em matéria de contratação, pela STCP, de prestações de serviços de valor igual ou superior a 125.000 euros, foi dado cumprimento às instruções da Direção Geral do Tesouro e Finanças (Ofício Circular n.º 6132 de 6 de agosto de 2010). De acordo com os procedimentos em vigor na empresa, as aquisições de bens e serviços são efetuadas mediante consulta a, no mínimo, três fornecedores.

A STCP tem em vigor desde 2010 o Regulamento para Fornecedores, onde especifica os critérios mínimos de exigência, legais e de boas práticas, que devem ser observados pelos prestadores de serviços e de fornecimentos de bens à empresa, ao nível das condições de segurança e higiene do trabalho. Durante o ano de 2014 foram celebrados três contratos com valor superior a 5 milhões de euros, dois deles sujeitos a visto do Tribunal de Contas;

- A STCP aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, em março de 2011, através da celebração de contrato com a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP). Em 2014 não se procedeu a qualquer adjudicação ao abrigo do Sistema Nacional de Compras Públicas;
- Parque de Veículos do Estado – Durante o ano de 2014 a STCP não procedeu à aquisição de veículos novos. Verificou-se a alienação de 3 viaturas, o que se traduziu na redução de 5% da frota não afeta ao serviço público, sendo de 52 o total de viaturas em 31 de dezembro, incluindo viaturas ligeiras, comerciais e pesadas. A nível de gastos verifica-se uma redução face comparativamente com os gastos a 31 de dezembro de 2013;
- No âmbito do cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais, conforme ofício-circular n.º 7038, de 21 de novembro de 2013, relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previstos de Gestão para 2014, destaca-se:
 - Em 2014 o somatório das rubricas custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC), fornecimentos e serviços externos (FSE) e gastos com pessoal deduzidos das indemnizações por cessação de contrato de trabalho (ICCT)

atingiram o montante de 52,5 milhões de euros, reduzindo 28º, 21 milhões de euros, face a 2010;

- O total de gastos com comunicações, despesas com deslocações e ajudas de custo foram inferiores a 2013, em 19º;
 - Os gastos com a frota automóvel reduziram 21º, cerca de 46 mil euros, e o número de viaturas reduziu 5º, face ao ano anterior;
 - O efetivo a 31 de dezembro de 2014 era de 1.173 trabalhadores, tendo reduzido 7º, menos 89 trabalhadores, face a 31 de dezembro de 2012;
 - O peso dos Gastos no Volume de Negócios foi reduzido em 6º, face a 2013.
- Nos termos do n.º 10 da RCM n.º 47/2010, a STCP apresenta informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional em 2014, na qual evidência que gastou 4.314 euros;
 - Nos termos do artigo n.º 123 da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, toda a movimentação de fundos deve ser efetuada por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP, E.P.E., salvo disposição legal em contrário, ou nas situações como tal reconhecidas por Despacho do membro do governo responsável pela área das finanças, em casos excecionais e devidamente fundamentados, após parecer prévio do IGCP, E.P.E.

Em 2014 a STCP dirigiu à Secretaria de Estado do Tesouro um pedido de regime de exceção ao princípio da unidade de tesouraria, tendo por base as relações com a banca comercial no que concerne a operações de médio/longo prazo, a operações de leasing financeiro ou de aluguer operacional, a operação de cobertura de risco de taxa de juro, a emissão de garantias bancárias, as transações por meio de cheque, ao uso de equipamentos ATM, entre outras. Pelo Despacho n.º 2585/14, da Secretaria de Estado do Tesouro, de 19 de dezembro, foi autorizado o regime de exceção ao cumprimento do princípio de unidade de tesouraria, no que respeita a financiamentos e garantias bancárias, para o ano de 2014.

4. Aferição do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, quanto ao relatório de boas práticas de governo societário

Em conformidade com as disposições legais, a STCP apresentou ao Conselho Fiscal o Relatório de Governo Societário 2014, datado de 24 de abril de 2015. Analisado o referido

relatório, o Conselho Fiscal é de opinião que o mesmo contém todas as matérias reguladas pelos Princípios do Governo Societário de acordo com as instruções emitidas pela Unidade Técnica, em aditamento ao Ofício circular nº 1211, de 27 de fevereiro de 2015, da DGTF.

5. Outros assuntos

A STCP tem desde 2012 órgãos não executivos, pelo que, a avaliação do desempenho individual dos membros do Conselho de Administração Executivos é efetuada pelos membros do Conselho de Administração Não Executiva nos termos do artigo 7.º do Estatuto do Gestor Público.

6. Proposta

Assim, face ao exposto e considerando os elementos disponibilizados, o Conselho Fiscal no âmbito das suas competências, conclui que o Relatório e Contas de 2014 cumpre as exigências legais aplicáveis, revelando a situação da Sociedade, pelo que, somos de parecer que seja:

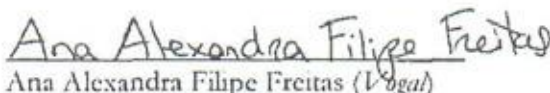
- Aprovado o Relatório e Contas de 2014 apresentado pelo Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. atentas as ênfases expressas na Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria; e,
- Apreciada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Porto, 19 de maio de 2015

O Conselho Fiscal,



Pedro Romano Martínez (Presidente)



Ana Alexandra Filipe Freitas (Vogal)



Paulo Jorge Rodrigues Mateus (Vogal)





OUTRAS INFORMAÇÕES



10.1 PAINEL DE INDICADORES DE ATIVIDADE

REDE

	unid.	2011	2012	2013	2014	14/13
Linhas em exploração	nº	81	73	72	72	0,0%
Autocarro	nº	78	70	69	69	0,0%
Carro elétrico	nº	3	3	3	3	0,0%
Concelhos servidos	nº	6	6	6	6	0,0%
Freguesias servidas [1]	nº	51	51	33	33	0,0%
Paragens	nº	2.651	2.458	2.461	2.454	-0,3%
Extensão rede	km	522,0	484,7	480,2	480,2	0,0%
Rodoviária	km	519,5	482,1	477,7	477,7	0,0%
Carro elétrico	km	8,9	8,9	8,9	8,9	0,0%
Corredores BUS	km	23,9	24,0	23,3	24,2	3,8%

[1] 2013: entrada em vigor da Lei 11-A/2013 , de 28 janeiro, da reorganização administrativa do território das freguesias.

PROCURA (INCLUI PRODUÇÃO CONTRATADA)

Por modo	unid.	2011	2012	2013	2014	14/13
Autocarro	10 ³	107.960	93.399	80.035	74.043	-7,5%
Produção própria	10 ³	94.978	84.700	78.288	74.043	-5,4%
Produção contratada	10 ³	12.982	8.699	1.746	0	-100%
Carro elétrico	10 ³	429	362	387	414	7,1%
Passageiros	10³	108.389	93.761	80.421	74.457	-7,4%
Por tarifário	unid.	2011	2012	2013	2014	14/13
Tarifário monomodal	10 ³	63.952	47.143	14.493	11.837	-18%
Tarifário intermodal	10 ³	44.437	46.618	65.928	62.620	-5,0%
Passageiros	10³	108.389	93.761	80.421	74.457	-7,4%
Passageiros.km	10³	384.609	348.413	294.081	271.298	-7,7%
Estrutura de títulos	unid.	2011	2012	2013	2014	14-13
passageiros monomodais	%	59,0%	50,3%	18,0%	15,9%	-2,1 pp
assinaturas	%	48,0%	39,7%	13,7%	11,8%	-1,9 pp
títulos ocasionais	%	7,0%	7,0%	0,6%	0,3%	-0,3 pp
bilhetes avulso + diários	%	4,0%	3,6%	3,7%	3,8%	0,1 pp

passageiros intermodais	%	41,0%	49,7%	82,0%	84,1%	2,1 pp
assinaturas	%	33,2%	40,1%	65,5%	67,3%	1,7 pp
títulos ocasionais	%	7,3%	9,2%	16,1%	16,4%	0,4 pp
bilhetes avulso + diários	%	0,6%	0,4%	0,4%	0,4%	0,0 pp

RECEITA (LÍQUIDA DE IVA. INCLUI COMPENSAÇÃO TARIFÁRIA ANDANTE E PRODUÇÃO CONTRATADA)

Por modo	unid.	2011	2012	2013	2014	14/13
Autocarro	10 ³ €	50.262	49.443	45.632	44.715	-2,0%
Produção própria	10 ³ €	43.806	44.561	44.597	44.715	0,3%
Produção contratada	10 ³ €	6.455	4.882	1.036	0	-100%
Carro elétrico	10 ³ €	356	449	570	690	21%
Receita	10³ €	50.617	49.892	46.202	45.405	-1,7%

Por tarifário	unid.	2011	2012	2013	2014	14/13
Tarifário monomodal	10 ³ €	29.689	26.240	10.154	9.280	-8,6%
Tarifário intermodal	10 ³ €	20.928	23.652	36.048	36.126	0,2%
Receita	10³ €	50.617	49.892	46.202	45.405	-1,7%

REDE DE VENDAS

Canais de venda	unid	2011	2012	2013	2014	14/13
Agentes <i>Payshop</i>	nº	500	514	527	597	13%
Estações CTT	nº	67	0	0	0	
Postos STCP	nº	2	2	2	1	-50%
Lojas e pontos de venda Andante	nº	17	17	17	18	5,9%
Bilheteiras da CP	nº	5	5	5	5	0,0%
MVA's Metro Porto e CP	nº	232	232	232	278	20%
Total	nº	823	770	783	899	15%

RECLAMAÇÕES DE CLIENTES

Por canal de entrada	unid	2011	2012	2013	2014	14/13
Provedoria	nº	445	0	0	0	
Linha azul	nº	521	901	2.103	2.403	14%
Livro de reclamações	nº	102	118	131	95	-27%
Outros canais	nº	178	211	195	202	3,6%
Total reclamações	nº	1.246	1.230	2.429	2.700	11%

Tipo reclamações	unid	2011	2012	2013	2014	14/13
Rede e percursos	nº	83	30	35	19	-46%
Horários	nº	435	571	1.675	2.155	29%
Sistema bilhética	nº	118	156	132	52	-61%
Comportamento pessoal	nº	370	323	414	367	-11%
Informação ao público	nº	63	30	33	18	-45%
Paragens e abrigos	nº	39	18	19	19	0,0%
Outros	nº	107	74	81	33	-59%
Viaturas	nº	31	28	40	37	-7,5%
Total reclamações	nº	1.246	1.230	2.429	2.700	11%

OFERTA (INCLUI PRODUÇÃO CONTRATADA)

	unid	2011	2012	2013	2014	14/13
Autocarro	10 ³	28.553	25.616	23.341	21.713	-7,0%
Carro elétrico	10 ³	110	115	116	111	-4,0%
Veículos km	10³	28.663	25.731	23.457	21.824	-7,0%
	unid	2011	2012	2013	2014	14/13
Autocarro	10 ³	2.534.268	2.300.922	2.114.507	1.979.573	-6,4%
Carro elétrico	10 ³	4.602	4.846	4.863	4.669	-4,0%
Lugares km	10³	2.538.869	2.305.768	2.119.370	1.984.242	-6,4%
	unid	2011	2012	2013	2014	14/13
Taxa de ocupação						
Autocarro	%	15,1%	15,1%	13,9%	13,7%	-0,2 pp
Carro elétrico	%	19,2%	12,0%	12,4%	14,3%	1,8 pp
	unid	2011	2012	2013	2014	14/13
Velocidade média						
Autocarro	km/h	15,9	15,8	15,8	15,7	-0,5%
Carro elétrico	km/h	7,1	7,4	7,3	7,1	-3,4%
	unid	2011	2012	2013	2014	14/13
Produção própria autocarro						
Nº médio veículos	nº	390	368	380	371	-2,3%
Veículos km	10 ³	24.507	22.711	22.539	21.713	-3,7%
Lugares km	10 ³	2.225.859	2.075.308	2.049.536	1.979.573	-3,4%
Veículos hora	10 ³	1.555	1.452	1.430	1.381	-3,4%
Taxa de ocupação	%	14,8%	14,8%	13,9%	13,7%	-0,2 pp
Velocidade média	km/h	15,8	15,6	15,8	15,7	-0,2%
Taxa de acidentes por embate	por 10 ⁶ veículos km	40	37	36	38	4,4%

Produção contratada	unid	2011	2012	2013	2014	14/13
Veículos km	10 ³	4.046	2.905	802	0	
Lugares km	10 ³	308.409	225.614	64.971	0	
Veículos hora	10 ³	239	172	47	0	
Taxa de ocupação	%	17,4%	18,1%	14,2%	n.a.	
Velocidade média	km/h	16,9	16,9	16,9	n.a.	
Carro elétrico	unid	2011	2012	2013	2014	14/13
Nº médio veículos [1]	nº	4	4	4	4	0,0%
Veículos km	10 ³	110	115	116	111	-4,0%
Lugares km	10 ³	4.602	4.846	4.863	4.669	-4,0%
Veículos hora	10 ³	15	16	16	16	-0,6%
Taxa de ocupação	%	19,2%	12,0%	12,4%	14,3%	1,8 pp
Velocidade média	km/h	7,1	7,4	7,3	7,1	-3,4%

[1] valores 2012 e 2013 retificados.

RECURSOS HUMANOS

Efetivo por género	unid	2011	2012	2013	2014	14/13
Homens	nº	1.226	1.173	1.144	1.092	-4,5%
Mulheres	nº	92	89	87	81	-6,9%
Efetivo 31.dez	nº	1.318	1.262	1.231	1.173	-4,7%
Estrutura etária	unid	2011	2012	2013	2014	14/13
18-29 anos	nº	15	12	10	9	-10%
30-49 anos	nº	694	691	668	629	-5,8%
> 49 anos	nº	609	559	553	535	-3,3%
Efetivo 31.dez	nº	1.318	1.262	1.231	1.173	-4,7%
Formação	unid	2011	2012	2013	2014	14/13
Horas	nº	13.472	16.743	12.022	5.920	-51%
Pessoal tripulante	nº	8.625	14.368	8.548	3.600	-58%
Formação contínua	nº	8.625	10.140	8.548	3.600	-58%
Trabalhadores	nº	526	464	402	318	-21%
Pessoal tripulante	nº	263	305	237	164	-31%
Formação contínua	nº	263	283	237	164	-31%

FROTA

	unid	2011	2012	2013	2014	14/13
Autocarro	nº	468	475	474	474	0,0%
Carro elétrico	nº	5	6	6	6	0,0%
Frota	nº	473	481	480	480	0,0%

Idade média	unid	2011	2012	2013	2014	14-13
Autocarro	anos	9,2	10,0	11,0	12,0	1,0
Gasóleo	anos	10,1	10,7	11,7	12,7	1,0
Gás natural	anos	8,5	9,5	10,5	11,5	1,0
Carro elétrico	anos	73,6	74,6	75,6	76,6	1,0
Frota autocarro	unid	2011	2012	2013	2014	14/13
Taxa de imobilização [1]	%	7,2%	8,3%	10,2%	9,1%	-1,1 pp
Taxa de avarias	por 10 ³ veíc. km totais	1,15	1,13	1,17	1,22	4,4%

[1] valores retificados
2011 a 2013, inclusive.

DADOS FINANCEIROS

	unid	2011	2012	2013	2014	14-13
Gastos pessoal [1] / gastos operacionais	%	43%	39%	46%	48%	2 pp
Receita / gastos com pessoal [1]	%	149%	171%	147%	155%	8 pp
Taxa de cobertura operacional [2]	%	92%	86%	91%	87%	-3 pp

[1] sem indemnizações por cessação de contrato de trabalho

[2] rendimentos operacionais / gastos operacionais

	unid	2011	2012	2013	2014	14/13
Dotações de capital	10 ³ €	0	0	0	0	
Indemnizações compensatórias	10 ³ €	17.871	10.211	10.211	4.717	-54%
Compensação tarifário social an- dante	10 ³ €	2.162	1.244	3.073	4.852	58%
Subsídio PAII [1]	10 ³ €	998	517	1.621	145	-91%
Esforço financeiro do estado	10³ €	21.031	11.972	14.905	9.714	-35%

[1] Programa de apoio integrado a idosos

10.2 ÍNDICE GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI)

O desempenho de sustentabilidade da STCP e a seleção e definição dos principais indicadores tiveram como linhas orientadoras as diretrizes do GRI (*Global Reporting Initiative*).

		Páginas
1.	Estratégia e Análise	
1.1	Declaração do Presidente do Conselho de Administração	7
1.2	Impactos sobre a sustentabilidade, riscos e oportunidades resultantes da tendência de sustentabilidade	17-40
2.	Perfil Organizacional	
2.1	Nome da organização	179-180
2.2	Principais produtos e/ou serviços	44
2.3	Estrutura operacional da organização	45-55
2.4	Localização da sede social da organização	179-180
2.5	Países em que opera	45
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	45
2.7	Mercados abrangidos	45
2.8	Dimensão da organização	11, 166-170
2.9	Principais alterações ocorridas durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, estrutura organizacional ou estrutura acionista	10-17
2.10	Prêmios recebidos durante período abrangido pelo relatório	NR
3.	Parâmetros para o Relatório	
3.1	Período abrangido pelo relatório	4, 7, 9
3.2	Data do último relatório publicado	ND
3.3	Ciclo de publicação de relatórios	capa, 9, 73
3.4	Contactos para perguntas referentes ao relatório ou seu conteúdo	179
3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório	2-3, 19

3.6	Limite do relatório	9, 44
3.7	Limitações específicas quanto ao âmbito ou ao limite do relatório	9, 44
3.8	Base de elaboração do relatório, no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afetar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações	106-107, 120
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculo, incluindo hipóteses e técnicas subjacentes, estimativas aplicadas e à compilação dos indicadores e outras informações contidas no relatório	97-144
3.10	Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações	97-144
3.11	Alterações significativas em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados	97-144
3.12	Sumário do conteúdo do GRI	171-179
3.13	Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente da garantia de fiabilidade para o relatório	148-163

4. Governação, Compromissos e Envolvimento

Governação

4.1	Estrutura de governação da organização, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado e com responsabilidade por tarefas específicas, tais como, a definição da estratégia ou a supervisão da organização	44-55, 72
4.2	Indicação se Presidente do Conselho de Administração é membro executivo	45
4.3	Número de membros do Conselho de Administração independentes e/ou não executivos	45
4.4	Mecanismos que permitem a acionistas e funcionários transmitir recomendações/ orientações ao Conselho de Administração	48, 52-53
4.5	Relação entre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, diretores de topo e executivos e o desempenho da organização	52-60, 72
4.6	Processos ao dispor ao Conselho de Administração para evitar conflitos de interesse	65-66, 71-75
4.7	Processo para a determinação das qualificações e competências exigidas aos membros do Conselho de Administração para definir a estratégia da organização relativamente às questões ligadas ao desempenho económico, ambiental e social	44-52
4.8	Missão, códigos de conduta e princípios considerados relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como a fase de implementação	44, 72
4.9	Processos do Conselho de Administração para supervisionar a forma como a organização efetua a identificação e gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos relevantes e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios	19-21, 43-44, 71-75
4.10	Processos para avaliação do desempenho do Conselho de Administração, especialmente no que diz respeito ao desempenho económico, ambiental e social	9-41, 61-65, 74-75, 78-85

Compromissos com iniciativas externas

4.11	Explicação sobre se o princípio de precaução é abordado pela organização e de que forma	43-49
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas, desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a empresa subscreve ou defende	19-41, 43-49, 61-65
4.13	Principais adesões a associações e/ou organizações nacionais ou internacionais	32

Envolvimento das Partes Interessadas

4.14	Relação dos grupos que constituem as Partes Interessadas envolvidas pela organização	19-41, 44-49, 65-70
4.15	Base para identificação e seleção Partes Interessadas a serem envolvidas	44-49
4.16	Abordagem utilizadas para envolver as Partes Interessadas, incluindo a frequência do envolvimento, por tipo e por grupos das partes interessadas	19-41, 71-75
4.17	Principais questões e preocupações identificadas através das Partes Interessadas e as medidas adotadas pela organização no tratamento das mesmas	19-41, 43-49, 71-75

5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho

Indicadores de Desempenho Económico

Aspeto: Desempenho Económico

EC1	E	Valor económico direto gerado e distribuído	78-85, 90, 144
EC2	E	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido às alterações climáticas	33-35
EC3	E	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização	21-41, 100
EC4	E	Apoio financeiro significativo recebidos pelo governo	82-83, 92, 100, 123, 125-126, 170

Aspeto: Presença no Mercado

EC5	C	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local	ND
EC6	E	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais	67-69
EC7	E	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes na comunidade local	ND

Aspeto: Impactes Económicos Indiretos

EC8	E	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público, através de envolvimento comercial em géneros ou <i>pro bono</i>	28-32
EC9	C	Descrição e análise dos impactos económicos indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão	7, 9-10, 78-85, 87, 133-135

Indicadores de Desempenho Ambiental

Aspeto: Materiais

EN1	E	Consumo total de materiais por peso ou volume	33-35
EN2	E	Percentagem de materiais utilizados provenientes de reciclagem	ND

Aspeto: Energia

EN3	E	Consumo direto de energia, discriminado por fonte primária	33-35
EN4	E	Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária	ND
EN5	C	Total de poupança de energia devido a melhorias em conservação e na eficiência	33-35
EN6	C	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética e energias renováveis e reduções de consumo de energia em resultado dessas iniciativas	33-35
EN7	C	Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e a reduções alcançadas	33-35

Aspeto: Água

EN8	E	Consumo total de água por fonte	35
EN9	C	Recursos hídricos significativamente afetadas pelo consumo de água	35
EN10	C	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada	ND

Aspeto: Biodiversidade

EN11	E	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas	NR
EN12	E	Descrição dos impactes significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	NR
EN13	C	Habitats protegidos ou recuperados	NR
EN14	C	Estratégias e programas atuais e futuros para a gestão dos impactes na biodiversidade	NR
EN15	C	Número de espécies da Lista Vermelha da IUCN e da lista nacional de conservação das espécies com habitats em áreas afetadas pelas operações, pelo nível de risco de extinção	NR

Aspeto: Emissões, Efluentes e Resíduos

EN16	E	Total de emissões diretas e indiretas de gases com efeitos de estufa, por peso	33-35
EN17	E	Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso	ND

EN18	C	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e a reduções alcançadas	33-35
EN19	E	Emissão de substâncias destruidoras camada de ozono, por peso	33-35
EN20	E	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	ND
EN21	E	Descarga total de água por qualidade e destino	ND
EN22	E	Quantidade total de resíduos por tipo e método de eliminação	35
EN23	E	Número e volume total de derrames significativos	NR
EN24	C	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados nos termos da Convenção de Basileia, e a percentagem de resíduos transportados internacionalmente	ND
EN25	C	Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor de biodiversidade dos recursos hídricos e respetivos habitats afetados de forma significativa pela descarga e escoamento superficial	NR
Aspeto: Produtos e Serviços			
EN26	E	Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte	33-35
EN27	E	Percentagem recuperada de produtos vendidos respetivas embalagens, por categoria	NR
Aspeto: Conformidade			
EN28	E	Montante envolvidos no pagamento de coimas significativas e número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	NR
Aspeto: Transporte			
EN29	C	Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizadas nas operações da organização, bem como no transporte de pessoal	ND
Aspeto: Geral			
EN30	C	Total de custos e investimentos em proteção ambiental, por tipo	ND
Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno			
Aspeto: Emprego			
LA1	E	Total de mão-de-obra por tipo de emprego, por contrato de trabalho e região	36-39, 169
LA2	E	Número total de trabalhadores e taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região	36-39, 169
LA3	C	Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial	NR
Aspeto: Relações entre Funcionários e Administração			
LA4	E	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva	ND

LA5	E	Prazo mínimo de aviso prévio em caso de alterações operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva	ND
Aspeto: Segurança e Saúde no Trabalho			
LA6	C	Percentagem da totalidade de mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam na acompanhamento e aconselhamento sobre programas e saúde ocupacionais	36-41
LA7	E	Taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho, por região	36, 41
LA8	E	Programas de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco em curso para garantir assistência aos trabalhadores, as suas famílias ou membros da comunidade, afetados por doenças graves	36-41
LA9	C	Tópicos relativos a saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos	ND
Aspeto: Formação e Educação			
LA10	E	Média de horas de formação por ano, por trabalhador e discriminadas por categoria de funções	39
LA11	C	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiem a continuidade de empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira	39-41
LA12	C	Percentagem de funcionários que recebam regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira	39
Aspeto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades			
LA13	E	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria de acordo com género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	36-39, 45-49
LA14	E	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções	38-39
Indicadores de Desempenho Social			
Direitos Humanos			
Aspeto: Práticas de Investimento e de Aquisições			
HR1	E	Percentagem e número total de contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre os direitos humanos ou que foram submetidos a análise sobre direitos humanos	NR
HR2	E	Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativamente ao seu desempenho em direitos humanos e as medidas tomadas	ND
HR3	C	Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspetos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação	NR
Aspeto: Não-Discriminação			
HR4	E	Número total de casos de discriminação e ações tomadas	NR
Aspeto: Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Coletiva			

HR5	E	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NR
Aspeto: Trabalho Infantil			
HR6	E	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NR
Aspeto: Trabalho Forçado e Escravo			
HR7	E	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NR
Aspeto: Práticas de Segurança			
HR8	C	Percentagem de pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que não são relevantes para as operações	NR
Aspeto: Direitos dos Povos Indígenas			
HR9	C	Número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e ações tomadas	NR
Sociedade			
Aspeto: Comunidade			
SO1	E	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades incluindo no momento da sua instalação, durante a operação e no momento da retirada	ND
Aspeto: Corrupção			
SO2	E	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	70-75
SO3	E	Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização	NR
SO4	E	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	NR
Aspeto: Políticas Públicas			
SO5	E	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupo de pressão	NR
SO6	C	Valor total de contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos e instituições relacionadas, por país	NR
Aspeto: Concorrência Desleal			
SO7	C	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, anti-trust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados	123-124
Aspeto: Conformidade			
SO8	E	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento de leis e regulamentos ambientais	NR

Responsabilidade pelo Produto

Aspeto: Saúde e Segurança do Cliente

PR1	E	Ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objetivo de efetuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitos a tais procedimentos	ND
PR2	C	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respetivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado	ND

Aspeto: Rotulagem de Produtos e Serviços

PR3	E	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos	NR
PR4	C	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a informação e rotulagem dos produtos e serviços, por tipo de resultado	NR
PR5	C	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação	23-24, 167-168

Aspeto: Comunicações de Marketing

PR6	E	Programas observância das leis, normas e códigos voluntários relativos a comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	NR
PR7	C	Número total de incidentes resultantes de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, por tipo de resultado	NR

Aspeto: Privacidade do Cliente

PR8	C	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	NR
-----	---	--	----

Aspeto: Conformidade

PR9	E	Montante de coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços	NR
-----	---	--	----

Fonte: GRI (2006) - "G3: Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade"

Para mais informações por favor contactar:

Gabinete Controlo de Gestão e Auditoria

Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA

Av. Fernão de Magalhães, 1862-13º

C - Indicador complementar

E - Indicador essencial

NR - Indicador "não relevante" ou "não aplicável"

4350-158 Porto

ND - Indicador "não disponível" ou apenas "disponível parcialmente"

e-mail: geral@stcp.pt







STCP Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.

Av. Fernão Magalhães 1862, 13º · 4350-158 Porto

Tel: +351 225 071 000

Fax: +351 225 071 150

e-mail: geral@stcp.pt

www.stcp.pt

Capital Social: 79.649.000 euros

Capital Próprio: (477.719.631,63) euros

Contribuinte: 500246467

Registada na 2ª Conservatória do Registo Comercial do Porto
com o nº 51372

Edição e Propriedade: STCP Sociedade de Transportes
Colectivos do Porto, S.A.

Design e Produção: Garra Publicidade, SA

Impressão: Empresa Diário do Minho

Exemplares: 200

Ano de Edição: 2015

Depósito Legal nº 225450/05

